

Simone Aparecida Rengel

**“PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS EM
CRISTO”**

Trabalhadores Católicos e o Círculo Operário de Florianópolis
(1937-1945)

Dissertação apresentada como
requisito para a obtenção do título de
Mestre pelo Curso de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal
de Santa Catarina, sendo orientador o
Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte.

Florianópolis

2009

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço ao Seu Anselmo e a Dona Márcia, meus pais, por, além do seu amor, terem priorizado a educação e dado condições para que esta fosse uma prioridade também pra mim; a minha irmã Lílian, que quanto mais o tempo passa as distâncias entre nós diminuem e me torno mais parecida com ela, e ao Ulisses, meu cunhado a quem tenho também como um irmão; a Luiza, que ao cantar suas musiquinhas – todas composições próprias – disputando a minha atenção com o computador (ou disputando o computador comigo?), trouxe leveza aos momentos da escrita; a Rosélia e aos meus pequenos irmãos Henrique e Felipe que, clichês a parte, ainda são a esperança de um mundo melhor.

Agradeço aos amigos, grandes e queridos amigos, que são co-autores dessa dissertação não só pelos momentos de discussões acadêmicas, mas principalmente por compartilharem as dúvidas, as inseguranças, as horas de desânimo e, por que não, as mesas de bar que ninguém é de ferro! Agradeço, então, a Aline Krugger, Débora Lopes, Fábio Luiz Dummel, Giorgia Medeiros Domingues, Giovanny Noceti Viana, Grazielle Amorim, Liomar Arouca, Marcos Alexandre Arraes, Milano Cavalcanti, Rafael Sandanha, Rafaela Leuchtenberger, Rodrigo Santiago, Sirlei Fernandes e Wagner Nascimento. Agradeço ainda aos amigos historiadores e companheiros de trabalho Ana Cláudia Ribas, Antônio Cleber Rudy, Antônio Luiz Miranda e Divino Flávio de Souza Nascimento, sempre juntos nos intervalos dividindo o café, os textos, as fontes e, sobretudo, a amizade. Agradeço especialmente ao professor Renato Aurélio dos Santos, o “culpado”!

Também não posso deixar de agradecer às “companheiras” da EEB João Silveira Ana Paula Garcia Gava, Cássia Regina de Melo Pereira, Kátia Regina dos Santos Pauli, Maria Ester Sommer e Sônia da Silva Santos, que pela compreensão, apoio e muita paciência me permitiram trocar de horários diversas vezes e esperaram eu terminar de ler um texto ou escrever um parágrafo, proporcionando assim um ambiente de trabalho que não apenas pode ser conciliado com o mestrado, mas que serviu de estímulo para dar continuidade a ele. Agradeço, como prometido, duplamente a Sônia, por ter usado toda a sua capacidade investigativa para me auxiliar nesse trabalho!

Aos amigos mestrandos, doutorandos e professores da Linha “Trabalho, Sociedade e Cultura”, que contribuíram com cada linha dessa dissertação. Em especial ao Professor Adriano Luiz Duarte, meu orientador, pela disponibilidade e paciência dedicadas, estando sempre presente mesmo à distância. Um agradecimento especial também aos Professores membros da banca de defesa, Paulo Fontes, Rogério Luiz de Souza e Paulo Pinheiro Machado pelas recomendações pertinentes. E a Nazaré, pela atenção sempre depositada em cada aluno do Programa de Pós-Graduação em História.

Por fim, agradeço aos funcionários dos arquivos da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, do Arquivo Público Estadual e, em especial, a Janice, do Arquivo da Cúria Metropolitana de Florianópolis, sempre atenciosa e disposta a ajudar ainda que a revelia de seus “superiores”.

E... não, não agradecerei a Deus!

“Deus, Deus, somos todos ateus
vamos cortar os cabelos do príncipe
e entregá-los a um deus plebeu...”
 (“Depois do Começo” – Legião Urbana)

RESUMO

Neste trabalho proponho analisar a intervenção e influência da Igreja católica entre os trabalhadores da capital catarinense através da formação e organização do Círculo Operário de Florianópolis no período entre sua fundação em 1937 ao ano de 1945. Pretendo compreender as relações estabelecidas de acordo com suas estratégias e objetivos com diversas outras organizações, sejam elas católicas, de trabalhadores ou o Estado, bem como analisar de que forma o COF interagiu com a própria cidade e sua população. Mais do que um estudo institucional sobre o Círculo Operário, busco saber quem era o “circulista” e quais seus espaços de sociabilidade e de ação.

Palavras-Chave: Círculo Operário, trabalhadores, Igreja Católica.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyse the interventions and influence of Catholic Church among workers of the capital of Santa Catarina due to the creation and organization of "Círculo Operário de Florianópolis" (Florianopolis workers group) since it was created in 1937 until 1945. It also tries to understand the relations settled according to the strategies and aims with many other organizations: catholic, workers´ or belonging to the State, as well as to analyse how the COF acted with the city and population. More than a study about the workers´ group, one of the aims is to know who the "circulistas" were, and where their places to socialize and act used to be.

Keywords: Workers moviment, workers, Church.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Edifício Dom Joaquim, sede do Círculo Operário de Florianópolis	94
Daniel Faraco, orador do COF	96
Dr Biase Faraco, médico responsável pelo ambulatório	139
Missa realizada nas comemorações da “Páscoa Operária”-1941	152
Banquete realizado após a missa da “Páscoa Operária”-1941	152
Dom Joaquim e diretores no Banquete da “Páscoa Operária” -1941	154
Atual sede do COF	167

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 – A IGREJA CATÓLICA E A NEOCRISTANDADE NO BRASIL: EM BUSCA DOS TRABALHADORES	20
1.1 – A RESTAURAÇÃO CATÓLICA NO BRASIL	21
1.2– PENSAMENTO AUTORITÁRIO CATÓLICO E O PENSAMENTO AUTORITÁRIO DE ESTADO NO BRASIL	29
1.3 – A IGREJA EM BUSCA DOS TRABALHADORES	48
1.3.1 – OS CÍRCULOS OPERÁRIOS	58
2 – CÍRCULO CATHOLICO SÃO JOSÉ E CÍRCULO OPERÁRIO: INTERVENÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NO MUNDO DO TRABALHO EM FLORIANÓPOLIS	70
2.1 – FLORIANÓPOLIS E O MUNDO DO TRABALHO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	71
2.2 – CÍRCULO CATHOLICO SÃO JOSÉ	79
2.2.1 – Círculo Catholico: Lazer e Moralização	82
2.2.2 – Beneficência e caridade no Círculo Catholico	90
2.3 – ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DO CÍRCULO OPERÁRIO DE FLORIANÓPOLIS	92
2.3.1 – Relações do COF com Associações de Trabalhadores e Sindicatos	102
2.3.2 – Círculo Operário e Estado	107
2.3.3 – Atuação do Colégio Coração de Jesus e Ginásio Catarinense na organização e atuação do COF	109
2.3.4 – As relações do COF com as Associações Católicas e o Clero	111
2.4 – FEDERAÇÃO DOS CÍRCULOS OPERÁRIOS DE SANTA CATARINA	115
3 – O TRABALHADOR CIRCULISTA: ASSISTÊNCIA, LAZER E POLÍTICA	122
3.1 – O “ESPÍRITO CIRCULISTA” NO CÍRCULO OPERÁRIO	123

DE FLORIANÓPOLIS

3.2 – A ASSISTÊNCIA CIRCULISTA “DE MOMENTOSA IMPORTÂNCIA PARA AS CLASSES MENOS REMEDIADAS” DE FLORIANÓPOLIS 130

3.3 – O TEMPO LIVRE DO CIRCULISTA E AS ATIVIDADES CULTURAIS, COMEMORATIVAS E DE LAZER ORGANIZADAS NO CÍRCULO OPERÁRIO DE FLORIANÓPOLIS 139

3.3.1 – Diversão e educação no COF 144

3.3.2 – A “Páscoa Operária” 151

3.3.3 – A “Festa do Trabalho” 156

CONSIDERAÇÕES FINAIS 164

LISTA DE FONTES 170

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 171

INTRODUÇÃO

A história dos trabalhadores, seja qual for o seu ofício, forma de organização ou cidade, deve passar, incondicionalmente, pelas suas experiências, pelos seus anseios e, por que não, pelas suas crenças. Estudar o movimento circulista é, assim, considerar que cada vez mais é evidente a incorporação de elementos do catolicismo na sociedade brasileira político e culturalmente e, também, nos mundos do trabalho. É, ainda, perceber a importância dos Círculos Operários na história dos trabalhadores nas cidades onde foram organizados, aqui especificamente o Círculo Operário de Florianópolis (COF), e de que forma contribuíram para a sua formação.

A Igreja católica há algum tempo me desperta certa curiosidade: mais pela minha descrença do que por interesses religiosos. É, também, mais que curiosidade. Afinal, minha própria formação política e profissional, seja como professora ou historiadora, despertou-me para uma sociedade ainda sob a influência de dogmas, de preconceitos e uma série de discussões que não vão adiante muitas vezes devido a um moralismo defendido por uma instituição e seus representantes, que já não conseguem mais se adaptar aos “novos tempos”.

O interesse pelo Círculo Operário de Florianópolis vem desde 2004, quando conheci este tipo de organização ao estudar o anticomunismo na década de 1940 no meu Trabalho de Conclusão de Curso. Confesso que ao iniciar minhas pesquisas fui tomada por um certo sentimento de decepção: esperava encontrar forte atuação anticomunista, grandes relações com o Estado e comprometimento com as elites. Afinal, em mais uma “confissão” minha, pesquisar uma organização com as características do Círculo e a atuação da Igreja católica no mundo do trabalho – especialmente seu caráter anticomunista – tinha a ver com meu próprio interesse de “anticlerical”!

Assim, falar de peças teatrais e de “Páscoa Operária” não estava, a princípio, entre meus objetivos. Em uma última confissão – já que não pretendo transformar esse espaço num confessionário – digo que foi justamente quando acompanhei as manifestações culturais e de lazer dos circulistas que mais me motivei e tive prazer em escrever. Foram as fontes que me indicaram esse caminho e foi justamente a grande quantidade de informações sobre as atividades culturais do Círculo que me fizeram perceber que, apesar de contrariar minhas expectativas iniciais, seria este um dos principais pontos a ser analisado.

Além disso, analisar os aspectos ligados ao “tempo livre” no Círculo Operário de Florianópolis marcaria uma posição diferencial de outros trabalhos sobre o circulismo, que privilegiaram sempre as questões da formação e atuação assistencialista, praticamente descrevendo o que previa o Manual do Círculo Operário, o Estatuto e outros documentos oficiais. Impossível seria buscar forçadamente uma ação que eu esperava encontrar e fechar os olhos para o que, a princípio, não era interessante, mas que me tornaram possível aproximar-me dos circunistas, percebendo esses momentos de lazer e cultura como espaços de ação e sociabilidade.

O Círculo Operário de Florianópolis raramente foi citado nas pesquisas referentes à Igreja ou aos trabalhadores na cidade. O certo é que o COF até então não havia merecido um estudo, talvez pelo tempo em que se encontra inativo e esquecido, talvez pelo fato de ainda ser pouco usual unir religião e trabalhadores num mesmo trabalho. Afinal, ainda pode parecer estranho entender essa relação, bem mais a respeito da aproximação dos trabalhadores do catolicismo que da própria Igreja, que desde o século XIX buscou reunir forças para aproximar-se das classes trabalhadoras. Entender os objetivos que tendem a aproximação ou recuo da Igreja diante da elite ou dos trabalhadores, do Estado ou dos pobres, pode gerar discussões e diferentes interpretações.

Scott Mainwaring, por exemplo, afirma que a Igreja, enquanto instituição, tem seu início na fé: o objetivo é propagar sua mensagem religiosa, mas dependendo da percepção dessa mensagem pode vir a preocupar-se mais com a defesa de seus interesses como preservação, expansão e unidade, que podem levar a métodos inconsistentes quanto aos seus objetivos iniciais e determinando as suas ações, podendo entrar em conflito com a mensagem religiosa inicial¹.

A identidade institucional da Igreja alterna diferentes modelos de Igreja ou a concepção que tem da própria missão. A noção de modelos de Mainwaring sugere que o ponto de partida para a compreensão da ação política é a concepção de sua missão, que explicaria sua intervenção na política². Apesar disso, pode se dispor a sacrificar alguns interesses e renunciar benefícios se sentir que sua missão a obriga a isso: “esquecer esse ponto seria equivalente à eliminação do elemento religioso num estudo sobre Igreja”³.

¹ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.15-16.

² *ibid*, p.17-19.

³ *Ibid*, p.24.

Roberto Romano chama esse ideal católico de discurso “teológico-político”, e critica tanto as análises que percebem a Igreja como instrumento atrelado ao Estado e ignoram “o sistema de representações com que ela própria apreende essas realidades e a linguagem com que as transfigura simbolicamente”, quanto as que atribuem autonomia absoluta à instituição, “desconhecendo que no interior mesmo de seu discurso a ordem econômica harmoniosa da sociedade é referência constante”⁴.

A Igreja, assim, é influenciada pelas mudanças na sociedade, pelos conflitos sociais e por ideologias políticas, podendo assim modificar a sua própria concepção de fé. As práticas sociais e identidades institucionais não se modificam porque surgem novas idéias, mas porque o conflito social leva a uma nova maneira de se compreender a realidade. A identidade da Igreja modifica-se porque o processo político mais amplo gerou novas concepções de sociedade e do papel da Igreja dentro dela⁵. Também a forma pela qual a ideologia e os símbolos religiosos legitimam ou desafiam os aspectos dos valores dominantes tem um impacto significativo na vida política. Seus símbolos e discursos ajudam a moldar a identidade de diferentes classes e instituições sociais e ajudam a definir práticas políticas e sociais⁶.

Também Alcir Lenharo vai além do estudo institucional e, ao analisar as práticas, discursos e intervenções da Igreja Católica desenvolve a idéia de “Corpo Místico de Cristo”, o órgão condutor para as soluções do poder temporal e poder espiritual: a cabeça dirigente para a Igreja – o papa, iluminado pelo Espírito Santo – é parte constitutiva do todo, não existindo totalidade se uma parte capital a contradiz. Assim, seria legítima a derrubada de uma autoridade tirânica quando esta não atende ao bem comum da sociedade⁷.

Voltando ao mundo do trabalho e suas relações com a Igreja, analiso a forma pela qual o historiador inglês Edward Palmer Thompson percebeu a relação entre religião e trabalhadores na Inglaterra, que passa não apenas por uma escolha a respeito de qual aspecto dela será analisada, mas também pelos conceitos de classe, consciência de classe e da própria História para esse historiador.

Apesar de não negar a influência do marxismo em sua obra, mesmo porque possuiu uma longa história de militância no Partido

⁴ ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979, p.19 e 27

⁵ MAINWARING, op.cit., p.25.

⁶ Ibid, p.30.

⁷ LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Papyrus, 1986, p.140-141.

Comunista Inglês, ao não estabelecer um “modelo” de classe ou uma consciência ideal de classe a ser atingida, a relação entre a religião – Metodismo – e a formação da classe operária inglesa para Thompson difere-se, e muito, do estruturalismo althusseriano ou mesmo de Marx que afirmava ser a religião “o ópio do povo”. Thompson não a analisa de forma a julgá-la como característica de uma “falsa consciência” ou um estágio inicial da formação dessa consciência que ainda não teria atingido o seu ápice, dirigida pelas expectativas que o historiador já previamente teria sobre qual a classe encontrar e qual consciência ela deve alcançar, e sim como um elemento na formação da classe, conferindo-lhe aspectos, hábitos e objetivos. Essa influência também não se dá de forma mecânica nem aparece como a Igreja ou a fé ditando modelos, mas como presente na sua experiência.

Assim, a crítica de Thompson ao estruturalismo althusseriano refere-se não apenas às divergências políticas, mas aos conceitos de história, de classe e do papel dos agentes históricos. De acordo com o historiador, a classe se delinea segundo o modo como as pessoas vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, com a cultura e as expectativas a elas transmitidas e no modo pelo qual se valeram nessas experiências em nível cultural. Assim, nenhum modelo pode ser o que realmente deveria ser a “verdadeira” classe em um certo estágio do processo⁸.

Na introdução de *A formação da classe operária inglesa*, Thompson afirma que a classe operária estava presente ao seu próprio fazer-se, um fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Classe não é uma estrutura, nem mesmo uma categoria, mas algo que ocorre efetivamente nas relações humanas, quando alguns homens, como resultado de experiências comuns, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si contra outros homens cujos interesses diferem dos seus⁹.

As classes, assim, contrariando a noção marxista, não existem, atingem uma consciência de classe e partem para a luta de classes, mas as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo, suportam a exploração, identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses nós e no curso do processo de luta

⁸ THOMPSON, E.P. In: NEGRO, Antônio e SILVA, Sérgio (orgs). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed.Unicamp, 2001, p.277.

⁹ THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol.I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.9-10.

descobrem a si mesmas como uma classe, vindo então a descobrir sua consciência de classe. Dessa forma, para Thompson, classe e consciência de classe são sempre o último e não primeiro degrau de um processo histórico real. Também nega a noção marxista de “classe em si” e “classe para si”, bem como de “falsa consciência de classe”, na qual a classe existe mas, mistificada, não conheceria a si mesma nem seus verdadeiros interesses. Para ele, uma classe não pode existir sem qualquer tipo de consciência de si mesma, ou ainda não seria uma classe¹⁰.

Em *A miséria da teoria*, texto que critica Althusser e o estruturalismo, Thompson analisa então esse novo elemento para a história do trabalho: a “Experiência”. Os homens e mulheres retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras e em seguida agem sobre a situação determinada¹¹. Assim, a “estrutura é transmutada em processo e o sujeito é reinserido na história”. Reexamina-se “todos esses sistemas densos, complexos e elaborados” pelos quais a vida familiar é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão: parentesco, costumes, regras visíveis e invisíveis de regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias, tudo o que em sua totalidade compreende a “genética” do processo histórico. As pessoas experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores, na arte ou nas convicções religiosas, a consciência afetiva e moral, e toda contradição é um conflito de valor tanto quanto um conflito de interesse¹².

A relação entre a religião e os trabalhadores passa a ser vista, então, não apenas como um elemento manipulador da classe operária, a religião servindo à classe dominante e conseqüentemente ao Estado como legitimadora de suas ações e para manter a ordem estabelecida, mas como um componente que deve ser considerado. Assim, em *A*

¹⁰ THOMPSON, 2001, p.274 e 279.

¹¹ THOMPSON, E P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 183.

¹² *Ibid*, p.189.

formação da classe operária inglesa Thompson analisa a relação entre religião e formação da classe operária na Inglaterra, em que normas, regras e costumes do metodismo acabaram influenciando direta ou indiretamente nas práticas operárias.

Portanto, ao fazer essa breve análise da relação entre religião e classe em Thompson, vemos um estudo sobre a formação da classe operária inglesa que elege como aspecto fundamental nesse processo a influência da religião entre os trabalhadores, presente em suas experiências de luta. Dessa forma, mais que evidenciar essa característica, reelabora conceitos clássicos como consciência e luta de classes, bem como a própria classe, dando mobilidade e agência aos que a formaram e a vivenciaram.

No Brasil, as pesquisas sobre a atuação da Igreja católica no mundo do trabalho, especificamente a respeito dos Círculos Operários tendem a seguir dois caminhos: o que considera uma relação de dominação e controle ideológico, principalmente no que diz respeito à sua relação e a da Igreja para com o Estado, ou a mais próxima do que Thompson defende, como parte da formação e das experiências das classes trabalhadoras.

Como será visto no Primeiro Capítulo, para historiadores como Astor Diehl e Damião Duque de Farias, através dos Círculos Operários a relação entre Igreja, Estado e burguesia viria controlar a classe operária – o Movimento Circulista faria parte de um projeto com propósito de reprodução do sistema capitalista, tendo como componentes o anticomunismo e antiliberalismo, a idéia de harmonia entre as classes trabalhadora e patronal, além de “elevação do espírito nacional”. Assim, os Círculos são vistos como instrumentos de manipulação do movimento operário e controle da luta de classes.

Jessie Jane Vieira de Souza discorda dessa concepção de movimento circulista. Os Círculos Operários são para a historiadora a experiência corporificadora da forma católica hierárquica de intervenção junto ao mundo do trabalho e da relação da Igreja com o Estado. A Igreja católica seria dotada de coerência própria e não um “braço” do Estado ou da classe dominante, designada como projeto teológico-político e incorporando à sua própria tradição os novos desafios impostos pelo temporal¹³.

Não há, portanto, modelo de organização operária, como não há modelo de classe operária. As relações que estas organizações

¹³ SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos Operários: Círculos Operários: Igreja Católica e mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

estabelecem também não seguem modelo algum. Analisar o mundo do trabalho e a diversidade de concepções e expectativas, “devolver” ao trabalhador a sua atuação na história, pode frustrar as expectativas dos que buscam enquadrar a classe operária em seu modelo ideal, já estabelecido por uma estrutura dominante. Isso significa compreender de que forma a classe operária agiu e age e não como deveria ter agido conforme um projeto ou modelo político, entender consciência de classe como identidade de interesses que organiza a classe e não buscar uma consciência revolucionária socialista como o lugar em que se deve chegar. Enfim, a classe operária ou as classes trabalhadoras sendo definidas pelos homens e mulheres que viveram essa experiência.

Assim, chegamos ao Círculo Operário de Florianópolis. Ao longo dos próximos capítulos, podemos perceber que, apesar de pertencer a um movimento que se definia como unificado em todo o país, o COF nem sempre tendeu a seguir os manuais, mais pelos próprios aspectos peculiares da cidade, a começar por sua população e pelas características de suas classes trabalhadoras, do que por algum tipo de resistência ao modelo proposto. Fundado em 1937, o COF esteve em funcionamento até a década de 1970. Porém, é até 1945 que se percebe maior ingerência da Igreja e seus aspectos de movimento circulista e, por isso, é esse o período aqui analisado.

No Primeiro Capítulo analiso o pensamento católico brasileiro no que diz respeito a noção de autoridade e de inserção na sociedade e de que forma atuou especificamente nos mundos do trabalho, além de analisar a formação do movimento circulista e as pesquisas referentes a ele. Dois diferentes momentos de atuação da Igreja católica em Florianópolis, no início do século XX com o Círculo Catholico São José, e já no Estado Novo com o Círculo Operário de Florianópolis, são analisados no Segundo Capítulo, mostrando quais as estratégias utilizadas pela Igreja ao inserir-se social, política e culturalmente na capital catarinense através de duas organizações pautadas pelo pensamento disciplinador e moralizador católico, mas que possuíram objetivos e características distintas, de acordo com as especificidades de seu tempo. Já no Terceiro Capítulo procuro aproximar-me dos circulistas, das formas de ação e interação das pessoas que fizeram parte dessa entidade. Pela escassez das fontes que me pudessem chegar mais perto de quem era o “circulista”, pautei-me nas atividades públicas do Círculo, nas ações políticas, no assistencialismo e nas festas, comemorações e produções artísticas.

Nesta pesquisa utilizei-me de textos, artigos, documentos oficiais e o Manual dos Círculos Operários¹⁴, publicados pela Confederação Nacional dos Operários Católicos (CNOC) para observar os objetivos, encaminhamentos e o “modelo” proposto para ser seguido pelos Círculos de todo o país, e encontrar – ou desencontrar – essas características no COF. Como ponto de partida, analiso as encíclicas papais *Rerum novarum* e *Quadragesimo anno*, que discutem a questão social e propõem a organização de associações operárias católicas para fazer frente às associações de esquerda, sendo referência para a ação da Igreja católica no Brasil na primeira metade do século XX.

O discurso da autoridade e as práticas anticomunistas e antiliberais são uma das principais características do movimento circulista, presentes também nos discursos da Igreja em sermões, conferências e cartas pastorais de Dom João Becker, primeiro bispo de Florianópolis, e de Dom Joaquim Domingues de Oliveira, segundo bispo e primeiro arcebispo da cidade, bem como os discursos proferidos nos eventos do Círculo Catholico São José e do Círculo Operário. Esses discursos são encontrados no Arquivo da Cúria Metropolitana de Florianópolis e também publicados nos jornais do estado.

Para analisar os objetivos, discursos e atividades do Círculo Catholico São José, utilizei o estatuto, relatórios e ofícios encontrados no Arquivo da Cúria Metropolitana, bem como as notícias referentes à entidade no jornal católico *A Época*. Já sobre o COF, ao iniciar a pesquisa foi um tanto desanimador saber que a maior parte de sua documentação foi perdida num desabamento que ocorreu na sede, na qual o acervo da biblioteca também foi comprometido. Assim, concentrei a busca pelas fontes no Arquivo da Cúria Metropolitana, na pasta reservada ao Círculo Operário, onde estão arquivados ofícios, panfletos e convites do COF; no Arquivo Público Estadual, onde foi encontrada a correspondência entre COF e Governo; e principalmente no jornal católico *O Apóstolo* e em outros jornais de maior circulação na cidade que divulgavam as ações do Círculo.

As festas, banquetes e cerimônias religiosas destinadas ao associado e também à comunidade como “Páscoa Operária”, “Festa do Trabalhador” de 1º de Maio e Natal são datas sempre festejadas e estão presentes nas orientações da CNOC, bem como do Arcebispo D. Joaquim Domingos de Oliveira. Ainda que pudessem fazer parte da política de “preenchimento” e controle dos espaços livres, representaram

¹⁴ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE OPERÁRIOS CRISTÃOS. *Manual dos Círculos Operários*. Rio de Janeiro: CNOC, 1942.

também a inserção da política católica entre os trabalhadores e um meio de torná-la pública, ampliando seus espaços de atuação além do ambiente de trabalho, bem como espaços de socialização e lazer no cotidiano dos trabalhadores, por eles vivenciados e interpretados. Sempre presentes, autoridades eclesiásticas e políticas demonstram as estreitas relações entre Igreja e Estado, evidenciando nessas cerimônias o discurso disciplinador do trabalho e autoridade católica.

As atas de reuniões e atividades dos Círculos, festas, cursos e cerimônias eram em sua maioria publicados em periódicos, como informativos e convites à comunidade, sendo então pesquisados os jornais católicos *A Época* e *O Apóstolo*. Além destes, outros jornais também divulgavam essas atividades, como o *Diário da Tarde*, *O Estado* e *A Gazeta*, arquivados no terceiro piso da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Também as relações existentes entre o COF com outros Círculos, Federação e Confederação, além de outras entidades trabalhistas e sindicais foram analisadas através das notícias dos eventos, atos e festas públicas.

A respeito da formação, atuação e perfil dos associados do Círculo Operário foram analisados o estatuto e documentos oficiais do movimento circulista, as atividades públicas comemorativas ou de lazer, além de entrevistas com ex-circulistas como o Monsenhor Agostinho Staehelin (assistente eclesiástico) e Daniel Faraco (fundador e orador oficial).

1º CAPÍTULO

A IGREJA CATÓLICA E A NEOCRISTANDADE NO BRASIL: EM BUSCA DOS TRABALHADORES

“É daqui, do altar sagrado da religião, que vamos dizer a esta nossa querida nação a verdade que a pode e há de salvar”¹⁵

A atuação da Igreja católica no mundo do trabalho na primeira metade do século XX no Brasil foi parte das intensas reformas internas que procuraram melhorar sua imagem e retomar os espaços perdidos com a República laica. Desde a separação definitiva entre Igreja e Estado em 1891, a Igreja buscou afirmar-se como a instituição capaz de “salvar” o país da crise causada pelo Estado liberal e laico e mostrar-se como salvaguarda da moralidade e dignidade do povo brasileiro, além de se considerar uma das responsáveis pela formação de uma identidade brasileira baseada nos princípios da harmonia social e da fé católica.

A Igreja viu-se então entre o Estado, onde se firmou como corpo místico, e a centralização romana, a qual se submeteu para aproximar-se do Estado. A romanização, que veio disciplinar a Igreja e aproximá-la do Vaticano, propiciou a reinvenção de si mesma, dotando-a de um poder simbólico vigoroso e gerando a estratégia da neocristandade, que a colocou como intermediária nas relações entre Estado e sociedade e a identificação entre catolicidade e cidadania, já que os cidadãos brasileiros seriam, ao mesmo tempo, os fiéis católicos¹⁶.

Assim, a noção de neocristandade representou a efetivação de uma ordem social cristã para a condução dos fiéis a uma prática capaz de construir a sociedade brasileira, bem como uma forma de lidar com a fragilidade da instituição sem modificar de maneira significativa a sua natureza conservadora. A nova missão da Igreja era cristianizar a sociedade conquistando maiores espaços e imbuindo as organizações sociais e práticas pessoais de um espírito católico, permitindo à Igreja atingir seus objetivos, como monopólio religioso, presença entre as elites e o Estado e educação e moralidade respeitadas, revitalizando sua presença na sociedade através de um sistema educacional, da moralidade, do anticomunismo, antiliberalismo e do

¹⁵ Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro de 1890. In: RODRIGUES, Anna Maria Moog. *A Igreja na República*. Brasília: Editora da UnB, 1981, p.17.

¹⁶ SOUZA, op.cit., p.100.

antiprottestantismo¹⁷. Com a obra restauradora, a Igreja afirma-se como instituição, desenvolvendo um trabalho de autofortalecimento no campo da doutrina de caráter autoritário, estendendo-se em seus desdobramentos práticos, com visíveis interferências na organização política do país¹⁸.

Assim, mais do que restabelecer as relações com as elites e com o Estado, a Igreja no país, apoiada nas encíclicas sociais do século XIX, procurou garantir também sua influência entre os pobres e trabalhadores. Seja atuando no sentido de aprovar suas propostas para a legislação trabalhista através da Liga Eleitoral Católica (LEC), seja através dos Círculos Operários, a Igreja católica não perdeu de vista sua principal meta: conquistar para si a influência sobre os trabalhadores e o protagonismo nos rumos que tomava o Brasil.

1.1 – A Restauração Católica no Brasil

A Igreja católica, na primeira metade do século XX, marcou sua busca para ocupar novos espaços e reocupar os que havia perdido junto à sociedade e ao Estado brasileiro após vivenciar intenso período de crise durante o século anterior, quando submetida ao Estado Imperial, e agravada após a separação definitiva com a Proclamação da República em 1889. Através da chamada obra restauradora, procurou afirmar-se como instituição depois do longo período no qual esteve submetida ao Estado.

Durante o Império, a Igreja no Brasil dependeu mais do Estado do que do Vaticano, sendo controlada pelo Imperador através do regime do Padroado. O esforço de Roma para adquirir maior controle sobre a Igreja no país buscou no catolicismo oficial e aceitável manter presença mais marcante na sociedade. A dependência do Estado começou a tornar-se um problema para o clero católico a partir da segunda metade do século XIX: embora tenha sido a religião oficial do Império, a Igreja ficou na periferia das grandes decisões. Iniciou, então, os esforços para separar-se do Estado no sentido de por fim ao regime do padroado e não mais ter de se submeter a ele, além de buscar suprir suas carências institucionais¹⁹. Essa separação cortou alguns privilégios do clero, mas

¹⁷ MAINWARING, op.cit., p. 25.

¹⁸ DIAS, Romualdo. *Imagens da ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1935)*. São Paulo: UNESP, 1996, p.29.

¹⁹ A luta contra a proteção “abafante” do Estado tem seu ápice na chamada Questão Religiosa do Império. Segundo Romano, o choque com a maçonaria foi uma ocasião a mais para fixar a luta entre Igreja e regime monárquico de um lado, e entre ela e quase todas as elites que se

para o episcopado brasileiro seria um mal menor em relação ao benefício do fim do padroado.

Com o processo Republicano, foram colocados em voga os ideais positivistas, liberais e anticlericais, para os quais a Igreja significaria atraso, retrocesso. A lembrança da Revolução Francesa, com a Igreja católica expropriada e oprimida, contrastava com o papel da Igreja na Idade Média, inimiga da modernidade e tutora do Estado, e tanto católicos quanto liberais estavam dispostos a manter seus espaços e lutar, se necessário, contra seus oponentes²⁰. Porém, a hierarquia da Igreja estava disposta a garantir as suas relações com o Estado e erguer-se materialmente de modo a garantir autonomia e expansão institucional. Aceitou a separação do Estado, mas não se conformou em estar fora do poder e buscou reconquistá-lo, começando por reorganizar-se institucionalmente.

O real problema a ser enfrentado era a idéia de ruptura construída pela Igreja entre esta e a grande massa de fiéis. Para sobreviver sem o apoio do Estado seria indispensável ao clero reestruturar-se, restabelecendo a articulação com as massas e lutando contra o catolicismo popular, no qual o povo se dizia católico, porém não reconheceria seus preceitos.

Escrito em 1890 por Dom Macedo Costa, “Pontos de Reforma na Igreja no Brasil” marca a reforma do aparelho eclesiástico frente à crise no Brasil, mas também segue o processo de romanização que ocorria em escala mundial a partir de Pio IX, visando a reforma do clero, o seu crescimento, a expansão missionária, renovação litúrgica e a hierarquização. Estabeleceu diretrizes para a ação da Igreja na retomada de sua organização, propondo conferências episcopais no sentido de uniformizar a ação do episcopado; a disciplinarização e moralização do clero; maior rigor nos seminários; missões para reacender a fé do povo; maior zelo com imigrantes católicos; formação de ordens e escolas católicas e expurgo de maçons das irmandades e confrarias; e o aumento no número de dioceses.

A República trás então consigo o receio dos católicos a respeito da influência dos positivistas e anticlericais na nova Constituição. A Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro, de 1890, demonstra claramente o seu desacordo com a laicização:

opunham ao Império, na busca do episcopado católico em restabelecer a disciplina e a autoridade no interior da Igreja, com o Ultramontanismo (ROMANO, *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.p. 85).

²⁰ SOUZA, op.cit., p.107.

Assim, não há de andar mais a Igreja conjunta com o Estado. Um e outro poder exercerão ação separada e isolada, sem sequer se conhecerem mutuamente. Nada mais de união entre eles. Separação, separação! Eis o que se proclama voz em grita, como uma das grandes conquistas intelectuais da época! O mundo social nada tem a ver com a religião²¹.

A Igreja, que buscou a sua reestruturação para livrar-se do controle excessivo do Estado e conquistar autonomia, agora reclamava seu papel de intervenção na sociedade brasileira afirmando que “independência não quer dizer separação”. O seu direito e dever de influenciar também nas decisões do Estado se justificaria na avaliação de que a sociedade religiosa e a sociedade civil, ainda que independentes e distintas entre si, teriam em comum a identidade dos súditos que elas deveriam encaminhar para o fim próprio de cada uma, ou seja, os cidadãos que constituem a sociedade civil seriam os mesmos fiéis que fazem parte da sociedade religiosa, ou os membros do Estado seriam ao mesmo tempo os membros da Igreja. Assim, ainda de acordo com a Pastoral acima citada, querer que a Igreja exerça a sua jurisdição sobre os fiéis sem olhar para o Estado de que são igualmente súditos os membros fiéis seria, aos olhos do senso comum e da mais vulgar equidade, injusto em si e impossível na prática.

Dessa forma, a Igreja no Brasil defende “em nome, pois, da ordem social, em nome da paz pública, em nome da concórdia dos cidadãos, em nome dos direitos da consciência” a união entre os dois poderes. Porém, deixa claro que essa união deveria resultar de acordos e harmonia, não mais pela subordinação, uma “proteção abafante” do Estado. A fragilidade da Igreja também era avaliada como resultado de uma população católica apenas formalmente, não correspondendo a um verdadeiro sentimento católico. No campo se confundia com as oligarquias rurais, no qual os coronéis acabavam por determinar o controle sobre a Igreja; nas cidades predominavam as irmandades, limitada aos grandes festejos organizados pelas irmandades e ordens terceiras.

A romanização no Brasil veio então no sentido de moldar o catolicismo brasileiro conforme o modelo romano, o que significaria um

²¹ Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro de 1890. In: RODRIGUES, op.cit.,p.21.

processo de “purificação” do catolicismo popular de seus abusos e superstições, realçando a dimensão espiritual da religião: “a romanização é, pois, um processo através do qual o aparelho eclesiástico (...) assume o controle efetivo do aparelho religioso no seu todo (...), fortemente hierarquizado cujas bases locais são verticalmente integradas nas instituições eclesiásticas”²².

Sobre a religiosidade popular na primeira república, especialmente os movimentos “messiânicos” como o de Canudos, Juazeiro e Contestado a hierarquia da Igreja os via com desconfiança, pois, espontâneos e carismáticos, dispensavam a sua assistência oficial e colocava a autoridade de seus líderes acima da sua autoridade, sendo admitida esse tipo de religiosidade desde que submetida ao controle da hierarquia. Especialmente nesse momento de crise, a Igreja passou a ter consciência de que sua força agora residia em se aproximar das classes populares, e por isso não poderia deixar que o controle escapasse às suas mãos²³. No Brasil, as práticas religiosas católicas incorporavam elementos da apreensão popular dos signos místicos do catolicismo, do paganismo europeu e da cultura africana.

A intervenção restauradora também veio na repressão a essas práticas religiosas brasileiras – sensíveis a toda influência religiosa exercida por leigos, rezadores, beatos e fanáticos. O clero estava ausente da vida dos católicos e a restauração então buscava enquadrar a religiosidade popular. Na proposta restauradora, frente aos “valores modernos” que rejeitavam a autoridade da Igreja, a esta cabia a tarefa de indicar os “remédios” e “lembrar que as calamidades são fruto da desobediência”²⁴. Porém, o processo de romanização no país entrou em conflito com os costumes do povo e travou-se uma luta entre os missionários vindos da Europa e a prática popular rotulada de ignorante e supersticiosa, quando não fanática. O catolicismo europeizado vai se dar no seio das elites também europeizadas e é nelas que o clero vai colher as conversões dos homens de letras, homens de Estado, diplomatas e científicos. A estratégia principal da Igreja no início da época republicana não visou diretamente ao povo, e sim às elites. Foi estabelecendo uma rede importante de colégios em todo o país que a

²² OLIVEIRA, Pedro A.Ribeiro de. *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985, p.291.

²³ MOURA, Sérgio Lobo de; ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. A Igreja na Primeira Republica. In: FAUSTO, Boris. *Historia Geral da Civilização Brasileira*, 2 ed, t.3, v.2. RJ: DIFEL, 1978, p.325.

²⁴ SOUZA,op.cit., p.104 .

Igreja contou cristianizar as elites, para que estas, por sua vez, cristianizassem o povo, o Estado e a Legislação²⁵.

A “Pastoral Coletiva” de 1915 traz como indicativos de ações a pregação e a catequese, nas quais os párocos deveriam pregar a verdadeira fé e condenar os erros modernos, as regras na administração dos sacramentos, as prescrições para os cultos religiosos e as recomendações contra abusos, devendo-se ainda disciplinar o clero e lutar pela conservação dos bons costumes do povo e preservação da família. Demonstra já claramente uma preocupação com sua atuação entre os trabalhadores, recomendando aos párocos e a todos os sacerdotes, pregadores e confessores, “o cuidado e a direção dos operários, e a defesa de seus direitos; nos tempos difíceis que atravessamos, talvez não haja questão que mais merece da parte do clero e de todos os que se interessam pelo bem geral do povo e da sociedade”²⁶.

Já em 1929, a “Carta Pastoral” retoma a questão da separação entre Igreja e Estado com a República, agora avaliando mais enfaticamente como conseqüência dessa ruptura a crise vivenciada naquele momento:

a febre desse espírito de desordem e da falta de submissão às próprias leis naturais subiu ao mais alto grau no termômetro social. Já não se refletia, tal era o poder da imaginação exaltada. E é assim que corre uma eleição para a Constituinte; esta eleição foi uma mera formalidade; e a prova evidente desta verdade é que o patrimônio mais sagrado do povo brasileiro – a fé católica – foi inteiramente desrespeitado, desprezado pela nossa Constituição Republicana, lei fundamental da Terra de Santa Cruz, inteiramente em oposição ao mais arraigado do povo brasileiro – a Religião (...). Daí a razão principal, porque em 40 anos ainda não somos um portenho de ordem, de paz e de verdadeiro progresso, no concerto das nações²⁷.

²⁵ José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Bóris. *História Geral da Civilização Brasileira*. T.3, v.4. São Paulo: Difel, 1984, p.280.

²⁶ Pastoral Coletiva de 1915. In: OLIVEIRA, op.cit., p.

²⁷ Carta Pastoral de 1929. In: RODRIGUES, op.cit., p.72.

Apesar dessa avaliação negativa da república e de ainda manter um discurso fortemente antiliberal, nos anos 20 e 30, na maioria do clero e no conjunto da Igreja católica nota-se uma progressiva aproximação em relação ao regime e à sua ideologia liberal. Assim, um dos principais intelectuais envolvidos na causa católica do início do século XX, Jackson de Figueiredo, apoiará publicamente os presidentes Artur Bernardes e Epitácio Pessoa. Essa defesa, porém, vem no sentido da manutenção da ordem e não de comprometimento político. A tomada de poder interessaria menos a ele que a garantia de que a organização do Estado e da sociedade se desse em obediência aos preceitos religiosos conforme a nova elite em preparação os entenderia. Sobre Artur Bernardes, em plena campanha presidencial, Figueiredo afirma ser o único a merecer a simpatia e o apoio dos católicos, o único “que se diz católico e demonstra que sabe bem o que é ser católico”²⁸.

Jackson de Figueiredo está entre os leigos de maior atuação no pensamento católico brasileiro. Líder da restauração católica no Brasil converteu-se ao catolicismo após uma vida marcada pela boemia, pelo racionalismo, materialismo, evolucionismo e pelo “positivismo cientificista”. Levado à conversão, passou a criticar radicalmente o racionalismo e a defender uma “vida interior” como antídoto aos males da sociedade moderna. Para ele, a estrutura da Igreja seria reflexo terreno da ordem celeste, e o equilíbrio hierárquico entre essa instituição e o restante da sociedade o modo de organização da vida que corresponderia ao ser verdadeiro do homem e das coisas. E não bastaria preparar as elites dirigentes, e sim convencer a totalidade da nação que, sendo ela católica, não poderia ser dirigida por quem não o fosse. A mensagem do Centro Dom Vital, para Figueiredo, deveria alcançar as massas e combater o catolicismo popular.

É a partir da década de 1920 com Dom Sebastião Leme²⁹ que a Igreja assume, assim, objetivamente, a obra restauradora e cristianizadora, passando a interferir mais decididamente na sociedade, obra essa que seria realizada, de acordo com D. Leme, através do Ensino Religioso e da pregação, uma imprensa organizada no combate às más leituras devendo, para isso, conquistar para Cristo as elites intelectuais.

O Centro Dom Vital, fundado por Jackson de Figueiredo sob orientação de Dom Sebastião Leme no ano de 1922, era um “espaço de sistematização das idéias orientadoras do empenho católico na busca da

²⁸ FIGUEIREDO, Jackson de. A reação do bom senso contra o demagogismo e a anarquia militar. In: RODRIGUES, op.cit., p.137.

²⁹ Arcebispo de Olinda e Recife e posteriormente do Rio de Janeiro entre 1930 e 1943.

sua soberania nacional (...). Os intelectuais deveriam ser protegidos dos males da sociedade moderna, como a descrença, o agnosticismo, o materialismo e a vaidade”, pretendendo a re-catolização da intelectualidade³⁰. Órgão semi-oficial do Cardeal Leme, segundo Dias, na revista *A Ordem*, editada pelo Centro Dom Vital, circulavam os elementos que sustentaram o processo de constituição da doutrina católica sobre autoridade: ortodoxia, hierarquia, intelectualidade, grupos organizados e o movimento de massas. Demonstra a importância atribuída pela Igreja à imprensa, no empenho de formar consciências e divulgar a sua doutrina³¹.

D. Leme defendia ainda o apoio mútuo entre Igreja, Estado e associações católicas, reproduzindo os ideais católicos contra-revolucionários franceses que percebiam os movimentos de massa religiosos como instrumentos pedagógicos e de divulgação dos princípios da autoridade e da ordem. Buscou cristianizar as instituições sociais, desenvolver quadros de intelectuais católicos agregando-os ao Centro Dom Vital e alinhar as práticas populares aos procedimentos ortodoxos.

Se durante a República Velha a Igreja católica estabeleceu alianças com a oligarquia conservadora, e nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina alia-se com as sociedades de imigrantes, pequenos proprietários de terra ou donos de pequenas indústrias³², com o advento do Governo Provisório passou a conceder grande apoio a Vargas, embora inicialmente essa relação fosse marcada por diferentes estratégias de acordo com cada estado envolvido, não havendo atitude de conduta uniforme perante a Revolução de 1930, mesmo entre a alta hierarquia.

Em São Paulo, por exemplo, o presidente recebeu manifestações de apoio do arcebispo metropolitano D. Duarte Leopoldo e Silva, mas, em 1932, colocou-se ao lado dos paulistas. Em Minas Gerais, o movimento de reaproximação entre Igreja e o poder republicano é facilitado pela presença no Governo do estado de um governante que professava publicamente sua fé católica, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, que autorizou, por exemplo, o ensino religioso dentro do horário escolar e, comprometendo-se com a Aliança Liberal, contou com a simpatia do episcopado³³. Com Dom João Becker no Rio

³⁰ DIAS, op.cit., p.90.

³¹ Ibid, p. 93.

³² BEOZZO, op.cit., p.278-279.

³³ Ibid, p.295-297.

Grande do Sul, a Igreja alinhou-se decididamente ao lado de Getúlio Vargas. Já no Rio de Janeiro, a atitude de Dom Leme foi cautelosa e de certa neutralidade, decidindo “trabalhar pela paz” e afirmando que jamais se ligaria a um movimento revolucionário, seja ele qual fosse, seguindo a doutrina da Igreja, chegando a conseguir um acordo para salvar a vida do Presidente Washington Luiz³⁴.

A estratégia de atuação da Igreja nas políticas do Estado após a Revolução de 1930, não conseguindo apoio integral do clero para a criação de um partido católico, foi marcada inicialmente pela ação da Liga Eleitoral Católica (LEC), atuação indireta, porém eficaz, com dupla finalidade: instruir, congregar e alistar o eleitorado católico; e assegurar aos candidatos de diferentes partidos a sua aprovação pela Igreja e, portanto, do voto dos fiéis, mediante aceitação por parte dos mesmos candidatos dos princípios sociais católicos e do compromisso de defendê-los na Assembléia Constituinte.

O programa da LEC, montando “uma estratégia de cerco ao Estado”, reivindicou a promulgação da Constituição em nome de Deus; o reconhecimento do casamento religioso; a incorporação do ensino religioso nas escolas; a assistência religiosa às classes armadas, prisões, hospitais, etc; a liberdade de sindicalização, garantindo os sindicatos católicos; a decretação da legislação trabalhista inspirada nos preceitos da justiça social e da ordem cristã; a defesa da propriedade individual; leis em defesa da ordem e contra atividades subversivas, respeitadas as liberdades políticas e civis; e o combate a legislação que contrarie os princípios da doutrina católica³⁵.

Mas a lei de março de 1931 previa a “abstenção, no seio das organizações sindicais, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou religioso”, jogando por água a baixo as pretensões da Igreja em organizar sindicatos confessionais. Assim, “ao mesmo tempo em que o Estado cedia à Igreja na questão do ensino religioso nas escolas, não estava disposto a dividir com ninguém o controle da classe operária”. A Igreja reagiu, porém acabou mantendo seu apoio a Vargas³⁶, partindo para outras formas de organizações de trabalhadores, como os “Círculos Operários” e “Juventudes Católicas”,

³⁴ Ibid, p.290.

³⁵ Ibid, p.306.

³⁶ A maior dificuldade, que poderia ter estremecido essa relação ‘amistosa’, foi a nacionalização do ensino em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul em 1938, que atingia também o trabalho pastoral pois ficavam proibidos os sermões em alemão ou italiano, bem como o uso desses idiomas em público sob pena de prisão.

seguindo as recomendações da *Rerum novarum*, encíclica que norteava as ações da Igreja nesse processo de retomada de espaços na sociedade, no Estado e principalmente entre as camadas mais pobres e trabalhadores, com o objetivo de competir com os progressistas.

O saldo da Igreja ainda foi positivo: a “Liga Eleitoral Católica” conseguiu que a Constituição de 1934 incorporasse algumas de suas principais exigências como o apoio financeiro, proibição do divórcio, reconhecimento do casamento religioso, educação religiosa e subsídios do Estado para escolas católicas. Além da LEC, que só atuava durante o período eleitoral, a Igreja, buscando um instrumento de ação permanente formado por leigos e de estrutura nacional, fundou em 1934 a “Ação Católica” brasileira, pretendendo estabelecer uma ponte entre as esferas privada e pública, sendo organizada na hierarquia da Igreja e fora e acima dos partidos, para a construção “do reino universal de Cristo”.

Porém, se legislação de Vargas satisfizes aspectos da doutrina social da Igreja, ainda assim não conseguiu evitar a crise após 1945: a Igreja modernizou sua estrutura organizacional, mas sem modificar seu conteúdo, não atingindo efetivamente as massas. Mais preocupada com suas relações com o Estado e com as elites dos que com as massas, a Igreja teve que mudar para manter um bom relacionamento com os governos democráticos, diminuindo a ênfase na autoridade e na ordem, e fez com que os líderes reavaliassem a sua missão, permitindo a presença de movimentos populares mais permanente e organizada na política nacional e na Igreja³⁷.

1.2 – Pensamento autoritário católico e o pensamento autoritário de Estado no Brasil

*Católico revolucionário é absurdo, tão grande, que se pode jurar diante de quem quer que como tal se apresente: ou que não é católico ou que não é revolucionário*³⁸

Só a força organizada e posta a serviço sistemático da lei, e posta de modo positivo, mais duro, mais forte,

³⁷ MAINWARING, op.cit., 2004.

³⁸FIGUEIREDO, Jackson de. A reação do bom senso contra o demagogismo e a anarquia militar. In: RODRIGUES, p.152.

*mais cruel, quando assim for preciso, será capaz de criar, por sua vez, uma ordem natural de respeito político, capaz de beneficiar-nos, senão a nós, aos nossos filhos, com as vantagens do que pode em verdade chamar uma pátria forte e respeitada*³⁹.

*O sentimento nacional forte gera a subordinação do indivíduo ao grupo; esta subordinação gera obediência ao Estado; a obediência ao Estado gera a força, a grandeza, o domínio*⁴⁰.

Analisando o pensamento político autoritário do Brasil, contemporâneo ao período mais intenso da restauração católica no país, percebemos que os dois pensamentos convergem em muitos momentos, o que explica também o apoio da Igreja católica no Brasil ao Governo Vargas. Para ambos, a análise da situação do país passava pela constatação da crise anunciada por qual faria passar o Brasil seus governos liberais. Além disso, propunham a centralização do poder executivo como solução para essa crise, e avaliavam que o povo seria uma “massa amorfa” que deveria ser guiada e que as elites seriam as protagonistas do processo de transformação social, bem como defendiam o corporativismo como modelo ideal que conduziria a nação e os trabalhadores na construção da sociedade civilizada e de uma identidade nacional.

Apesar das semelhanças, percebem-se também diferenças substanciais entre esses pensamentos, explicitadas pelo sociólogo Ricardo Silva. Silva diferencia o autoritarismo de autores políticos como Francisco Campos, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, do autoritarismo integralista de Plínio Salgado e dos autores católicos, sendo que o autoritarismo dos três primeiros seria de natureza tecnocrática e dos dois últimos de natureza espiritualista. Os católicos e integralistas, de acordo com Silva, apelavam para uma reforma moral do homem e da sociedade, entendida em sentido metafísico e religioso: o autoritarismo dos pensadores espiritualistas buscava mobilizar as massas

³⁹ Coletiva do Episcopado Brasileiro de 1900. In: RODRIGUES, op.cit., p. p.148.

⁴⁰ VIANNA, Oliveira. In: SILVA, Ricardo. *A Ideologia do Estado Autoritário no Brasil*, 2004, p. 189.

para que estas se constituíssem como verdadeira substância do Estado. Por outro lado, o autoritarismo dos tecnocratas manteve aversão à mobilização das massas, considerando-a como indicação de desordem e irracionalidade⁴¹.

É, porém, decisiva a participação da doutrina social da Igreja na constituição do pensamento autoritário; seja pela autoridade moral, seja pelo caráter geral e genérico de seus princípios, o pensamento da Igreja “penetra pelos poros dessa intelectualidade”⁴². Principalmente com a criação do Centro Dom Vital, o pensamento católico baseou-se nos pensadores contra-revolucionários europeus do século XIX que enfatizavam a autoridade e a ordem em recusa aos princípios da Revolução Francesa. De Maistre, por exemplo, possuía uma visão universalista medieval, onde a Igreja era vista como salvadora da humanidade. A autoridade civil receberia de Deus, e não do povo, a soberania que lhe possibilitaria governar. O homem, para De Maistre, seria muito mau para ser livre; indica, assim, a necessidade de um poder carismático, que levaria à fidelidade à fé e à obediência. As massas deveriam, então, ser reconduzidas a essa autoridade⁴³.

Pio IX com o Concílio Vaticano I reforçou a idéia da infabilidade papal, buscando reconstituir a soberania e a autoridade católicas. Nesse processo de retomada da influência católica na sociedade, defendeu que a ordem política só poderia se restabelecida a partir da restauração da ordem religiosa, que garantiria a harmonia social e o respeito à autoridade. Devia-se então combater o naturalismo e o liberalismo, doutrinas que recusavam tanto a autoridade do Estado quanto de Deus e da Igreja. Buscou ainda demonstrar a impossibilidade do exercício da autonomia do homem, defendendo a tutela sobre a razão. Também com o Papa Leão XIII, a verdadeira liberdade só seria pensada a partir da submissão a Deus e sujeição a sua vontade. Na encíclica *Rerum novarum*, de 1891, afirma que a subversão da sociedade é culpa da recusa à autoridade da Igreja, e que a soberania popular produziria a desordem. Condenou a liberdade de imprensa e de ensino, dando à Igreja a missão restauradora da ordem e da harmonia social.

Assim, um dos pontos de convergência entre pensadores católicos e pensadores políticos de Estado seria a idéia de que a sociedade brasileira estaria vivendo uma grave crise, conseqüência da fraqueza institucional do Estado, abraçado pelo liberalismo, e por uma

⁴¹ *ibid.*, p.66-67.

⁴² LENHARO, *op. cit.*, p.182.

⁴³ DIAS, *op.cit.*,1996.

massa inerte e ignorante que deveria ser tutelada. Como solução tinham em comum a centralização do poder, o necessário afastamento do liberalismo, a defesa da ordem através de um Estado forte, corporativista e paternalista, possibilitando, assim, a construção de uma identidade nacional.

A “Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro”, de 1890, já sinalizava que a avaliação da Igreja a respeito da atual situação do país, agora republicano, não era positiva:

Melindrosa, cheia de perigos, de imensas conseqüências para o futuro, dignos cooperadores e filhos muito amados, é a crise, que, neste revolto período de sua história, vai atravessando nossa pátria. Crise para a vida ou para a morte. Para a vida, se todo nosso progresso social for baseado na religião; para a morte se não o for⁴⁴.

Essa avaliação não diz respeito apenas aos rumos políticos e econômicos traçados pelo novo regime, mas especialmente pelas medidas que afetavam diretamente a Igreja e que, apesar de livrar-se da condição de subserviente ao Estado, a desligava definitivamente da condução do país e influência nas decisões. A separação entre Igreja e Estado, e assim entre Governo e Deus, seria a principal causa do “caos” que se instaurava no Brasil:

Que será de ti, coitado e querido povo do Brasil, se além de tudo te roubam também a tua fé, e ficas sem Deus, sem Deus na família, sem Deus na escola, sem Deus no Governo e nas repartições públicas, sem Deus nos últimos momentos da vida, e até na morte e na sepultura sem Deus⁴⁵.

A citação acima não indica apenas o descontentamento da Igreja por ter perdido sua influência no governo e em setores públicos como educação e cemitérios, mas a sua responsabilidade e preocupação para com o Brasil e o povo brasileiro. Mais que isso, a Igreja se mostra como

⁴⁴ Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro de 1890. In: RODRIGUES, op.cit., p.17.

⁴⁵ Ibid, p.19.

a principal formadora da nação, e que apenas ela poderia construir, junto ao Estado, uma identidade nacional.

Na “Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro”, de 1900, a respeito do quarto centenário do “descobrimento” do Brasil, examina-se os “favores do céu” e os erros cometidos durante esse período. Como provas da “benção divina”, cita a riqueza natural do país e a Providência, “querendo adotar-nos logo como filhos de predileção, decretou que o primeiro sinal de domínio plantado na nossa terra, fosse o sinal de Jesus Cristo”, a elevação do Brasil a vice-Reino e, pela benevolência divina, fez o país se deparar, frente à tentativa de recolonização, com “um príncipe brioso, e amante do Brasil, que opôs invencível obstáculo às tentativas de nosso aniquilamento social”⁴⁶. Porém, a caça, a escravidão, os maus tratos aos indígenas e a perseguição aos católicos no passado, a liberdade de culto e de imprensa radical, a insinuação dos princípios e práticas destruidoras da família, da sociedade e da religião no presente, são “atrocidades que bradaram aos céus por vingança”.

Assim, a Igreja, apesar de se dizer não contrária ao regime passado nem ao presente, afirma que a mesma fé que a faz respeitá-los e obedecê-los, “mostra os erros cometidos pelos homens e nos ensina a combatê-los onde quer que apareçam”⁴⁷. Dessa forma a Igreja coloca-se como a instituição que “informou a vida aos brasileiros, que lhes deu a civilização, adozou os costumes, conservou a unidade nacional, e é o patrimônio mais precioso que recebemos de nossos pais e queremos legar a nossos filhos”⁴⁸.

O pensamento autoritário católico torna-se mais evidente e com mais profunda penetração na sociedade e no Estado a partir da década de 1920 com o Cardeal Dom Sebastião Leme. O Episcopado teria o dever de combater a desobediência à autoridade divina que resultaria em excessiva tolerância, fome de prazeres e ambição sem fim. Todos os males da sociedade moderna, como falta de amor, desprezo à autoridade, luta de classes e ambição, teriam origem no afastamento do Estado das leis de Deus e da Igreja e da influência dos ideais liberais no Estado laico. O discurso autoritário da Igreja, a partir desse momento, já amenizado quanto ao combate ao liberalismo, é fortalecido no anticomunismo. Já a aproximação com o Integralismo se deu na defesa

⁴⁶ Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro de 1900. In: *ibid*, p.62.

⁴⁷ *Ibid*, p.63.

⁴⁸ *Ibid*.

da ordem, do princípio da autoridade e no combate ao comunismo, porém nunca resultou numa explícita aliança entre eles.

Na “Carta Pastoral” de 1929, afirma-se que

A sociedade civil, qualquer que seja a sua forma de governo, não é possível, senão por meio de uma hierarquia, cujos chefes são investidos do poder de mando; mas o radicalismo socialista, em virtude do tal princípio de independência, proclamado pelos mais responsáveis do bem social, para logo reivindica a perfeita e inalienável igualdade de todos, destrói todo o direito de comando, toda obrigação de obedecer, sendo cada um soberano de si mesmo. E a esta primeira consequência do princípio revolucionário dos Enciclopedistas, do ‘evangelho moderno’, o comunismo, sob o império da cobiça, erigida em teoria, acrescentou uma outra: fazendo substituir aquela lei natural, que o senso comum de todos os séculos e de todos os povos civilizados sempre reconheceu, assegurando aos cidadãos a posse a transmissão dos bens adquiridos pelo talento, pelo trabalho e pela economia, por aquilo que eles chamam de direito de partilha igual, e que não é mais que a espoliação dos proprietários”⁴⁹.

Afirma ainda, na defesa da legalidade, que “Deus criando o homem livre, não o criou independente de toda lei, e que a liberdade não é licenciosidade de fazer tudo o que agrada. Deus deu lei a todas as criaturas, porque as dirige todas para seu fim, de uma maneira conforme a natureza de cada uma”⁵⁰. Assim, a liberdade do homem significaria seguir a sã razão: o homem não pode escolher o objeto de sua vontade, senão quando se dá um juízo da razão, ou seja, a lei: “assim, pois, é a lei que guia o homem em suas ações e também o que, pela sanção das recompensas e das penas, o atrai para as boas e o desvia do pecado”⁵¹.

Armado da falsa idéia de sua soberania, o povo se deixaria “arrastar às perturbações sociais, às revoluções, às sedições e guerras civis”. O freio poderoso do dever e da consciência – a religião – é

⁴⁹ Carta Pastoral de 1929. In: *ibid*, p.72.

⁵⁰ *Ibid*, p. 74.

⁵¹ *Ibid*.

inteiramente quebrado. Não restaria ao Estado senão a força material, mas esta, “além de ser mais apropriada para dirigir irracionais, não poderá sempre conter as paixões populares”⁵²

Para Dom João Becker, nem liberalismo nem socialismo deram conta de seu programa. Os regimes democráticos perseguiriam a Igreja, a imprensa moderna propagaria idéias contrárias às leis de Deus. Restaria à Igreja restaurar os princípios da autoridade, com a defesa da legalidade. A verdadeira liberdade consistiria na ordem, na obediência ao governo, no respeito às leis e na subordinação à autoridade.

Dom João Becker foi Bispo de Florianópolis entre 1908 e 1912, transferindo-se para o Rio Grande do Sul e tornando-se Arcebispo de Porto Alegre entre 1912 e 1946. Sua atuação, ainda em Florianópolis na década de 1910, como se verá melhor no segundo capítulo, foi marcada pelo discurso da autoridade e preocupação em torno de organizar um clero disciplinado e um laicato inserido numa religiosidade de cunho sacramental e romanizado⁵³. Direcionou seus esforços na tarefa de dotar a Igreja de uma “aura de respeitabilidade”, capaz de imprimir-lhe o lugar de reserva moral da sociedade, usando de sua autoridade como princípio capaz de direcionar seu clero ao padrão de convivência social e atividade sacerdotal que julgava necessário⁵⁴. De acordo com Artur César Isaia,

A observância dos princípios de hierarquia eclesiástica era salientada como capaz de reforçar o triunfo católico contra as ‘forças do mal’. Entre essas, adquiriam relevância nos seus posicionamentos todos os modernos fenômenos político-sociais tendentes a subverter a ordem social e relativizar o papel do catolicismo. Assim, o Estado respeitador das prerrogativas do catolicismo tinha inimigos comuns com a Igreja, apresentada como uma aliada dotada de força inigualável devido a ascendência moral desfrutada sobre as massas e ao caráter hierárquico de sua organização, capaz de reproduzir em unísono as determinações de seu

⁵² Ibid, p.78.

⁵³ ISAIA, Artur César. *O cajado da ordem: catolicismo e projeto político no Rio Grande do Sul – D. João Becker e o autoritarismo*. Tese defendida pela Universidade de São Paulo, 1992, p. 65.

⁵⁴ Ibid, p.69.

chefe visível, em união com o colégio episcopal⁵⁵.

Dom Becker atuou numa República já separada da Igreja e defendia a “harmonia prescrita pelo ensinamento da Igreja entre o exercício do poder civil e do religioso”. Preocupava-se com a questão da emergência de soluções políticas cada vez mais divorciadas da unidade moral apresentada pela cristandade medieval, frisando que a separação entre poder civil e religioso não significava necessariamente um hiato entre a moral religiosa e a do Estado⁵⁶. Buscava evidenciar a necessidade dos governos temporais sujeitarem-se a princípios éticos de acordo com os ensinamentos da Igreja, “na luta pela instituição de uma unidade moral, capaz de avaliar um padrão de convivência social favorecedor do trabalho missionário da Igreja e de garantir a obra de edificação da ‘nova cristandade’⁵⁷”.

Assim, de acordo com Dom Becker,

Para um católico nada significa a pretendida antinomia entre deveres nacionais e deveres religiosos pela simples razão de que Cristo, cuja revelação a Igreja Católica conserva e ensina, prescreve o cumprimento de todo o dever pelo mesmo motivo religioso fundamental, isto é, porque a vontade divina, como manda amar a família e obedecer as prescrições de seu chefe, ordena também amar a pátria e obedecer aos legítimos governantes como ao mesmo Cristo⁵⁸.

Posteriormente a Dom Becker, assumiu a Diocese de Florianópolis Dom Joaquim Domingues de Oliveira, também primeiro Arcebispo da província eclesiástica a partir de 1927. Durante o Estado Novo, D. Joaquim, seguindo as recomendações nacionais, redefiniu as práticas de sua Arquidiocese, ditando costumes que deveriam ser seguidos. Os momentos solenes da sociedade catarinense, dos quais participavam o então Governador do Estado Nereu Ramos e D. Joaquim, tornaram-se um misto de manifestação civil – patriótica e religiosa, conjugando a unidade nacional em três alicerces fundamentais: Família, Deus e Pátria. A utilização do crucifixo nas

⁵⁵ *ibid.*, p. 74.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 83-84.

⁵⁷ *Ibid.*, p.85.

⁵⁸ BECKER, D. João. *Cristo e o mundo atual*. Porto Alegre, 1943, p.96-97.

Escolas Públicas e nos Tribunais do Júri seria um exemplo dessa conjugação Igreja e Estado.

A Igreja católica em Santa Catarina, conduzida por D. Joaquim, caminhava para um projeto que via no respeito mútuo e na harmonia o progresso humano. Com a industrialização e os sinais de progresso, a política getulista era vista como um projeto no qual a ciência, a ética cristã e a pátria formariam o tripé que imprimiria ao país o bom comportamento, a honestidade, o trabalho, obediência e modernidade. Assim, o catolicismo, de braços dados com o poder estatal, redimensionaria a sociedade catarinense e a prepararia para o novo momento histórico nacional.⁵⁹

A Igreja, junto ao Estado, seria aquela capaz de reabilitar a moral e por conseqüência a civilização cristã no seio da sociedade. Para que o Estado pudesse pôr em prática seu ideal cooperativista e disciplinador, seria indispensável a prática religiosa; somente ela poderia estreitar as relações e enquadrar o sujeito dentro dos dispositivos reguladores. A Igreja possibilitaria, assim, a integração de um Estado uno, homogêneo e organizado⁶⁰.

Com o processo inicial de industrialização e os sinais de progresso vindouro, a Igreja viu no governo Vargas um projeto que seria capaz de adequar a efervescência industrial-urbana aos moldes cristãos, impedindo o trânsito de idéias anticristãs; “a nova civilização que se construía, ligada às descobertas científicas do mundo moderno, fazia parte do próprio empenho da Igreja em transformar a civilização industrial no corolário eficaz de uma nação unida por laços familiares, cristãos e patrióticos”. A ciência colocaria o homem na vanguarda das descobertas científicas e higiênicas; a ética cristã imprimiria a moral do bom comportamento, da honestidade, do amor ao trabalho e da obediência à autoridade; e a pátria, conduzida pelo Estado, acolheria os filhos diletos e forjaria-lhes uma identidade nacional⁶¹.

Mas, para seguir seu caminho rumo ao progresso e à ordem, a sociedade precisava ser disciplinada, reordenada e limpa, mantendo-se sempre a vigilância para impedir o avanço de ideais contrários a esses:

Rezar pelo Brasil” Sim: para que ele continue disciplinado e unido, na sua gloriosa trajetória.

⁵⁹SOUZA, Rogério Luiz. *A construção de uma nova ordem: catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina (1930 – 1945)*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

⁶⁰ Ibid, p.63.

⁶¹ Ibid, p.121-123.

Rezar, com mãos puras e corações lavados. Rezar para que não nos contaminem essas moléstias sociais que se chamam anarquismo, bolchevismo; que são a desordem, o cancro das nações; que são a anarquia, a revolta dos incapazes e a reação dos desaproveitados. Rezar, enfim, por um Brasil grande, ou um Brasil maior”⁶².

Assim como Dom Joaquim, Jackson de Figueiredo, principal líder do processo de restauração católica e fundador do Centro Dom Vital, extremamente próximo de D. Leme, também se pôs em defesa da ordem, da autoridade e da disciplina. Como De Maistre, para Figueiredo o homem é visto como tão perverso que a dependência seria o melhor para ele.

No artigo “A Invenção da Ordem: intelectuais católicos no Brasil”⁶³, Fernando Antonio Pinheiro Filho afirma que restaurar a ordem segundo Jackson, significaria repor a diferença natural entre os homens, no reforço das idéias de autoridade e hierarquia, o valor da família, da pequena propriedade e de uma vida em comunidade, identificando e atacando as “sementes da revolta”: liberalismo e comunismo.

Para Figueiredo, a Igreja seria a instituição capaz de garantir o equilíbrio na sociedade através do amor e da bondade, da força e do amparo. A moral católica segundo ele seria vivificadora, organizadora, civilizadora, e a obra recristianizadora salvaria o Brasil da desordem, implantando a disciplina e reforçando as consciências com trabalho e paciência⁶⁴. Na defesa da legalidade, Figueiredo afirma que o cristão,

sabendo-se capaz da livre determinação da ordem moral, dentro dela soube apreender a significação superior da vida em sociedade, que requer leis e o respeito a elas, mesmo quando aparentemente ou realmente são injustas. O homem de bem não as transgredir nunca, porque sabe que a ordem social sofrerá mais de uma violenta destruição do erro, que nela se infiltrou, do que da sua conservação, por mais algum tempo, mas sempre

⁶² *Dia da Pátria*. Alocução de Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Florianópolis, setembro de 1936.

⁶³ FILHO, Fernando Antonio Pinheiro. *A Invenção da Ordem: intelectuais católicos no Brasil*. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, v. 19. São Paulo, 2007, p. 33-51.

⁶⁴ DIAS, op.cit.,1996.

passageira, pois é certo, todos os homens devem ter a certeza inabalável de que o erro não resiste à ação da verdade⁶⁵.

Jackson de Figueiredo também mostra sua preocupação com a nação que, segundo ele, necessitaria da paz, só garantida pela legalidade, e só “a vitória dos que defendem esta contra as ambições caudilhascas deste momento será garantia de que não é uma desgraça ser brasileiro, ter nascido sobre a terra ubérrima e feraz e não ter tido a dignidade de saber implantar, sobre base tão sólida, a solidez de princípios morais que fazem propriamente o que se pode chamar uma Pátria”⁶⁶.

O clero, também preocupado com a ignorância religiosa popular, tinha a crença tradicional de que o povo, e não a instituição, precisava mudar. Pouco respeitava a religiosidade popular, vista como inferior: as pessoas simples nada tinham a ensinar, sendo a missão do padre elevar a fé do povo no nível de sua própria fé. Paternalista, os padres seriam os pastores que guiariam o rebanho. A Igreja avaliava que esteve distante das massas e que por isso chegara o momento de reforçar as formas tradicionais católicas. Essas práticas religiosas acabavam por reforçar o autoritarismo em outras instituições sociais⁶⁷.

Também o pensamento de Estado autoritário expressa a necessidade de ação forte do Estado, sempre considerada urgente e inadiável, tendo em vista a suposta gravidade da crise que estaria assolando o país. Segundo Bolívar Lamounier, o que chama de “ideologia de Estado” seria uma construção intelectual que sintetiza e “dá direção prática a um clima de idéias e de aspirações políticas de grande relevância”, a constituição de uma “visão de mundo político na qual são afugentadas todas as representações conducentes à noção de um ‘mercado político’, exorcizado em proveito das representações fundadas no princípio de autoridade e em supostos consensos valorativos”⁶⁸. Pretendia “afugentar” da organização e da ação políticas toda consideração de mercado, em proveito de representações hierárquico-coercitivas⁶⁹.

⁶⁵ FIGUEIREDO, In: RODRIGUES, op.cit., p.141.

⁶⁶ Ibid, p.145.

⁶⁷ MAINWARING, op.cit.,p..

⁶⁸ LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III, 2º Volume. 2ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978, p.357.

⁶⁹ Ibid, p.360.

De acordo com Lamounier, o principal ponto dessa “ideologia de Estado” seria o intento de “domesticar” o mercado e o princípio de mercado atuante nas relações políticas, ou seja, seu caráter antiliberal seria a refutação do liberalismo comercial. Contrariando Lamounier, Ricardo Silva afirma que antiliberalismo do pensamento autoritário de Estado é quanto ao liberalismo político, admitindo o livre comércio.

Segundo Ricardo Silva, o pensamento político autoritário brasileiro⁷⁰ está ligado a discursos relacionados à legitimação de um processo e de práticas políticas nas quais a ação estatal apresenta-se como necessidade de sobrevivência da nação, ameaçada ante o caráter catastrófico da crise brasileira. Crise seria, assim, sempre sinônimo de desordem, de ausência de direção e de organização, e de um apocalipse social iminente⁷¹.

Assim, uma das principais características que marca tanto o pensamento católico autoritário quanto o pensamento político autoritário da primeira metade do século XX no Brasil é a oposição ao liberalismo e ao socialismo. O antimodernismo eclesiástico, em vez de se por contra os traços modernos de dominação, volta-se sobretudo contra o laicismo do domínio da coisa pública e no pensamento. Sobre as relações com o liberalismo, Romano afirma ser “inútil, pois, ordenar à Igreja que se recolhesse totalmente à particularidade das consciências individuais (...). Renegar seu ser público seria renunciar a si mesma. O processo de luta chegava ao limite a partir do qual não há síntese possível”⁷².

A luta entre Igreja e liberais, segundo Romano, no período anterior e logo após a instauração da República estabelece-se ao redor dos objetivos da conquista da opinião pública. Enquanto a Igreja lança-se às massas, reforçando seus meios de divulgação de largo alcance com a imprensa católica, os métodos modernos de catequese e as missões, os liberais jogam-se no domínio da imprensa, das escolas, da universidade, procurando estabelecer um campo laico “superior à massa”, criando uma linha política de produção das elites dirigentes⁷³.

A Igreja mobilizou-se, instituindo uma teoria da autoridade conscientemente irracionalista, que atribui a autoridade à hierarquia eclesiástica para salvar a sociedade da destruição. Unidade, autoridade e

⁷⁰ Ricardo Silva apresenta esses discursos ligados à legitimação das ações estatais centralizadas também como “ideologia de Estado autoritário”, porém entende o conceito de ideologia como um conjunto de formas simbólicas associadas à legitimação da estrutura de dominação, que não seria apenas a de classe, mas também técnicas, de gênero ou estatísticas.

⁷¹ SILVA, op. cit., p.121.

⁷² ROMANO, op.cit., p.105.

⁷³ Ibid, p.107.

massas foram articuladas na pregação do mito da sociedade harmoniosa. O combate ao modernismo, que traria o laicismo e o Estado afastado da Igreja e de Deus já pode ser percebido com Gregório XVI na *Mirari vos*, de 1832, com o combate ao secularismo, responsável pela ruptura da sociedade com os freios da religião. As revoltas teriam sua fonte na heresia e nesse alargamento das relações da Igreja com a sociedade e com o Estado. Pio IX também percebeu o Estado moderno identificado com a impossibilidade de governar sem o uso da força, pois se afastou de Deus e banuiu a religião da sociedade civil.

Já Leão XIII mudou a estratégia e, em vez de condenar o mundo moderno, estabeleceu o diálogo e certa tolerância com os temas da modernidade, embora ainda combatesse o racionalismo e o liberalismo por rejeitarem a obediência a Deus. Com Pio X na *Pascendi Dominici gregis* demonstra-se mais uma vez a oposição à modernidade, defendendo a vigilância sobre professores de seminários e universidades, censura, ameaça de excomunhão aos contrários à encíclica e a vigilância em cada diocese para denunciar modernismos. Empenhou-se em equipar Igrejas para enfrentar o mundo moderno.

No Brasil, o que a Igreja avaliou era que representava um país com índole católica, mas governado por não-católicos, afastados de Deus e com o laicismo crescente. D. Becker relacionava a crise da sociedade e o abalo da autoridade à mentalidade moderna, caracterizada pela ruptura com as tradições cristãs e pela concepção do indivíduo autônomo (emancipado de Deus e egoísta). O Brasil teria se deixado dominar pelo agnosticismo oficial, adotando o ensino leigo e expulsando Deus da vida pública. Defendia, desse modo, que poder e Estado deviam estar fundados na ordem moral que se fundamentaria nas leis de Deus, e a soberania da razão e das vontades humanas é vista como princípios da revolução e da anarquia. Segundo ele, quando a vontade geral passa a ser fundamento do poder, este perde a estabilidade. Combateu o materialismo e atacou o laicismo: sem o freio do dever e da consciência, restaria o uso da força pelas armas sobre as massas além de que os dirigentes da economia, aderindo ao laicismo, tratariam os operários como instrumentos.

Assim como os católicos, para os pensadores do Estado autoritário o liberalismo seria um obstáculo à tomada de consciência das elites dirigentes em relação à sua tarefa histórica de organizar a nação, e as instituições liberais são apresentadas como incompatíveis com a

formação da sociedade brasileira e com as características psicológicas e culturais do povo⁷⁴.

Foi Oliveira Vianna quem desenvolveu maior esforço para a idéia da impossibilidade da democracia liberal no Brasil, dizendo que esse regime só se adequava à Inglaterra e aos Estados Unidos devido à existência de condições particulares, como “o sentimento de Estado-nacional, isto é, a consciência em cada cidadão do povo-massa, de um destino ou uma finalidade nacional ao mecanismo do governo e da administração centrais”. No Brasil, além de faltar essa consciência nacional, faltaria também o solidarismo nas tomadas de decisões. Assim, o Estado liberal no Brasil, “assentados sobre massas populares e democráticas – da soberania do povo-massa e não do povo-elite – era mais que um erro: era uma impossibilidade prática, um artificialismo, uma utopia irrealizável”. Negava, assim, a soberania popular e transferia essa soberania para o Estado representado por suas elites⁷⁵.

O pensamento autoritário de Estado busca na história do Brasil os responsáveis pela crise, apoiando-se na análise da evolução histórica das instituições econômicas, políticas e sociais do Brasil da época colonial ao período republicano. Na análise da crise realizada por estes pensadores e seus seguidores, observa-se uma convergência de opiniões em torno da falência moral e política da Primeira República. Tal fenômeno, por sua vez, é atribuído essencialmente ao enfraquecimento da autoridade central do Estado e à conseqüente degeneração moral e política das elites estatais escolhidas pelo sufrágio popular⁷⁶.

A dissolução da autoridade, causadora da crise pela qual estaria passando a nação, para pensadores autoritários como Alberto Torres e Oliveira Viana devia-se à instituição do sufrágio universal, o qual poria em movimento uma população deseducada politicamente, gerando desordem ao invés de orientação política. O sufrágio universal, estendido a “toda a peonagem dos campos, essa população de pardos, cafuzos e mamelucos infixos”, faz Oliveira Vianna concluir que “esta feição de tumulto e violência era originada pela brusca intromissão, nos comícios eleitorais, da massa plebéia, inteiramente despreparada para as atividades democráticas”⁷⁷. Outra razão refere-se à decadência moral, política e técnica das elites estatais no período republicano, ao abandono do critério de seleção dos homens de Estado e ao estabelecimento do

⁷⁴ SILVA, op.cit., p.165.

⁷⁵ *ibid*, p.173-175.

⁷⁶ *Ibid*, p.126.

⁷⁷ *Ibid*, p.132-133.

regime federativo. Estes fatores conduziriam inevitavelmente à crise de autoridade do Estado e, portanto, à falta de direção política⁷⁸.

Irracional, deseducada e apolítica, a incapacidade mental do povo brasileiro teria passado a dominar a esfera política quando se instituiu o sufrágio universal, sendo responsável pela desorganização nacional. Para Vianna, o povo brasileiro estaria entre aqueles absolutamente incapazes politicamente e, através de uma explicação de fundo racista, afirma que parte considerável da população, principalmente “cabras”, “pardos”, “mamelucos”, “curibocas”, “oriundos de tipos étnicos menos ricamente providos de qualidades eugênicas”, teria como única função política servir como um exército de capangas dos senhores rurais. Isso devido à ausência de qualidades superiores de inteligência e caráter nestes “mestiços inferiores”⁷⁹. O povo ideal seria o obediente e disciplinado e repudiava população mestiça devido à sua suposta aversão “às atitudes que exigem disciplina e continuidade”, sendo o mestiço um instável, irregular, descontínuo, subversivo⁸⁰. Já Torres, segundo Ricardo Silva, abre mão da explicação da superioridade de certas raças e compreende o apoliticismo da plebe e a necessidade do autoritarismo estatal como fenômenos sociológicos e culturais, destacando as características de homem “sensível, generoso, nobre, hospitaleiro, probo, trabalhador, o homem genuinamente brasileiro”⁸¹.

Assim, para que a crise fosse superada, a nação organizada e o povo educado, seria necessário uma forma de Estado com ampla liberdade de movimento aos governantes. Quanto mais desimpedida a ação das elites estatais, mais rapidamente entraríamos na condição de nação organizada. É por meio do executivo que o Estado age para criar uma sociedade de características homogêneas, disciplinada e de povo obediente, capaz de dar suporte a uma nação organizada, um poder condutor de reformas⁸².

Para Vianna, o Estado corporativo representa uma das dimensões do Estado autoritário, pois a organização corporativa das classes, além de ser pensada como um mecanismo de informação para o Estado, é também concebida como um mecanismo de legitimação do domínio estatal, que requer um executivo forte⁸³. O problema político e

⁷⁸ Ibid, p.133.

⁷⁹ Ibid, p. 178.

⁸⁰ Ibid, p. 178-179.

⁸¹ Ibid, p.184.

⁸² Ibid, p.185.

⁸³ Ibid, p.192-193.

social do mundo poderia ser resolvido por meio do sindicalismo corporativista, mas era necessário reconhecer que havia vários tipos de corporativismo. O “corporativismo democrático” brasileiro deveria ser construído pela compatibilização de um Estado forte com um indivíduo livre; de uma política de proteção ao trabalho com uma política de defesa do capital. O direito à propriedade devia ser mantido⁸⁴.

Era ainda fundamental desvincular no Brasil a adoção do sindicalismo corporativista dos regimes totalitários socialistas ou fascistas, já que se diferenciava destes por adotar uma estrutura organizativa eminentemente representativa: “o corporativismo brasileiro consagrava o direito de a própria produção organizar-se através de sindicatos, definidos como órgãos coordenados pelo Estado, no exercício de funções delegadas pelo poder público”⁸⁵.

Assim, era necessário encontrar o equilíbrio entre esses dois sistemas, e a maneira mais eficaz encontrada era através das modernas associações profissionais; “tanto os indivíduos quanto o Estado precisavam ceder a estas associações certas prerrogativas, para que elas funcionassem como legítimas intermediárias entre os interesses, muitas vezes contraditórios, do individualismo e do coletivismo.

Além do corporativismo brasileiro ser definido como simplesmente econômico, também estariam errados os que o acusassem de totalmente dominado pelo Estado. Além disso, “a sindicalização não era obrigatória, embora fosse a forma de aquisição dos direitos e obrigações perante o Estado. Portanto, se nosso corporativismo pautava-se pelo sistema unitário, ao permitir a convivência entre as associações civis e corporativas e ao declarar voluntária a sindicalização, atendia a preceitos do pluralismo sindical”⁸⁶.

Em Oliveira Vianna, vê-se ainda a elaboração imagética aplicada à sociedade corporativa; sua “capilosidade” funcionaria como na descrição do Corpo Místico de Cristo. Viria “do Estado (a cabeça) a energia propulsora da mudança; os órgãos desiguais entre si, uns mais nobres, outros menos, nutrem-se da mesma seiva que os fazem espiritualmente iguais, sem deixarem de ser órgãos; a solidariedade já é resultado da dignificação de cada órgão, fundamento da harmonia de todo o corpo”⁸⁷.

⁸⁴GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p.280.

⁸⁵ Ibid, p.281.

⁸⁶ Ibid, p.283.

⁸⁷ LENHARO, op.cit., p.181.

É aí que, de acordo com Lamounier, insere-se a concepção orgânico-corporativa de uma harmonia fundada na diferenciação e na complementaridade funcionais dos órgãos da sociedade: grupos, classes, profissões e que a transformação impulsionada pelo Estado permitiria salvar o país da degeneração para, em seguida, estruturar a divisão do trabalho e a vida social “de modo a permitir que cada órgão encontre sua ‘verdadeira’ função e essência”⁸⁸.

O elitismo também é característica presente e constante para pensadores tanto políticos quanto católicos. Somente seria possível superar a crise através da restituição da autoridade e a obra caberia às elites esclarecidas, dotadas de senso realista e científico, além de única protagonista possível do processo de construção da nação e desenvolvimento do país. Para Jackson de Figueiredo, seriam as elites, aliadas à doutrina católica, que orientariam a ação política na missão de conduzir as massas. Um pequeno grupo exerceria a ação pedagógica sobre as massas – poucos homens definiriam o valor de uma nação e fariam o povo domar suas paixões⁸⁹. Se as chamadas classes conservadoras dessem exemplo de desrespeito às leis estabelecidas, se delas próprias partisse um movimento de ação indisciplinada, e, ao invés de corrigirem numa prática paciente todos os erros do sistema nacional, apelassem para a violência, pouco se deveria esperar do futuro da nação:

Todo povo que não sabe domar-se nas suas paixões de momento e se faz presa dos instintos revolucionários, todo o povo que se deixa guiar pelas mediocridades cujo único brilho é a impaciência, toda a nação em que o fenômeno da demagogia domina, na esfera política, as rudes provações do seu espírito histórico é, mais cedo ou mais tarde, objeto de irreconciliáveis divisões entre os próprios filhos, organização que desaparece na luta entre interesses opostos, e por fim, posto da ambição estrangeira⁹⁰.

Sobre classes conservadoras, Jackson entende que jamais foram opressoras, e sim seriam o meio termo entre os opressores e os sofredores, a “massa inteligente e trabalhadora, que se compõe de tudo

⁸⁸ LAMOUNIER, op.cit., p.363.

⁸⁹ DIAS, op.cit., p.

⁹⁰ FIGUEIREDO, in: RODRIGUES, op.cit., p.144.

que não seja o excesso de ambição e o total esgotamento, que se compõe de tudo que não seja o excesso de poder e de miséria social”⁹¹.

No pensamento autoritário de Estado, o processo histórico das transformações políticas e institucionais são vistos como expressão da vontade, dos projetos e das estratégias das “elites”, reservando às massas o papel de objeto da ação política das elites, ou, quando muito, o de uma força auxiliar na destruição das instituições anacrônicas. Não se admite qualquer papel criativo aos movimentos de massa. O avanço dos movimentos e dos partidos socialistas e a universalização do sufrágio despertam tanto para os perigos quanto para a futilidade da tentativa de atribuir às massas um papel mais destacado. Para Oliveira Vianna, os feitos grandiosos nunca passaram de produtos de “individualidades marcantes e superiores – e não da estrutura culturológica da massa, de capacidade política da população em geral”, elites essas não vistas como classe homogênea e isenta de conflitos⁹².

A elite intelectual emergente e tecnocrata caracteriza-se na visão dos pensadores do Estado autoritário por uma atitude ativa e não meramente contemplativa diante do processo político. O mundo dos intelectuais confunde-se com o mundo dos homens de governo, pois o papel do intelectual deveria ser subsidiar a política governamental através de seus conhecimentos objetivos da estrutura e funcionamento da sociedade⁹³.

A geração de Oliveira Vianna e Alberto Torres afirmava que a tecnocracia, por si só, não governava, sendo necessária ação de grandes estadistas e “gênios políticos”, como Vargas o era, segundo eles⁹⁴. Em Getúlio coexistiriam o guia espiritual e o domador de almas. Sendo a “cabeça” do corpo-nação, teria o caráter predestinado de líder para intervir na história. Corporificaria em si a complexidade da sociedade e seria capaz de desarmar os focos geradores de tensão. A trama de identificação do liderado com o líder passa pela compreensão da relação hierarquizada entre o todo, a cabeça e as partes⁹⁵.

A máquina da propaganda do Estado torna-se então, segundo Lenharo, máquina de dominação. Projeta-se para a sociedade uma só imagem de si mesma, “imersa num mundo de ficção”. Os erros do passado teriam sido afastados e agora encontrava o caminho da paz e do equilíbrio, tendo o trabalhador agora a seu favor um Estado protetor e

⁹¹ Ibid, p.144.

⁹² SILVA, op.cit., p.145-150.

⁹³ Ibid, p.153.

⁹⁴ Ibid, p.157.

⁹⁵ LENHARO, op.cit., p.48 e 194.

justo. A nação encontrava-se consigo mesma e abria-se para o progresso econômico⁹⁶. Além dos programas de rádio dirigidos à classe trabalhadora pelo ministro Marcondes Filho, a criação de um tempo festivo também serviu como instrumento para aproximação entre poder público e povo no Estado Novo, especialmente o 1º de Maio, o aniversário de Vargas, do Estado Novo, e as festas de final de ano. Foi a partir do Estado Novo que a figura de Vargas começou a ser projetada como “a de um grande e indiscutível líder nacional”; nos discursos, a história dos trabalhadores do país se dividia entre antes e depois de 1930, enfatizando o passado de distanciamento do estado das classes trabalhadoras e o presente de ações estatais, das quais Vargas é o protagonista, articulado no tripé Justiça do Trabalho, Previdência Social e sindicalização⁹⁷.

Erigiu a nação como objeto religioso, a quem se venera, a quem são dirigidas as preces cotidianas, como um preceito religioso. Enquanto totalidade, a nação assemelha-se à crença cristã da total visibilidade a que o fiel se submete aos olhos de Deus. A vida moral é relacionada à vida política: o indivíduo despoja-se de sua personalidade e passa a pertencer, de corpo e alma à nação, ao Estado, ao partido. A política transforma-se dessa maneira em teologia⁹⁸.

E se em 1920 a questão social representava uma questão policial – e os anarquistas apontados como o principal “inimigo” – em 1935 ela iria ser definida como uma questão de segurança nacional, e o mesmo tipo de discurso acusatório iria se voltar contra uma nova categoria: os comunistas⁹⁹. Na luta contra o comunismo, a Igreja também contou como o auxílio do “Estado Cristão”; o anticomunismo atendia a interesses imediatos da Igreja enquanto instituição em nível mundial, servindo também, em troca, como eficiente instrumento para denunciar, isolar, desmoralizar o adversário e fornecer ao Estado uma legitimação especial para suas práticas repressivas¹⁰⁰.

Em 1935, ano de agitações, radicalização ideológica e de crescente mobilização das massas, com a articulação do Partido Comunista no movimento sindical, “o perfil do movimento sindical é mais nítido. De um lado, existia um sindicalismo atrelado ao Ministério do Trabalho, composto por entidades em parte reais e em parte fictícias, e de outro, havia sindicatos que, mesmo tendo o reconhecimento oficial,

⁹⁶ Ibid, p.38-39.

⁹⁷ GOMES, op.cit., p.235; 239; 267.

⁹⁸ LENHARO, op.cit., p.153.

⁹⁹ GOMES, op.cit., p.191.

¹⁰⁰ LENHARO, op. cit., p.190.

permaneciam sob o controle de lideranças da esquerda”. Paralelamente, aumentava a repressão vinda do Ministério do Trabalho em articulação com a polícia¹⁰¹.

Porém, a lógica do sindicalismo corporativo, de acordo com Ângela de Castro Gomes, só começou a produzir os significativos resultados no pós-40, quando “ela combinou-se com a lógica simbólica do discurso trabalhista, que, re-significando a “palavra operária” construída ao longo da Primeira República, apresentava os benefícios sociais não como uma conquista ou reparação, “mas como um ato de generosidade que envolvia reciprocidade”¹⁰².

E é nesse processo que, apesar de não ter conquistado o direito aos próprios sindicatos, a Igreja assume um papel de atuar juntamente à sindicalização, através da formação de líderes e promoção e organização de sindicatos, não perdendo a chance de aproximar-se das classes trabalhadoras.

1.3 – A Igreja em busca dos trabalhadores

A Igreja católica no Brasil, então em processo de romanização, buscou sua intervenção no mundo do trabalho inicialmente através da política social, estabelecida principalmente com a encíclica *Rerum novarum*. A partir de seus preceitos foram identificados os males por quais passavam a sociedade em geral e a classe trabalhadora em particular. Mais do que apontar a gravidade da situação, a encíclica propôs os objetivos e traçou os métodos pelos quais atacariam os problemas, colocando-se, desse modo, como protagonista.

A *Rerum novarum* procurou demonstrar inicialmente a decadência econômica, social e moral pela qual passava a sociedade do século XIX, as suas causas e conseqüências, para, por fim, anunciar a “Questão Social Católica” e suas soluções. De acordo com a encíclica, a causa dos conflitos entre operários e patrões seria o fim das corporações que protegiam os trabalhadores. Também no século XVIII “os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas”, e os trabalhadores, isolados e sem defesa, viam-se “entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça de uma concorrência desenfreada”. Porém, de acordo com a encíclica e que será levado a diante pelos Círculos Operários, a solução dada pelos

¹⁰¹ GOMES, op.cit., p.191.

¹⁰² Ibid, p.195.

socialistas ao problema só o agravaria ainda mais, pois “instigam nos pobres o ódio contra os que possuem”.

O fim da propriedade particular, defendido pelos socialistas, também é recusado por significar, de acordo com a encíclica, um ato contra a própria natureza, já que a propriedade seria resultado do trabalho, ou seja, “salário transformado”:

essa conversão da propriedade particular em propriedade coletiva, tão preconizada pelo socialismo, não teria outro efeito senão tornar a situação dos operários mais precária, retirando-lhes a livre disposição de seu salário e roubando-lhes, por isso mesmo, toda a esperança e toda possibilidade de engrandecerem o seu patrimônio e melhorarem a sua situação¹⁰³.

A família é vista na encíclica como uma sociedade própria governada pelo poder paterno na qual não pode haver ingerência do Estado a não ser que este intervenha para garantir a sua integridade. Assim como na família, é defendida então a intervenção do Estado na sociedade para “tomar as medidas necessárias para salvaguardar a salvação e os interesses da classe operária” e garantir a prosperidade pública e particular, no que diz respeito aos “costumes puros, as famílias fundadas sobre bases de ordem e de moralidade, a prática da religião e o respeito da justiça, uma imposição moderada e uma repartição equitativa dos encargos públicos, o progresso da indústria e do comércio, uma agricultura florescente”¹⁰⁴.

Estaria também a cargo do Estado garantir a justiça, assegurar a propriedade particular e impedir a desordem e promiscuidade causada pelas greves, que tantos danos estariam causando a patrões, trabalhadores e à Nação, e que por sua vez seriam resultado da exploração demasiada dos trabalhadores. Para impedir as greves, o Estado poderia utilizar-se da força, mas, principalmente, garantir salários justos que proporcionassem uma vida digna à família operária.

Nesse momento é, então, exposta a “Questão Social” da Igreja, colocando-se no seu papel de protetora dos trabalhadores: “é a Igreja, efetivamente, que haure no Evangelho doutrinas capazes ou de pôr termo ao conflito ou ao menos de o suavizar, expurgando-o de tudo o que ele tenha de severo e áspero”. O homem deveria aceitar

¹⁰³ PAPA LEÃO XIII. *Encíclica Rerum Novarum*. 7 ed. São Paulo: Paulinas, 1983.

¹⁰⁴ *Ibid.*

pacientemente sua condição, entretanto haveria direitos e deveres por parte de patrões e trabalhadores que deveriam ser cumpridos: os direitos e os deveres dos patrões deveriam ser conciliados com os direitos e deveres dos operários. O trabalhador tinha de cumprir fielmente o que foi acordado, não deveria lesar o patrão e suas reivindicações não poderiam ser feitas de forma violenta; já o patrão não poderia tratar o operário como escravo e sim lhe proporcionar condições dignas de vida. A harmonia entre as duas classes é colocada então como imperativo da prosperidade nacional.

Dentro da “Questão Social” é proposta, para “suavizar” as relações entre classes, a organização de corporações, ou associações de socorro mútuo, com o fim de socorrer e proteger os operários. Destacase a criação de associações católicas de operários, o que proporcionaria o “aumento possível dos bens do corpo, do espírito e da fortuna. Mas é evidente que se deve visar antes de tudo ao objeto principal, que é o aperfeiçoamento moral e religioso”¹⁰⁵. Caberia ao Estado proteger e incentivar essas associações, mas sem sua ingerência sobre elas.

Assim, embora a Igreja já tivesse uma ação diretamente ligada a questão social, como no caso da Ação Católica Francesa, a *Rerum novarum* significou a confirmação dessa política social católica anterior, e foi a partir dela que a atuação católica no mundo do trabalho se faz mais evidente. O papado de Leão XIII, marcado pela retomada do tomismo e pela aceitação da modernidade, representou a “reconciliação do Catolicismo com a Nova Era”, colocando a ciência sob a proteção da fé e conciliando razão e revelação¹⁰⁶. A modernidade já não era mais vista como a causa dos conflitos sociais, mas sim seu uso inadequado. A ciência e as novas técnicas deveriam ser usadas para o bem comum, o que vai ao encontro ao pensamento de Toniolo adotado pelos Círculos de “natureza cada vez mais dominada”, que veremos adiante.

A *Quadragesimo anno*, encíclica de comemoração dos quarenta anos da *Rerum novarum*, publicada em 1931 por Pio XI, reacende em boa parte das suas linhas a oposição ao Partido Comunista, o qual chama de “partido da violência”, dessa vez mais efusivamente dada a Revolução Russa em 1917. Reverberando as mudanças ocorridas em quatro décadas, a *Quadragesimo* também defende a organização dos sindicatos, reconhecidos pelo Estado, dando-lhe caráter de monopólio, já que só eles poderiam representar operários e patrões, concluir contratos e pactos de trabalho. As vantagens seriam a pacífica

¹⁰⁵ Ibid.

¹⁰⁶ SOUZA, op. cit., p.47.

colaboração das classes, a repressão das organizações e “violências socialistas” e a ação moderadora de uma magistratura especial¹⁰⁷. Mas o mundo ainda estaria sob o “domínio econômico despótico de poucos”, e como solução a *Quadragesimo*, seguindo a linha da *Rerum novarum*, sugere a cristianização da economia, a caridade e a união das forças católicas com a formação de associações operárias.

Seguindo a doutrina social da *Rerum Novarum*, a ação da Igreja católica no mundo do trabalho no Brasil é efetivada a partir de 1920, porém se pode perceber antes disso, já nas primeiras organizações de trabalhadores livres no país, uma visão de mundo em que as concepções religiosas não estavam separadas das concepções seculares.

Analisando as primeiras organizações de trabalhadores na região industrial de São Paulo, José de Souza Martins afirma que a sua gênese está no trabalhador livre e na sua mentalidade religiosa. A primeira forma de organização foi nesse momento inicial corporativa e religiosa. A primeira organização coletiva dos colonos de São Caetano foi a Irmandade de São Caetano, fundada em 1879, e tinha como principal finalidade o sepultamento dos mortos. Suas atividades não se reduziam apenas ao culto, mas se estendiam aos outros aspectos da vida; assim, respondia às necessidades sociais dos seus associados, em que a caridade mobilizava e definia o respeito e a decência: o caixão comunitário devia ser *decente*. A morte com decência significava distinguir a morte do humano em relação ao animal; indecente seria o sepultamento desprovido da elaboração cultural e da morte, desprovido dos ritos e acompanhamentos. Além do mais, o sepultamento dos falecidos

não era mera atividade de suplência, quando a família não estivesse em condições de cumprir normas e ritos. A preocupação com a morte era parte da concepção de que morrer não era assunto privado. Na sua ação, a Irmandade reconhecia a morte como um fato social, que transcendia os limites da pequena sociedade que é a família. Definia, assim, o âmbito do social, tomando como referência básica a morte. A caridade era, pois, o valor essencial da sociabilidade da época e do lugar¹⁰⁸.

¹⁰⁷ PAPA PIO XI. *Encíclica Quadragesimo Anno*. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 1981.

¹⁰⁸ MARTINS, José de Souza. *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo*. São Paulo-São Caetano do Sul: HUCITEC, 1992, p 185.

Assim, a doença, a morte e a grilagem de terras constituíram fatores extragrupais de solidariedade e aglutinação, e foi, de acordo com José de Souza Martins, a mediação religiosa que “cimentou” esses fragmentos, revestindo a sua unidade com o sentido da caridade. A única organização disponível era a religiosa que, com base na sua crença e na sua ética articulava os colonos em torno do princípio da caridade. A religião e a caridade se propunham, assim, como mediações inevitáveis numa luta que era social e também política, e junto ao sentimento de italianidade, foram os primeiros e principais elementos de aglutinação dos trabalhadores¹⁰⁹.

Já na primeira década do século XX formaram-se os Centros Operários Católicos na cidade de São Paulo, com objetivo de organizar e formar os trabalhadores sob a orientação católica. No Rio Grande do Sul verifica-se os primeiros Círculos Operários, ainda de forma dispersa e que, na década de 1930, foram transformados em movimento nacional com Leopoldo Brentano. Em outras cidades, como as catarinenses Lages e Florianópolis, organizaram-se os Círculos Católicos que ainda não dirigiam suas atenções para a classe trabalhadora em específico, mas já demonstravam as intenções da Igreja de se reaproximar da sociedade e voltar a nela interferir.

A partir da década de 1930 é efetivada a atuação da Igreja entre os trabalhadores através dos Círculos Operários, constituindo-se tanto no sentido de legitimar e “sacralizar” as ações do Estado para com a classe operária, quanto tomar para si a defesa e direitos dos trabalhadores, alterando também a sua própria concepção e modelo de Igreja a partir do momento que resolve direcionar-se no sentido dos pobres. O trabalhador era convocado a uma tripla missão: “como cristão, vigiando as atitudes morais; como brasileiro, combatendo os antagonismos; e como trabalhador, fazendo progredir a Pátria. Ou seja, sintetizava, nele mesmo, as imperiosidades de seu tempo: vigiar, combater e fazer crescer”¹¹⁰.

A Igreja apresentou-se com uma estratégia política própria na década de 1930, preparando grandes concentrações populares a fim de pressionar o Governo Provisório a atender as reivindicações católicas e impedir que o mesmo se inclinasse para a esquerda¹¹¹. Além de buscar

¹⁰⁹ Ibid, p.188.

¹¹⁰ SOUZA, Rogério Luiz de, op.cit., p. 131.

¹¹¹ BEOZZO, op.cit., p.292-293.

sua inserção entre Estado e trabalhadores, a Igreja buscou agir na configuração da Constituição e Legislação Trabalhista.

O Estado brasileiro, desde 1934, com a carteira de trabalho e as exigências para participação na representação classista da Assembléia Nacional Constituinte, “atrelou incondicionalmente o gozo dos benefícios sociais à condição de trabalhador sindicalizado”. A reação das lideranças independentes da época, uma vez reconhecendo a impossibilidade de desprezar os benefícios sociais e manter associações estáveis, foi entrar nos sindicatos legais para tomá-los. Se os benefícios produzidos pelo Estado sob a forma de leis estavam tendo aplicação e estavam sendo reconhecidos pela classe trabalhadora, ela não deixava de resistir politicamente¹¹².

O estabelecimento da pluralidade sindical representaria uma vitória dos fortes interesses da Igreja, aliada ao patronato. Por outro lado, constituía um golpe tanto para as correntes que resistiam dentro do movimento operário e que desejavam a unidade sindical, quanto para a orientação oficial do Ministério do Trabalho, partidária também da unidade, mas sob tutela estatal¹¹³. A Igreja, movendo-se numa pauta autoritária e corporativa, pleiteava a proposta do sindicalismo confessional, livre e autônomo, reivindicação da LEC. Mas esse objetivo, propiciado pela Carta Magna de 1934, foi abolido pela Lei de Segurança Nacional de março de 1935, com o objetivo de impedir e reprimir o avanço dos comunistas nos sindicatos. Nesse momento, a Igreja recuou na defesa do pluralismo sindical; liberais e católicos entregaram para o Estado a tarefa de contenção da classe operária, legando à Igreja a atuação nos Círculos Operários.

A classe operária, que ganhou maior liberdade com a Constituição de 1934, sofreu já no ano seguinte os efeitos da Lei de Segurança Nacional; e a Igreja, ainda que derrotada nos seus objetivos de pluralidade e a possibilidade de sindicatos confessionais, manteve-se na defesa do Estado e de Vargas. A concepção de sindicalismo inspirada na Carta Del Lavoro, elogiada pelo Papa, simpático à fórmula corporativista de colaboração entre as classes, à repressão às organizações socialistas e à criação de uma justiça do trabalho, estava na base da legislação trabalhista do Estado Novo, em cuja elaboração e posterior consolidação colaboraram boa parte de juristas católicos. Esta legislação trabalhista, próxima do que propunham as encíclicas sociais,

¹¹² GOMES, op.cit., p.194.

¹¹³ Ibid, p. 189.

levou muitos católicos que se opunham ao Estado Novo no campo político a apoiarem sua atuação no campo social¹¹⁴.

Além disso, a Igreja pode contar com um importante aliado no Ministério: Waldemar Falcão, ministro do Trabalho entre 1937 e 1942, que teve sua ação como constituinte e deputado ligada à Liga Eleitoral Católica. Sua experiência política e parlamentar “demonstrou tanto sua vinculação com os assuntos trabalhistas quanto sua estreita relação com a orientação da Igreja Católica. Pode-se dizer que ao lado do ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, Waldemar Falcão foi o grande baluarte da Igreja na política estadonovista”¹¹⁵.

Porém, de acordo com Ângela de Castro Gomes, o debate em torno do objetivo de sensibilizar o trabalhador brasileiro e inseri-lo definitivamente na estrutura sindical do Estado Novo desenvolveu-se em articulação com outro debate, iniciado a partir de 1942, já com Marcondes Filho a frente do Ministério: aquele em torno da natureza do corporativismo adotado no Brasil. Defender a ampliação dos efetivos sindicais, esclarecer que o trabalhador devia procurar o sindicato para que pudesse receber assistência jurídica e médica, treinar líderes que compreendessem o espírito da legislação sindical e social, “tudo isto constituía a parte pragmática de uma política mais global de afirmação do corporativismo”¹¹⁶.

O Estado brasileiro se esforçou para implementar seu projeto de organização sindical corporativista. Este funcionou inicialmente apenas como uma orientação legal e como uma ficção organizacional. O sindicalismo corporativista

iria ser realmente implementado, não no momento autoritário por excelência do Estado Novo, mas no período de ‘transição’ do pós-42, quando a questão da mobilização de apoios sociais tornou-se uma necessidade inadiável ante a própria transformação do regime. Dentro desta linha de reflexão, é possível constatar que, no Brasil, a dimensão política do projeto corporativista foi acionada para respaldar um regime que buscava a saída do autoritarismo¹¹⁷.

¹¹⁴ BEOZZO, op.cit., p.313.

¹¹⁵ GOMES, op.cit., p.199.

¹¹⁶ Ibid, p.275.

¹¹⁷ Ibid, p.277.

Destacou-se no projeto corporativista brasileiro a busca das origens medievais da idéia corporativa, onde se fundamentavam duas características básicas: o seu espiritualismo e sua originalidade¹¹⁸. Na Idade Média, com as corporações de ofício, teria havido direitos sociais que protegiam os mais fracos, e foi o industrialismo e a Revolução Francesa, proibindo o associativismo, que deixou livres os que abusavam do trabalho dos outros. Porém, esta situação vinha sendo alterada desde meados do século XIX, “quando os princípios da justiça social cristã começaram a atacar o individualismo e a fomentar um novo direito social”¹¹⁹.

Assim, a origem histórica do ideal e das práticas instituídas pelo Estado Nacional seria o corporativismo medieval, identificado com a vigência de condições de trabalho mais cristãs que possibilitariam o respeito à pessoa humana. A idealização da Idade Média permitia o aprofundamento da crítica ao liberalismo e possibilitava o desenvolvimento da distinção entre os conceitos de indivíduo (liberal) e pessoa (cristã, medieval e moderna). Assim, segundo Ângela de Castro Gomes, a nova política social de Vargas não buscava a proteção do trabalhador como indivíduo, isto é, como um ser econômico submetido às regras da livre competição do mercado. O trabalhador seria uma pessoa que se realizava *pelo* e *no* trabalho e através dele se relacionava com os outros homens e com o Estado. Assim, a legislação social, por seu caráter humanitário e cristão, reabilitaria o trabalhador integralmente.

Essa dimensão espiritualista de nosso corporativismo era freqüentemente reiterada por Marcondes Filho em suas palestras. As menções a *Rerum Novarum* – que sob sua administração comemorou cinqüenta anos – eram uma forma de reforçar a inspiração de nosso sistema sindical. Ao lado da dimensão espiritualista de nosso corporativismo, situava-se sua originalidade, entendida como forma própria de fugir a um dilema que angustiava o mundo moderno (...). Cumpriria fugir de dois grandes erros: o do individualismo do liberalismo burguês, que reduzia o Estado à impotência, e o do coletivismo do socialismo de Estado, que

¹¹⁸ Ibid, p.278.

¹¹⁹ Ibid, p.279.

sacrificava o homem a um Estado demasiadamente forte”¹²⁰.

Mas a ação da Igreja no mundo do trabalho pode ser percebida não apenas no âmbito da legislação e do Estado, mas também junto ao trabalhador, nas fábricas, constituídas como o último reduto da estratégia da espiritualização do espaço social. De acordo com Lenharo, o arraigamento e peso da formação cristã no pensamento brasileiro seria o seu desempenho como instrumento ideológico nas disputas de interesse político. Para Lenharo, nas religiões de lamentação, como a católica, a iconoclastia funciona como instrumento de fortalecimento ainda maior do valor simbólico da imagem, aprofundando o alcance da finalidade social de sua utilização. No mundo do trabalho, a despeito de ser atacada como símbolo de consolo e alienação pelos anarquistas e agnósticos em geral, “que razão teria levado as autoridades a entronizarem a imagem de Cristo crucificado nas fábricas paulistas, senão a de atrair a ira dos opositores, exorcizá-la, aprofundando o sentimento de identificação com a imagem do crucificado?”¹²¹.

A Igreja, assim, atuou também no sentido de combater o avanço do socialismo, tanto no campo político, através do discurso, como no campo social, através dos Círculos Operários. Com as insurreições de novembro de 1935, nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, o comunismo se tornava efetivamente o grande tema nacional e, até a instalação do Estado Novo, em novembro de 1937, “é em seu nome e pelo temor de sua revolução que se prende, se tortura, se censura, se cerceia e se amedronta”. Milhares de prisões foram efetuadas em todo o país, instalando-se um Tribunal de Segurança Nacional e decretando-se o estado de sítio equiparado ao estado de guerra, censurando-se a imprensa, fechando-se sindicatos e associações¹²².

De acordo com Eliana Dutra, a associação da figura do inimigo ao mal enquanto doença assume nova conformação com essas imagens, ocorrendo um afastamento da imagem de doença dos planos físico e biológico. Isso porque as imagens da peste e flagelo aparecem fortemente ligadas, em particular na tradição judaico-cristã, à idéia de pecado, e esta, por sua vez, à imagem do demônio que amplia enormemente as representações acerca do mal e do perigo comunista, acrescentando-lhes uma nova faceta: a diabólica. É nesse imaginário

¹²⁰ Ibid, p.279.

¹²¹ LENHARO, op.cit., p.170-173.

¹²² DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário: imaginário político do Brasil nos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ, Belo Horizonte: UFMG, 1997 p.37.

religioso, “que os católicos souberam aproveitar tão bem, que o repertório de imagens anticomunistas irá se abastecer”¹²³.

Assim, Tristão de Athaíde¹²⁴, outro importante intelectual católico da década de 1930, escreve:

Foi, portanto, para o Brasil, a última e fugaz revolução de novembro um desses acontecimentos providenciais que permitiram convencer muitos céticos da iminência de um perigo social que havia adotado, com êxito, a tática da confusão para despistar os incautos. E com isso pode ser fixado, com segurança, ao menos um dos inimigos em ação: o comunismo. Falar no comunismo, entre nós, hoje em dia, já não é assunto exótico, ou ser acusado de viver no mundo da lua. Muito pelo contrário, representa o tema do dia, o mais debatido, o mais atual, já talvez o mais monótono, que Oxalá perdure por algum tempo, para ao menos ser um pouco mais conhecido em toda a sua extrema complexidade¹²⁵.

Dessa forma, segundo Eliana Dutra, mais importante do que desvendar o inimigo é tê-lo enquanto um mal para onde se pode direcionar as energias da nação e em seu nome assegurar-se um domínio no plano social, reagrupando princípios, idéias e pessoas¹²⁶. Seriam elementos da identidade brasileira o ser jovem e tropical; o comunismo, nesse sentido, seria exótico, não fazendo parte da nossa experiência do mundo, não tendo raízes nacionais, perturbando a saúde pública:

assim é que termos como vírus, germes, miasmas, fermento (microorganismos), foco, contágio, contaminação, infecção, incubação, inoculação, saneamento, desintoxicação, prevenção, terapêutica, intervenção cirúrgica e organismo político pontuam e saturam a rede

¹²³ Ibid, p.47.

¹²⁴ Tristão de Athaíde, pseudônimo de Alceu de Amoroso Lima, foi um dos mais importantes intelectuais católicos do período, tendo assumido o Centro Dom Vital após a morte de Jackson de Figueiredo.

¹²⁵ Tristão de Athaíde – Educação e Comunismo: *O Diário*, BH, p.5, 5 abril de 1936. In: DUTRA, op.cit., p.38-39.

¹²⁶ DUTRA, p.39.

metafórica anticomunista, desvelando uma concepção da realidade social: a orgânica (...). Daí o recurso à imagem do corpo enquanto figuração central da vida orgânica¹²⁷.

O marxismo, no entender dos católicos, seria uma síntese de todas as heresias. Lembrando que heresia no cristianismo significa a fuga dos cânones estabelecidos pela autoridade, “isso nos remete à questão de posse da verdade, o que torna possível tanto a analogia entre o fenômeno herético do campo religioso com o do campo político, como a utilização do conceito de heresia nos dois campos”¹²⁸.

A prática anticomunista, bem como a política do associativismo católico de trabalhadores proposta pela *Rerum novarum*, será concretizada, no Brasil, através dos Círculos Operários, organizados nas principais cidades do país a partir da década de 1930.

1.3.1 - Os Círculos Operários

O Movimento Circulista, lançado nacionalmente no ano de 1932 em Pelotas por Leopoldo Brentano sob a orientação da “Confederação Nacional dos Operários Católicos” fez parte da concretização do processo de constituição do pensamento católico no Brasil e intervenção no mundo do trabalho, delineado desde o início do século XIX com a “Ação Francesa” e afirmado com as encíclicas sociais *Rerum novarum* e a *Quadragesimo anno*.

A organização dos operários se desenvolveu orientada pela doutrina católica de caráter anticomunista, corporativista e assistencialista, com o objetivo de combater o materialismo e apostasia da sociedade, e de integrar o operariado à vida civil e religiosa. A atuação da Igreja entre o operariado realizava uma estratégia de ocupar espaços vagos, onde a presença do Estado não era suficientemente forte¹²⁹.

Alceu Amoroso Lima, no Prefácio à primeira edição do Manual dos Círculos Operários, afirma que o importante no movimento

¹²⁷ *ibid*, p.44-45.

¹²⁸ *ibid*, p.74-75.

¹²⁹ DIAS, op. cit p.105.

circulista seria vencer a inércia, a indiferença e a incompreensão na classe trabalhadora. Aproximando-se da “Ação Católica”, estaria de acordo com o interesse da Igreja de dar ao movimento operário um sentido cristão, de “santificação de cada pessoa e de cada grupo social, por uma vida mais dura, mais digna, mais desinteressada, na terra, e mais lembrada de Deus e do destino imortal das almas”¹³⁰.

Afirma o caráter nacional e cristão do movimento, colocando como obstáculos à união e solidariedade o bairrismo e o regionalismo. Condena ainda o sistema liberal e individualista, “que nada tem de leis e controle”, “nem sequer leis morais”, provocando tensões e lutas sociais que seriam “de uma intensidade e violência como nenhum outro sistema econômico e acumulou sobre os povos ruínas, desgraças e miséria sem conta”¹³¹.

Outro mal a ser combatido no movimento operário seria o comunismo e os Círculos se propõem como alternativa a ele, pois seriam “nascidos e firmados na luta contra o comunismo organizado em partido internacional (...), desmascarando os embustes da astuciosa propaganda bolchevista, mas, principalmente, divulgando a doutrina social católica e realizando em larga escala o seu magnífico programa de organização, defesa e amparo dos trabalhadores”¹³². De acordo com o Manual, o bolchevismo alastrou-se “como fogo na massa operária” devido a falta de uma organização operária que pudesse fazer frente “ao anarquismo sistemático praticado com a técnica dos revolucionários profissionais”¹³³.

Entidade pluriprofissional, os Círculos ofereciam assistência escolar, médica, jurídica, material, espiritual e de lazer, tornando-se importante instrumento utilizado pela Igreja no sentido de retomar seu espaço junto a classe trabalhadora.

Enfim, o Círculo Operário era uma organização que buscava ter uma ação mais global no mundo do trabalho. Todavia, sua atuação foi encarada sobretudo como assistencialista, característica que desqualificava sua ação, ao colocá-la apenas no plano caritativo. Creio, contudo, que esse aspecto do movimento sugere exatamente o

¹³⁰CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE OPERÁRIOS CRISTÃOS. *Manual dos Círculos Operários*. Rio de Janeiro: CNOC, 1964, p.9.

¹³¹ *Ibid*, p.181.

¹³² *Ibid*, p.41.

¹³³ *Ibid*, p. 25.

inverso, na medida em que o circuilismo buscava, por meio de uma presença fincada nas demandas imediatas dos trabalhadores, fazer-se presente em seu cotidiano. Não prometia apenas uma vida melhor no futuro. Apresentava sua estrutura como alternativa imediata para minorar as dificuldades materiais presentes na vida operária. Com isto, os círculos operários relativizavam o discurso metafísico sempre presente na fala da Igreja Católica; como Tomás de Aquino, reconheciam as necessidades materiais em sua devida urgência e, ao fazê-lo, diferenciavam-se dos comunistas, que acenavam com a construção de uma utopia futurista¹³⁴.

Os Círculos possuíam um programa de ação que respeitava a legislação social de Vargas, porém propunha seu melhoramento. Defendiam o que consideravam um “salário justo”, que corresponderia não só ao esforço físico do trabalhador, mas às condições normais da vida, como as obrigações familiares, a educação dos filhos e o suprimento das exigências da dignidade humana. Propunham ainda a abolição progressiva do trabalho noturno, a proteção da maternidade, seguro contra doenças e invalidez, assistência aos menores abandonados, organização de vilas operárias, carga horária de 8 horas diárias e direito às férias, consolidação da Legislação do Trabalho, instalação nos locais de trabalho de ambulatórios, refeitórios e bibliotecas, igualdade jurídica entre capital e trabalho e ainda direito de livre associação, desde que “dentro dos limites da ordem moral e social”¹³⁵.

Porém, nas diretrizes e ações dos Círculos Operários percebe-se sempre a tentativa de diferenciá-lo dos outros movimentos de trabalhadores, principalmente no que diz respeito aos sindicatos. Enquanto esses pretendiam beneficiar o trabalhador apenas materialmente, o Círculo seria tanto um apoio material quanto espiritual, sob a “benção” de Nossa Senhora Medianeira. Além disso, seria “uma família de famílias, pois recebe o operário de qualquer profissão, com toda a sua família e os interesses desta”, ao passo que os sindicatos eram uma “família de indivíduos de certa profissão e se interessa por eles enquanto profissionais”. Mais que isso, o Círculo Operário procuraria

¹³⁴ SOUZA, Jessie Jane Vieira de. op.cit.,p. 224.

¹³⁵ CNOC, op.cit., p.56-59.

harmonizar as questões do trabalho amigavelmente e os sindicatos recorreriam a Justiça do Trabalho¹³⁶.

Para o movimento circulista, então, não bastava suprir as necessidades materiais do trabalhador, devendo-se olhar também para o campo espiritual e religioso. Mas cumprir somente os deveres religiosos também não seria suficiente: “seria cumprir só a metade dos nossos deveres. Atualmente forças tenebrosas e temíveis ameaçam subverter e destruir a ordem social e a civilização cristã, também no Brasil”¹³⁷. Assim, todo católico teria o dever perante Deus de

colaborar para conjurar este perigo e de influir nos destinos da sociedade futura. Ora, o futuro da sociedade, também entre nós, depende em grande parte do rumo que tomarem as associações profissionais que se estão constituindo: os sindicatos e corporações que formarão mais tarde parte integrante do nosso regime governamental. Como forem estas organizações, será a futura sociedade brasileira: ou comunista ou fascista ou cristã¹³⁸.

O Manual dos Círculos Operários destaca o sociólogo católico italiano Toniolo, professor da Universidade de Pisa e conselheiro de Leão XIII como um dos pensamentos norteadores de suas ações. Toniolo criou a União Católica para os Estudos Sociais em 1889 na Itália, no qual desenvolveu políticas sociais baseadas na doutrina católica e de combate ao comunismo, cujo lema, parafraseando Karl Marx no Manifesto Comunista, era “Trabalhadores de todo mundo, unidos em Cristo”. O movimento circulista adotou então a “Fórmula de Toniolo” como seu princípio: “O trabalho cada vez mais dominante, a natureza cada vez mais dominada e o capital cada vez mais proporcionado”.

“O trabalho cada vez mais dominante”, porque de acordo com o Manual o trabalho seria inseparável da pessoa, tendo um valor moral como próprio de uma criatura racional, livre e de finalidade transcendental. O operário é visto, portanto, como um colaborador, “com direito à existência compatível com sua natureza e dignidade”. Assim, a política social católica rejeita o liberalismo e individualismo

¹³⁶ Ibid, p.117-118.

¹³⁷ Ibid, p.106.

¹³⁸ Ibid, p.107.

extremado, que trata o trabalhador como “motor animado” e o trabalho como mercadoria. Defende operários e patrões organizados como entre pares, cooperativas e sindicalização da classe trabalhadora.

Na fórmula de Toniolo, destaca-se ainda a técnica, inventos e progressos científicos que, revelando e aproveitando as forças da natureza “cada vez mais dominada”, devem servir ao homem, suavizando-lhe o trabalho. Finalizando, o capital deve ser “cada vez mais proporcionado”, mediante um distributismo mais eqüitativo, multiplicando a pequena propriedade. Diz-se não condenar o capital, e sim seu abuso, “tanto o capitalismo particular, como o capitalismo de Estado, muito mais opressivo ainda – que se chama Socialismo ou Comunismo”¹³⁹.

O Movimento Circulista, ainda dentro de seus objetivos, afirmava que sua atitude perante os partidos políticos deveria ser “fora e acima da política partidária”, mas aproximou-se do Governo instaurado em 1930, afirmando que

com a Revolução de 1930, o problema social entrou no Brasil em uma nova fase. A criação do Ministério do Trabalho, o conseqüente movimento sindicalista de objetivos meramente materiais e a publicação de leis sociais visavam a solução pacífica das questões do trabalho, porém ameaçavam servir aos bolchevistas de instrumentos para a luta de classes (...).

Era de urgente necessidade o lançamento de um movimento operário cristão que, dando ao operariado, a par de uma assistência social imediata, uma formação espiritual e colaborando com os esforços do governo, pusesse um dique à infiltração comunista e completasse a obra do Ministério do trabalho¹⁴⁰.

Os Círculos Operários tomam então para si o papel de suprir as necessidades do operariado e organizá-los dentro de sua doutrina social cristã combatendo o comunismo, combate este que desde o início do pensamento social católico esteve presente. Corporativista, autoritário, nacionalista, anticomunista e antiliberal, o pensamento social católico brasileiro e o movimento circulista vêem no Governo Vargas a

¹³⁹ Ibid, p. 64.

¹⁴⁰ Ibid, p.27-28.

possibilidade da concretização de sua política de retomada dos espaços junto aos trabalhadores. Embora não tenha conquistado a sua principal reivindicação, os sindicatos confessionais, a Igreja manteve seu apoio ao governo, apoio este analisado pelos historiadores dos Círculos Operários ora como uma relação de subordinação, na qual os Círculos (e a própria Igreja) são vistos como “apêndices” do governo e da classe dominante para legitimá-los e controlar a classe trabalhadora, ora como uma relação de troca de interesses que possibilitaria pôr em prática o ideal católico de sociedade e de nação.

Uma das abordagens relacionadas aos Círculos Operários, é que, através deles, a relação entre Igreja, Estado e burguesia viria satisfatoriamente controlar a classe operária – o Movimento Circulista faria parte de um projeto com propósito de controle do movimento operário, tendo como componentes o anticomunismo e antiliberalismo, a idéia de harmonia entre as classes trabalhadora e patronal, além de “elevação do espírito nacional”. Assim, os Círculos são vistos como instrumentos de manipulação do movimento operário e controle da luta de classes.

Nessa perspectiva, Damião Duque de Farias, analisando a formação e atuação dos Círculos Operários em São Paulo, entende que esse movimento além de garantir o controle sobre os campos simbólico e ideológico, dotando o operariado de uma concepção religiosa avessa a outras ideologias, os trabalhadores brasileiros estariam colocados à disposição do Estado Nacional:

De fato, ao buscar exercer controle sobre o tempo livre da família operária, visando constituir na prática a imagem construída do trabalhador, os católicos, em sua práxis conservadora, articulam-se com os interesses estratégicos do Estado e das classes dominantes, ou seja, a criação de novos mecanismos de controle social e de aumento da extração de mais-valia¹⁴¹.

O Movimento Circulista gaúcho também é visto por Astor Antônio Diehl em “Círculos Operários no Rio Grande do Sul” com “incipiente capacidade reivindicatória”, organizado através de intercâmbio Estado-Igreja-Círculos. Através de um esquema onde

¹⁴¹ FARIAS, Damião Duque de. *Em defesa da ordem: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1998, p.213.

demonstra essa relação, Diehl afirma que os componentes da organização operária colocados em prática (anticomunismo, harmonia de classes, antiliberalismo e elevação do espírito nacional), num primeiro momento, abririam caminho ao Estado para fazer uma centralização sindical, atrelando-a à Legislação Trabalhista. São essas características que exerceriam uma forma de poder sobre o operariado do Círculo e a absorção desses elementos registraria a legitimidade do papel social da Igreja.

De acordo com Diehl, “as associações de operários católicos são prolongamentos realimentadores do sistema legal do Estado”. Para ele, “é evidente que, na medida em que o Estadonovismo consolida uma relação de força sobre a sociedade civil, cria instrumentos de maior eficácia no controle social”¹⁴². O corporativismo se colocaria como componente comum entre Igreja, Estado e Círculos:

O Estado, através do intervencionismo, do patrocínio constitucional ideológico, quando propunha combater inimigos comuns, atuava nas decisões e nas movimentações reivindicatórias dos operários que participavam do sindicalismo oficial. Portanto, os CO estão colocados entre os dois sistemas – o Estado patrocinador da Legislação Trabalhista-sindical (...); a Igreja destacando o sentido ético-moral, soluciona a mesma questão através da conciliação do empregado-empregador¹⁴³.

Assim, através dos Círculos se abriria espaço à atuação do Estado na legislação social e na mesma proporção aumentou a limitação reivindicatória ou política das classes, cujo poder de barganha e capacidade de pressão sucumbiram ante o corporativismo e a burocratização do sindicato no Brasil.

Damião Duque de Farias e Astor Diehl, dessa forma, colocam os Círculos Operários numa relação de subserviência ao Estado e à classe dominante, como legitimadores de suas ações e no controle da classe trabalhadora, não levando em conta o projeto e ideal católico de nação e sociedade, o qual também é colocado num papel de subordinação.

¹⁴² DIEHL, Astor Antônio. *Círculos Operários no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990, p.94.

¹⁴³ *Ibid*, p.96.

A história social do trabalho abriu caminhos para analisar as relações do trabalhador em seu cotidiano, suas expectativas, concepções e formas de luta, e também seus laços culturais e religiosos. A História “vista de baixo” considera os trabalhadores como sujeitos da história e não apenas determinados pelos fatores econômicos. A relação entre a religião e os trabalhadores pode ser vista, então, não apenas como um elemento manipulador da classe operária, a religião servindo à classe dominante e conseqüentemente ao Estado para manter a ordem estabelecida, mas como um componente próprio que deve ser considerado.

Pensar em classe como fenômeno histórico e como relação, e consciência como aquela possível de se processar num determinado momento histórico é importante para analisar a intervenção da Igreja no mundo do trabalho já que, no pensamento católico, rejeita-se a luta de classes, em que inicialmente o próprio conceito de classe se confunde com o de corporação e é sempre usado para designar qualquer tipo de trabalhador, e posteriormente com o catolicismo social adquire um novo significado, conferindo-lhe o sentido de classe trabalhadora que se constitui a partir do ato de produzir, pretendendo-se criar uma identidade mediante a releitura de valores e tradições católicos¹⁴⁴. Assim, Jessie Jane Vieira de Souza, historiadora que realizou a mais importante pesquisa a respeito de Círculos Operários, afirma que “a cultura católica não pode ser inserida num terceiro nível, centrada na base/superestrutura (...). Realiza sua própria leitura da realidade e manipula em termos culturais na medida em que incorpora tradições, sistemas de valores e formas institucionais”¹⁴⁵.

Para Jessie Jane, então, a Igreja católica não seria parte de um projeto populista, nem Aparelho Ideológico do Estado, já que ao estabelecer suas alianças traçou sua própria pauta centrada na idéia de salvação. Para ela, a Igreja católica é dotada de coerência própria, designada como projeto teológico-político, que se move no tempo com sentido de permanência, incorporando à sua própria tradição os novos desafios impostos pelo temporal. Jessie Jane, assim como Ângela de Castro Gomes, critica o conceito de “populismo”, o qual considera que retira dos trabalhadores sua condição de atuante na história através da idéia de massa manipulada por um líder carismático. Ângela de Castro Gomes, analisando a história da constituição da classe trabalhadora no Brasil, procura atribuir aos trabalhadores um papel de sujeito capaz de

¹⁴⁴ SOUZA, op.cit., p.37.

¹⁴⁵ Ibid, p. 21.

realizar escolhas, negando as interpretações que os colocam em uma posição política de passividade. Assim, recusa a utilização do conceito de *populismo*, que remetia à idéia de manipulação¹⁴⁶. Propõe então a idéia de “pacto trabalhista”, categoria que se referia a um conjunto de idéias e práticas políticas, partidárias e sindicais, com origem no Estado Novo mas que se entende para além deste. O trabalhismo, assim,

pensado ao longo do tempo, tem nele, de modo integrado mas não redutível, tanto a palavra e a ação do Estado (que sem dúvida teve o privilégio de desencadeá-lo), quanto a palavra e a ação da classe trabalhadora, ressaltando-se que nenhum dos dois atores é uma totalidade harmônica, mantendo-se num processo de permanente reconstrução¹⁴⁷.

Atribuindo papel ativo aos trabalhadores, Ângela de Castro Gomes reconhece um diálogo entre atores “com recursos de poder diferenciados mas igualmente capazes não só de se apropriar das propostas político-ideológicas um do outro, como de relê-las”¹⁴⁸. Procura, então, enfatizar a relação entre atores desiguais, mas “onde não há um Estado todo-poderoso nem uma classe passiva porque fraca numérica e politicamente”¹⁴⁹.

O movimento circulista representa, então, para Jessie Jane, a intervenção da Igreja católica no mundo do trabalho, e analisá-lo apenas sob o prisma de “braço” do Estado, compactuando com o conceito de “populista”, é também estar de acordo com a idéia de manipulação pelo Estado:

¹⁴⁶ Ângela de Castro Gomes afirma que, ao refletir sobre a trajetória da categoria “populismo”, pretendia “iluminar a compreensão de seus usos”. Assim, conceitos são construções históricas, elaboradas por intelectuais em determinados momentos, para compreender fenômenos da realidade social e, assim, não seriam “as coisas, mas a elas se referem, podendo ganhar sentidos diferenciados através dos tempos”. Dessa forma, Ângela prefere afastar-se do conceito de “populismo” e, conseqüentemente, de seu conteúdo básico: a idéia de uma classe passiva e sem consciência manipulada pelo Estado. Ângela conclui: “o uso da palavra populismo, assim, me pareceu algo extremamente danoso para enunciar o que eu desejava defender, e a palavra trabalhismo, cuja invenção eu acompanhava em minha análise histórica, surgia como muito mais adequada”. (GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história*: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.55).

¹⁴⁷ Ibid, p.48.

¹⁴⁸ Ibid, p.46.

¹⁴⁹ Ibid, p.47.

O circulismo foi um movimento que colocou em questão a visível heterogeneidade da sociedade brasileira, fruto de diferenças que não podem ser pensadas a partir de um único paradigma. Por isto é necessária uma nova definição de “social” que venha a incluir o cotidiano individual e de grupos pertencentes a setores sociais com diferentes formas de representação e ação. Nesse sentido, a dominação não é vista como algo introjetado “de fora”, e olhar por um ângulo que privilegie a ação nos espaços da produção poderá aportar-nos novas dimensões da proposta católica¹⁵⁰.

Os Círculos Operários são assim “a experiência corporificadora da forma católica hierárquica de intervenção junto ao mundo do trabalho e da relação expressiva da Igreja com o Estado”, relação essa estabelecida na construção e exercício de discurso sobre o trabalho urbano. A Igreja “emprestava seu apoio a sacralização do mundo do trabalho sem estabelecer qualquer concorrência institucional com o Estado. Por outro lado [o Estado] abria-lhe plenamente os espaços do mundo do trabalho para que este fosse ordenado na conjugação das forças simbólicas da Igreja católica”¹⁵¹.

O circulismo, então, é um movimento com a participação de trabalhadores com estrutura conservadora, já que representava a efetivação do pensamento autoritário católico no meio operário no país – feito “para” trabalhadores e não “por” trabalhadores. Os Círculos não eram uma organização autônoma, independente, e seus trabalhadores não estavam ligados à Igreja apenas por laços religiosos, de fé, nem ligados ao Estado por serem organizações corporativistas. Os Círculos eram diretamente ligados a essas instituições, eram dirigidos pela Igreja e atuavam como órgãos consultivos do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, deixando claro, entretanto, que a relação Igreja-Estado, como já dito, não era de subserviência, mas de troca de interesses.

Na primeira pesquisa desenvolvida por Jessie Jane a respeito dos Círculos Operários, a dissertação *Valentim: o guardião da memória circulista*¹⁵², a autora busca demonstrar a constituição do Círculo

¹⁵⁰ Ibid, p.37.

¹⁵¹ Ibid, p.186.

¹⁵² SOUSA, Jessie Jane Vieira de. *Valentim: o guardião da memória circulista (1947-1958)*. Dissertação de Mestrado – Unicamp, 1992.

Operário em Volta Redonda a partir das memórias de Valentim, que participou da fundação e da direção do Círculo, entre 1947 e 1958. Percebe também, a partir das lembranças do “guardião”, a ação político-educativa do Círculo e suas relações com a base operária da Companhia Siderúrgica Nacional e também com opositores na atuação sindical. Jessie, diferentemente dos outros historiadores do movimento circulista aqui citados, analisa a atuação do Círculo de Volta Redonda através do olhar de um de seus associados que, apesar de expressar o discurso oficial circulista, demonstra também os anseios e concepções dos associados. Recupera aspectos como a importância do lazer, evidencia o caráter hierárquico e educativo, os festejos, a atuação no sindicato e o próprio sentido circulista de sindicato, mais próximo de corporação.

A respeito dos Círculos Operários em Santa Catarina, há o Trabalho de Conclusão de Curso de Daniely Wendland¹⁵³, que analisa em um dos capítulos a atuação do Círculo Operário de Joinville (COJ), o primeiro fundado no estado em 1935, e a figura de seu fundador Padre Alberto Kolb no processo de redemocratização da cidade.

O COJ, considerando-se que era uma entidade católica em uma cidade com maior incidência de luteranos, possuía cerca de 510 sócios efetivos, num total de 10% de trabalhadores fabris. Uma de suas principais obras foi a *Creche Conde Modesto Leal*, que atendia crianças órfãs e filhos de operários em período integral, e posteriormente passou a realização de excursões de lancha à ilha de São Francisco do Sul nos finais de semana, a prestação de assistência médica gratuita aos associados na sede do Círculo, a distribuição dos jornais circulistas, o auxílio funerário, o oferecimento de cursos noturno de alfabetização, aulas de corte e costura, grupo de escoteiros, juventude operária equipada com orquestra, jogos de futebol, bar operário com rádio, sapataria e alfaiataria. Possuía também um salão de festas e bailes com uma banda de música dos operários, além de um cinema popular com 1.000 cadeiras.

Analizando a atuação de Padre Alberto Kolb, Wendland afirma que “o sucesso da obra de Kolb foi vertiginoso, visto que dois anos após a criação da entidade o Círculo já possuía sede própria e um prédio destinado à creche, ambos construídos com o auxílio exclusivo de doações”. Kolb criou uma rede de doadores diversificada, do bispo de Joinville até políticos de diferentes orientações partidárias, empresários

¹⁵³ WENDLAND, Daniely. *Joinville: política e mobilização social no pós-guerra, 1945-1947*. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

influentes, e os próprios operários através das mensalidades: “oito anos após a fundação do Círculo, a entidade já possuía nove prédios próprios, distribuídos em uma área de 34.359.80 metros, devidamente pagos e escriturados”. De acordo com Wendland, a sua atuação se sobressaiu à interferência da entidade *Círculo Operário* na cidade daquele período; “mesmo que se apresentasse como representante do Círculo, era o padre Alberto Kolb que se destacava. Em outros termos, ele não era o diretor, mas, simbolicamente, era como se ele fosse o próprio Círculo. Mais do que isso, muitas vezes, ele se apresentava como legítimo *representante do operariado de Joinville*”.

Além dos Círculos Operários de Florianópolis e Joinville, havia ainda os Círculos de Tubarão, Criciúma, Itajaí e Blumenau, dos quais apenas o primeiro e o último não estão mais em funcionamento. O COJ ainda possui uma intensa atuação no bairro onde se situa, Bucarein, promovendo festas e cursos profissionalizantes. Também o Círculo de Criciúma mantém em funcionamento um Ginásio de Esportes, referência na cidade. Sobre os Círculos de Tubarão e Itajaí há poucas informações, sabendo-se da existência destes através do sítio da Confederação Brasileira de Trabalhadores Circulistas¹⁵⁴.

O Círculo Operário de Florianópolis, com todas as suas peculiaridades, será tratado nos dois capítulos seguintes. No próximo capítulo, serão analisadas a organização e as relações travadas pelo COF, além de também perceber a sua atuação anterior, na década de 1910, da Igreja católica na sociedade florianopolitana através do Círculo Catholico São José. No último capítulo, busco perceber a atuação e interação dos circulistas, seja através das ações políticas e assistenciais, seja pelas festas, comemorações e produções artísticas, e ainda entender o significado do “espírito circulista” que o movimento tentava promover.

¹⁵⁴ www.cbtc.org.br

2º CAPÍTULO

CÍRCULO CATHOLICO SÃO JOSÉ E CÍRCULO OPERÁRIO: INTERVENÇÃO DA IGREJA NOS MUNDOS DO TRABALHO EM FLORIANÓPOLIS

A influência e inserção no mundo do trabalho na capital de Santa Catarina que a Igreja católica estava disposta a garantir se concretizaram com a fundação do Círculo Operário de Florianópolis no ano de 1937. Porém, sua atuação mais decisiva na sociedade florianopolitana já pode ser visualizada no início do século através de uma outra associação, o Círculo Catholico São José.

Marcado pelo início do pensamento autoritário que se formava na Igreja católica no Brasil, o Círculo Catholico São José, fundado em Florianópolis no ano de 1910, inseriu-se social, política e culturalmente em uma cidade que ainda vivia sob o impacto da Revolução Federalista e de outras transformações que ocorreram nacionalmente no final do século XIX, como as mudanças no regime político e no mundo do trabalho com o fim da escravidão.

Acompanhando essas mudanças, a capital passou por intensas transformações urbanas que, ainda que não a transformasse num grande centro industrial, afetaram os costumes e modos de vida tanto das elites quanto dos trabalhadores e da população mais pobre da capital. Essas mudanças modificaram a composição social da cidade: enquanto a população mais pobre que ocupava o centro foi sendo deslocada para as áreas periféricas, as elites políticas, “herciclistas” e “lauristas”, alternavam-se no poder através do Partido Republicano, gerando crises e disputas internas pelos cargos político-administrativos¹⁵⁵. Ainda, uma elite emergente de comerciantes, industriais e profissionais liberais, desejava uma cidade “moderna”, “higienizada”, “civilizada”.

O Círculo Catholico São José buscou, então, durante seu funcionamento – entre 1910 e 1927 – inserir-se na sociedade sob um modelo de organização baseado no auxílio mútuo. Porém, suas atividades, de caráter disciplinador e moralizador, atraíram e foram reguladas por parte da elite florianopolitana, como veremos a seguir, e pela Igreja, atingindo as classes populares através de ações beneficentes e de caridade.

Fundado dez anos após o fechamento do Círculo São José, o Círculo Operário de Florianópolis já encontrou uma cidade marcada

¹⁵⁵ LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e Políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1993, p.75-88.

pelas transformações da década de 1920 e em desenvolvimento. Foi fruto da eficiente política católica de reaproximação com o Estado e de inserção no meio operário.

Neste capítulo busco analisar estes dois momentos diferentes de atuação da Igreja católica em Florianópolis, inserindo-se tanto socialmente como política e culturalmente através de duas organizações influenciadas pelo pensamento disciplinador e moralizador católico de retomada de seus espaços na sociedade, porém de caráter e objetivos completamente distintos.

No caso do Círculo Catholico São José, perceber como a política e o pensamento autoritário da Igreja se fizeram presentes em Florianópolis, analisando a sua forma de organização e atuação, suas características e objetivos. A respeito do Círculo Operário de Florianópolis, buscar nessa entidade a presença das linhas gerais do circulismo e as suas peculiaridades em relação a outros Círculos de importante atuação no país neste período, levando-se em consideração a sua forma de organização em uma cidade nos moldes de Florianópolis. Ao estudar o COF, não se pode perder de vista as características gerais do movimento o qual pertencia, nacional e com programa único; mas também se deve levar em conta que este estava inserido em uma cidade específica, influenciando e sendo influenciado por ela e sua população.

2.1 – Florianópolis e o mundo do trabalho nas primeiras décadas do século XX

A capital de Santa Catarina era, na primeira metade do século XX, ainda bastante pequena e provinciana; sua população, na década de 1920, era de 41.338 habitantes, e, de acordo com dados do Censo de 1940, cresceu para apenas 46.771 habitantes.

Politicamente, durante a República Velha, o estado esteve sob a liderança do Partido Republicano Catarinense (PRC), os “vencedores” da Revolução Federalista e ligados ao poder executivo central. Entre 1898 e 1918, esteve no comando do estado a ala “laurista”, representada por Lauro Muller, Felipe Schmidt e Vidal Ramos. A partir de 1918 até 1930 foi a ala “hercílita” quem dominou a política catarinense, com Hercílio Luz, José Boiteux e os irmãos Victor e Adolfo Konder como principais lideranças.

Após o movimento de 1930, é a família Ramos, do setor pecuarista e madeireiro da região de Lages, que desponta como a mais importante na política catarinense, especialmente Nereu Ramos, filho de Vidal Ramos, governando Santa Catarina entre 1935 e 1945. Fazia ainda

parte da elite florianopolitana industriais e comerciantes como o alemão Carl Hoepcke, proprietário do mais importante grupo empresarial da cidade; e também profissionais liberais, como o médico Bulcão Vianna e os advogados Henrique Rupp Júnior e Fúlvio Aducci, estes com destaque também na política da cidade.

A respeito da sustentação econômica de Florianópolis nas primeiras décadas do século XX, esta estava alicerçada no Porto, em pequenas indústrias e no setor de serviços. A indústria era incipiente, tendo sua força alocada na produção alimentícia e no consumo; as indústrias instaladas na cidade se distribuíam por diversos bairros, mas era o bairro Rita Maria, nas proximidades do porto, onde se concentrava o maior número. Lá estavam instaladas a fábrica de Pontas, a fábrica de gelo e a fábrica de rendas e bordados – todas do grupo empresarial de Carl Hoepcke, três fábricas de cerveja, duas fábricas de preparar peixe em lata, uma de sabão e velas, oficinas de carpintaria, marcenaria, tanoaria, funilaria, uma fábrica de massas alimentícias e duas grandes refinarias. O bairro Rita Maria era, por excelência, portuário e industrial, e onde ocorria a maior concentração de trabalhadores especializados da cidade. Próximo ao bairro, estava localizado o estaleiro Arataca, de Hoepcke, grupo também detentor da mais importante casa comercial do centro da cidade, a Casa Hoepcke. Havia ainda os trabalhadores da construção civil, atraídos devido às grandes obras de saneamento básico, remodelamento da cidade e principalmente a construção da ponte Hercílio Luz, entre 1922 e 1926¹⁵⁶.

Hermetes Reis de Araújo analisa as transformações na cidade de Florianópolis ocorridas nas três primeiras décadas do século XX, mais efetivamente a partir de 1910. Segundo ele, “as manifestações em torno da remodelação da cidade e também de seus habitantes, envolveram aspectos bastante amplos como demolições de habitações na época julgadas insalubres, construções de edifícios públicos, a instalação das primeiras redes de água encanada, energia elétrica e esgotos”¹⁵⁷ baseadas em discursos e medidas higienistas.

Um símbolo das mudanças ocorridas em torno das medidas sanitárias foi a construção da chamada “Avenida do Saneamento” em 1922 (atual Avenida Hercílio Luz), representando um dos momentos de

¹⁵⁶ COLLAÇO, Vera Regina Martins. O teatro da União Operária: um palco em sintonia com a modernização brasileira. Tese de Doutorado apresentada a Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004, p.49-51.

¹⁵⁷ ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. Dissertação de Mestrado: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1989, p.16.

“maior intensificação no ímpeto de reformar, retificar e demolir tudo aquilo que ainda restava da antiga paisagem de Nossa Senhora do Desterro”, marcando a segregação espacial em que os ricos fixaram-se no centro, e os pobres ocuparam os morros e áreas periféricas. Essas novas concepções e práticas político-médicas, redefinindo novos objetivos e novas formulações pedagógicas e sanitárias, foram implantadas tardiamente na cidade – já que se faziam presentes em outras cidades do país como o Rio de Janeiro desde o final do século XIX – e a medicina social e as políticas higienistas apresentaram-se como elementos de estratégica importância junto às transformações sociais verificados nos centros urbanos do país no começo do século atual¹⁵⁸.

No intuito de extinguir “males inveterados” relacionados pelos higienistas à idéia de atraso, pobreza, doença e sujeira, constata-se que antigos bairros da região central da cidade iam sendo alvo sistemático de rápidas mudanças, o que implicava também na retirada em bloco de toda população habitante de áreas como a Pedreira, Tronqueira, Toca e Figueira. Promovendo a demolição dos casebres que se situavam em áreas desses bairros mais próximos ao núcleo central e expulsando dali seus moradores, “as elites locais fizeram um investimento decisivo no sentido de resolver a situação dessas zonas da cidade, há muito tempo por elas já consideradas como alguma coisa perigosamente problemática”¹⁵⁹. Buscaram reformar áreas da cidade por onde realizavam seus negócios e passeavam suas famílias, em um processo de integração à economia capitalista de mercado em que a cidade seria o centro administrativo canalizador de recursos econômicos do Estado.

A manifestação de discursos visando à constituição de uma ordem urbana modelizadora por critérios éticos e estéticos considerados mais racionais e moralizantes, não fizeram parte somente do processo de diferenciação social entre a burguesia e uma massa de proletários, agricultores, pescadores e outros segmentos da população humilde existentes na cidade e na Ilha (...) essas atitudes também constituíram formas de comportamentos e hábitos da elite local, enquanto práticas de vida cotidiana que diziam respeito aos afetos, aos cuidados do corpo, à

¹⁵⁸ Ibid, p. 20-21.

¹⁵⁹ Ibid, p.24.

moral da família, com as reservas da vida privada, com a aparência, com as relações públicas nas ruas, no teatro, nos clubes, com outras famílias e também, conseqüentemente, com os demais grupos e classes constituintes da vida da cidade, em relação aos quais essa elite no seu processo de diferenciação social forjava como o seu ‘outro’¹⁶⁰.

A criação do Instituto Politécnico de Santa Catarina em 1917 – que preparava contabilistas, farmacêuticos e agrimensores –, a organização de cafés, livrarias e Casas de Diversão, como o Cinema Cassino e o Cinema Círculo¹⁶¹, reforçavam a diferenciação social e faziam parte das reformulações do espaço urbano do centro da cidade aos moldes e às necessidades das elites de Florianópolis, que “no seu confronto com essa realidade que as incomodava de perto, tentaram criar uma outra mais próxima dos seus ideais, mesmo que ela se limitasse ao reduzido espaço do centro urbano da capital”¹⁶². De acordo com Hermetes, “não era mais suficiente ser branco, católico, e proprietário: era preciso ser ‘civilizado’, ter ‘gosto’ e ser ‘higienizado’”¹⁶³.

Na área social, esse processo caracterizado pelas políticas higienistas e urbanizadoras está vinculado à criação de instituições assistenciais, a maioria mantida pela Igreja católica, como o Asilo de Órfãos São Vicente de Paulo (1900), o Orfanato Santa Catarina (1910) e o Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim (1902). Estes, de acordo com Hermetes, foram um dos instrumentos acionados “por estas elites ansiosas em converter à sua imagem tudo aquilo que se diferenciava delas”, seja econômica ou culturalmente, visando a transformar estas diferenças numa espécie de público submisso e devoto de seus valores, crenças e normas. Este tipo de atuação, “visando um controle mais especificamente dirigido, indica a presença de novos elementos no sentido de uma disciplinarização social, que se associava à antiga filantropia de capitalistas beneméritos”¹⁶⁴. Também vale destacar que faz também parte desse processo modernizador da capital a criação da Diocese de Florianópolis, no ano de 1908, que também “emerge do

¹⁶⁰ Ibid. p.38.

¹⁶¹ É desse período a organização do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (1896) e da Academia Catarinense de Letras (1924), ambas durante o governo Hercílio Luz.

¹⁶² Ibid. p.56.

¹⁶³ Ibid. p.80.

¹⁶⁴ Ibid. p. 57-58.

desejo de constituição de uma sociedade civilizada, ordeira e eficiente”¹⁶⁵.

Além das associações especificamente de caridade, foi fundado em 1910 o Círculo Catholico São José, cuja atuação social e culturalmente na cidade também ocupou o espaço da beneficência, além de sua política moralizadora e de combate tanto ao liberalismo e socialismo, acentuando a inserção da Igreja Católica na sociedade florianopolitana.

Mais um marco desse período é a fundação do Ginásio Santa Catarina¹⁶⁶, uma iniciativa da elite burguesa republicana catarinense e a Igreja católica local com o intuito de estabelecer um colégio regular e permanente, procurando superar a intermitência do ensino secundário imperial e a ineficiência do único ginásio público e gratuito fundado no início do regime republicano e que também acabava servindo às elites através de recursos públicos¹⁶⁷.

Mas não só as elites se organizaram e buscaram seus espaços: seguindo as mudanças na economia e na sociedade, iniciou-se nesse período a organização de associações pluriprofissionais de trabalhadores, como a Liga Operária (1891) e a União Operária (1922)¹⁶⁸, e de sociedades beneficentes por categoria profissional, como a União Gráfica Beneficente (1921) e a Sociedade Beneficente dos Choferes (1926). De acordo com Cláudio Batalha, essa forma de organização de trabalhadores se desenvolveu no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, e tinha por objetivo aglutinar os trabalhadores das mais diferentes profissões, com identidade de interesses, buscando através da solidariedade de classe atender minimamente às suas necessidades básicas.

Segundo Batalha, surgiu em cidades com nenhuma ou pouca organização por ofício – caso de Florianópolis – e geralmente representavam a primeira forma de estrutura sindical possível; era uma possibilidade de trazer para o movimento categorias que ainda não tinham força para criar organizações próprias. Essas associações, com uma minoria organizada da classe trabalhadora, organizavam os

¹⁶⁵ SOUZA, Rogério Luiz de. Desejos de civilidade e ser moderno: uma história sobre o nascimento da Diocese de Florianópolis. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarice (orgs). *Faces do catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008, p.62.

¹⁶⁶ Posteriormente Ginásio Catarinense e atual Colégio Catarinense.

¹⁶⁷ DALLABRIDA, Norberto. *A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

¹⁶⁸ A União Operária, em 1928, passou a denominar-se União Beneficente Recreativa e Operária (UBRO).

trabalhadores urbanos com uma grande diversidade de experiências e ofícios. O medo do desamparo pela inexistência de seguridade social foi um forte impulsionador para a organização dos trabalhadores em sociedades de auxílio mútuo, objetivando exercer a solidariedade através de auxílios para os membros nos momentos de maior dificuldade por quais passava um trabalhador assalariado, como doença, incapacitação para o trabalho, desemprego, funeral, etc.¹⁶⁹

A respeito da atuação da Liga Operária e da União Operária, Rafaela Leuchtenberger afirma que a Liga apresentou-se como uma instituição mais voltada à seguridade social e financeira dos trabalhadores, “era uma instituição que trazia claramente em seus objetivos valores e intenções direcionadas para suas beneficências” e que priorizou a utilização de suas verbas e capital na ampliação dos benefícios e formas diferenciadas de assistência. Já a União Operária buscou investir na educação e na formação do trabalhador, tendo como foco a preocupação não na assistência, mas na formação e na representação dos associados. Segundo Leuchtenberger,

Em relação à beneficência eram muitas as vantagens de se filiar a Liga Operária. Ela mantinha em seu corpo social um médico, que provavelmente acabava prestando serviços aos associados, cobria imensas possibilidades já no seu estatuto, e fundou em 1928 uma Caixa de Socorro Familiar, destinada somente a seus associados. Desta forma, preenchia lacunas da vida dos trabalhadores e oferecia a estes grandes vantagens para que fizessem parte de sua estrutura.

A União Operária por outro lado, procurava manter estas atividades, projetando-se para corresponder a várias preocupações trabalhistas, e ocupando uma das grandes brechas que a Liga Operária mantinha em sua estrutura, a representação trabalhista. Expressava-se, esta questão, nos estatutos de 1922 e de 1928, através de poucos pontos em poucos artigos, com a mesma clareza e intencionalidade.

A Liga em momento algum refletiu este interesse, enquanto a UBRO busca deixá-lo com forte

¹⁶⁹ Batalha, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p.11-17.

presença. Era preocupação desta associação, por exemplo, obter licença para os associados que estivessem enfermos e necessitassem de folga para recuperarem-se. Importante analisar que enquanto uma associação cobria com beneficências altas a necessidade de tratamento deste associado enfermo, a outra resolvia e garantia seu emprego por este período.

Da mesma forma propunha-se a resolver atritos existentes entre associados e seus patrões, na representação do trabalho. Procurava dar uma segurança ao trabalhador de que este não estaria sozinho perante as questões trabalhistas, tendo, se necessário, apoio judicial. Questão que a Liga Operária não especifica em momento algum, determinando os apoios judiciais sempre pela associação e seus direitos, mas nunca pelo trabalhador.

Dessa forma, de acordo com Leuchtenberger, “estas duas associações atuavam em uma mesma realidade e contavam com um grupo social bastante semelhante” e, por focarem-se em atuações diferentes, acabavam complementando-se: enquanto uma respondia a um tipo de necessidades, com suas diárias altas e formas específicas e bem direcionadas de apoio e segurança, a outra complementava no campo da diversão, da formação e da representação trabalhista perante os patrões.¹⁷⁰

Na década de 1920 também acontece a formação do Partido Comunista do Brasil (PCB), relacionada em Santa Catarina com a construção da Ponte Hercílio Luz iniciando-se com o movimento chamado “Socorro Vermelho”, entidade que angariava fundos para a União Soviética. Foi oficialmente fundado em 1939 e registrado no Tribunal Regional Eleitoral no ano de 1941, sendo seu Mimo, Álvaro Ventura e Eliezer Pacheco alguns de seus fundadores. No período entre sua formação e a data de fundação, de acordo com Jaci Guilherme Vieira, houve pouca relação entre o Partido Comunista no estado e o Comitê Central, estando mais ligado às atividades anarquistas, que direcionava sua linha política, distribuindo inclusive o jornal “A Plebe” como material. Em 1931, como exemplo de suas atividades deslocadas

¹⁷⁰ LEUCHTENBERGER, Rafaela. *Liga Operária Beneficente de Florianópolis e União Beneficente Recreativa Operária: uma história de mutualismo e resistência*. Florianópolis, Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de História/UFSC, 2004, p.81-83.

da orientação nacional, apoiou o movimento que levou Vargas à presidência.

Após o movimento de 1930 que trouxe Getúlio Vargas à Presidência da República, já no processo de sindicalização a partir das leis trabalhistas implantadas a partir de 1931, as diferentes categorias de trabalhadores de Florianópolis organizam-se em sindicatos: trabalhadores em fábricas de rendas e bordados, operários da construção civil, metalúrgicos, gráficos, estivadores, carroceiros, eletricitas, padeiros, bancários, trabalhadores em hotéis e restaurantes, garçons e dos trabalhadores do comércio; em 1932 foi fundada a Federação Regional dos Sindicatos de Florianópolis.

Nesse período, católicos e comunistas buscavam inserir-se e ampliar sua atuação entre os trabalhadores. O PCB, apesar das dificuldades em sua organização apontadas por Jaci Guilherme, como a desorganização e a inexperiência do proletariado catarinense, além da grande influência do integralismo, atuou entre eletricitas, operários, metalúrgicos e, principalmente, no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, um dos mais representativos do estado. Na capital, atuaram também na União Operária, disputando a sua direção com católicos e maçons. Em 1933, Álvaro Ventura foi eleito deputado classista por Santa Catarina, ampliando o contato dos comunistas catarinenses com o Comitê Central. Organizou a ANL, movimento de massas, e em 1939, já atuando oficialmente como PCB, promoveu campanhas pela anistia aos presos políticos, com grande atuação do movimento sindical e estudantil.

Ainda que o PCB não obtivesse grandes vitórias eleitorais na cidade – apesar de importante atuação nos sindicatos e de nomes como o de Álvaro Ventura e de Seu Mimo serem bastante afamados – a organização do Círculo Operário de Florianópolis em 1937 e sua ação e discursos tiveram a orientação anticomunista, seguindo as linhas do circulismo. Como já bastante discutido anteriormente, o movimento circulista nasceu com o objetivo, entre outros, de combater o avanço do comunismo no país, e era uma alternativa também aos sindicatos e às organizações trabalhistas que, de acordo com o Manual do Círculo Operário, “visavam a solução pacífica das questões do trabalho, porém ameaçavam servir aos bolchevistas de instrumentos para a luta de classes”¹⁷¹. Os Círculos Operários, então, desmascarariam “os embustes da astuciosa propaganda bolchevista”, divulgando a doutrina católica e realizando seu programa social de amparo aos trabalhadores e os

¹⁷¹ CNOC, op.cit., p.27.

afastaria das “forças tenebrosas e temíveis” que estariam ameaçando subverter e destruir a ordem social e a civilização cristã.

Assim, a classe trabalhadora tornou-se o “alvo” tanto de comunistas quanto de católicos em Florianópolis. Se a Igreja procurou manter-se inserida entre os trabalhadores, os comunistas também tiveram participação ativa na direção de associações, como a União Operária, e posteriormente com articulações nos Sindicatos da Estiva, dos Carroceiros, sendo referência também no Sindicato da Construção Civil, um dos mais influentes da cidade. O anticomunismo, característica fundamental do Círculo São José e principalmente do Círculo Operário, justificou-se na disputa pela influência e direção das associações e sindicatos de trabalhadores, que cresciam e se fortaleciam, ampliando o embate entre católicos e comunistas.

2.2 – Circulo Catholico São José

Florianópolis da década de 1910 iniciava o processo de transformações urbanas, sociais, políticas e econômicas. Por sua vez, a Igreja católica da capital, dirigida por Dom João Becker, sofria também o processo de mudanças ocorridas com a romanização, promovida principalmente pelo Padre alemão Francisco Xavier Topp, vigário da catedral Metropolitana a partir de 1896¹⁷².

Durante a primeira República “houve uma gradativa e segura aproximação entre a elite política estadual e o clero romanizado”, intensificadas com a campanha para a criação da diocese catarinense, na qual a comissão foi presidida pelo Padre Topp e formada por nomes do Partido Republicano como Hercílio Luz e José Boiteux. Fundada em 1908, esteve Dom João Becker à frente, e a elite política procurou legitimar seu poder mediante a participação nas celebrações litúrgicas¹⁷³. Por seu lado a Igreja voltava a ter espaço significativo na administração e vida pública do estado.

Em Florianópolis, a intervenção da Igreja católica na sociedade no século XX já pode ser percebida com a fundação do Círculo Catholico São José, em 1910¹⁷⁴. Fundado por iniciativa de Padre

¹⁷² Foram os padres europeus, principalmente alemães, que articularam o processo de romanização do clero catarinense.

¹⁷³ DALLABRIDA, op.cit.,p.71-72.

¹⁷⁴ As principais fontes utilizadas na pesquisa dessa entidade são o estatuto, documentos arquivados na Cúria Metropolitana e o jornal católico *A Época*, periódico em circulação na década de 1910 estimulado por Dom Becker e editado por Henrique da Silva Fontes, professor de História do Ginásio Catarinense, fundador e professor de Economia Política da Faculdade

Bellarmino e por Correa Gomes, Rodolfo Formiga, Augusto Lopes da Silva e Augusto Nunes Pires, era uma entidade constituída por limitado número de sócios e para todas as classes sociais, desde que estes obedecessem às leis da Igreja e acatassem “as prescrições que dimanarem da autoridade diocesana”. A Diocese nomearia um Assistente para atuar junto ao Círculo, com o fim de manter a moralidade da entidade e de seus sócios, impedindo que estes se desviassem dos caminhos da Igreja.

Estatutariamente havia três tipos de sócios, que para ser aceitos deveriam antes ter seu nome aprovado pela diretoria: os *contribuintes*, que pagavam mensalidade de dois mil réis; os *benfeitores* que contribuía com mensalidade superior a dois mil réis; e os *beneméritos*, que prestavam serviços ou contribuía com grandes quantias. Em caso de luto, ausência da cidade, ou outra justificativa aceita pela diretoria, o sócio poderia tornar-se isento do pagamento da taxa por tempo indeterminado, sem ser excluído do Círculo. Pelo Artigo 12 do Capítulo II do Estatuto, seria excluído todo o sócio que pretendesse “embaraçar a marcha do Círculo, difamando-o ou prejudicando-o conscientemente”.

O Círculo tinha por finalidade instruir os sócios nas questões sociais, econômicas e religiosas, por meio de conferências, e “proporcionar-lhes divertimentos úteis, festas amenas e moralizadoras”. Ainda que não direcionado aos trabalhadores, o Círculo Catholico era de caráter beneficente, admitindo sócios de “todas as classes sociais” que obedecessem as leis da Igreja, sendo criado um fundo de beneficência mútua para socorrer os associados quando doentes ou inválidos. Possuía ainda uma biblioteca e oferecia aulas noturnas de instrução primária.

O modelo de organização beneficente e mutualista organizado por trabalhadores não se encaixa, portanto, no caso do Círculo Catholico São José, já que este não foi organizado por trabalhadores, mas pela Igreja; também não foi constituído para trabalhadores, mas formado para “todas as classes”. Os fins eram de auxílio e de caráter beneficente, porém foi formado e dirigido por nomes renomados da sociedade florianopolitana e pela Igreja, lembrando *trabalho* apenas por seu nome, que remete ao padroeiro dos trabalhadores, São José, e servindo aos pobres através da caridade.

A diretoria era composta por um presidente, um vice-presidente, dois secretários, um tesoureiro e uma comissão de sindicância com

catorze membros, sendo o mandato de um ano. Os nomes dos altos cargos da diretoria eram geralmente de origem militar e composta por membros da elite local, mais o assistente eclesiástico indicado pela Diocese.

Essa proximidade com os militares e com a elite local fica expressa na homenagem às vítimas da Revolução Federalista, no ano de 1913. De forte apelo popular na capital¹⁷⁵, o movimento iniciado em 1912 por Nuno Gama D’Eça (descendente do Barão de Batovi, um dos fuzilados de Anhatomirim) e parentes dos outros mortos objetivava a transladação dos corpos encontrados em uma vala comum durante a remodelação da Fortaleza de Santa Cruz para o cemitério público. Seis meses depois de iniciado o movimento, os corpos das “vítimas de 1894” puderam descansar em paz no cemitério na cabeceira da Ponte Hercílio Luz.¹⁷⁶

A diretoria do Círculo Catholico, composta por militares e descendentes dos federalistas (Augusto Nunes Pires, um dos fundadores do Círculo, por exemplo, era da família de Cristóvão Nunes Pires, um dos federalistas fuzilados), participa das homenagens e do movimento para a transladação dos restos mortais:

As vítimas de 1894

Realizar-se-há amanhã, às 4 horas da tarde, a transladação dos restos mortais dos fuzilados em 1894 na Fortaleza de Santa Cruz para o cemitério público desta capital.

O cortejo fúnebre se iniciará junto ao trapiche municipal da Praia de Fora, seguindo desta para o cemitério público, onde falará em nome da comissão o sr Fulvio Aducci.

No túmulo dos mortos haverá apenas esta inscrição:

¹⁷⁵ Desterro, a capital de Santa Catarina, mudou de nome para Florianópolis em homenagem a aquele que teria sido o responsável pelos fuzilamentos dos líderes da Revolução, Presidente Floriano Peixoto. Os fuzilamentos dos derrotados da Revolução Federalista em Anhatomirim ainda não é fato superado, principalmente entre os descendentes dos mortos, e vez ou outra volta à tona. Por exemplo, um dos atos da “Novembrada”, série de manifestações ocorridas na cidade durante a visita do Presidente militar João Figueiredo em 1979, foi a destruição da placa em homenagem a Floriano Peixoto, inaugurada na ocasião. Já na década de 1990, o movimento “100 anos de humilhação”, promovido pelas famílias das “vítimas”, historiadores e jornalistas, tentou aprovar projeto que mudaria novamente o nome da cidade, já que, para eles, “Florianópolis” representava humilhação a eles e à população da capital.

¹⁷⁶ Mas o descanso das “vítimas” não era ainda eterno: em 1934 o Ministro da Marinha determinou a transferência definitiva dos restos mortais para o Cemitério de São João Batista, no Rio de Janeiro.

“Restos mortais dos Fuzilados em 1894 em Santa Catarina”.

O Círculo Catholico “São José”, solidário com as homenagens, far-se-há representar no cortejo por uma comissão dos seguintes membros de sua diretoria: sr Capitão João Carvalho, Major Oliveira Lima, Dr José Batista da Rosa, João Medeiros, Rodolpho Formiga, Jacinto Simas e Augusto Pires.

O Cinema Círculo não funcionará amanhã e hasteará seu pavilhão em funeral¹⁷⁷.

Sendo evidente a aproximação da Igreja com o Estado em Santa Catarina, como a criação da Diocese de Florianópolis e as constantes aparições nas solenidades públicas tanto da autoridade eclesiástica quanto do Estado demonstram, a participação do Círculo nas homenagens aos federalistas, que representaram um movimento que desafiou o governo de Floriano Peixoto, pode parecer intrigante. Porém, nesse momento, reconhecidos federalistas já haviam sido integrados ao cenário político do estado e, além do mais, homenagens como essa poderiam servir tanto às elites quanto à Igreja Católica no sentido da construção de transformar as “vítimas” em “heróis”. Além disso, era a ala do Partido Republicano de Vidal Ramos que estava no governo, rival da ala de Hercílio Luz, aliado de Floriano e responsável pela “homenagem” da troca do nome da capital de Santa Catarina para Florianópolis.

2.2.1 – Círculo Catholico: lazer e moralização

O Círculo Catholico São José estaria “sempre na vanguarda em defesa da Religião e da Pátria”; propagandas e discussões de idéias políticas eram expressamente proibidas. Dentro de sua política moralizadora, o Círculo promovia conferências em que se discutiam questões relacionadas a atualidade, a política e principalmente a conduta e moral da civilização cristã, buscando deixar claro os reais inimigos da sociedade e da Igreja e os preceitos de Cristo como os únicos responsáveis pelo restabelecimento da vontade divina na terra. A autoridade da Igreja era colocada como a única possibilidade de reverter o quadro de corrupção e imoralidade que estariam levando a civilização cristã ao precipício. Já no início do século, a Igreja se põe na luta contra

¹⁷⁷ As vítimas de 1894. *A Época*. XXIV de maio de 1913.

o socialismo e o liberalismo, sendo considerados os principais males da atualidade.

Além de filmes e peças teatrais “moralizadoras”, o Círculo Catholico São José promovia conferências, ministradas em seus primeiros anos principalmente por Dom João Becker, bispo de Florianópolis. Em seus discursos, fica evidente o caráter autoritário do pensamento católico, característica que continuará a ser promover posteriormente através do Círculo Operário. Palestras eram semanalmente organizadas pelo Círculo, demonstrando a intenção da Igreja em inserir-se na sociedade com papel moralizador, ordenador e disciplinador. Nessas palestras, o bispo defendia que o homem deveria obedecer não pela força, mas pela moral, e isso somente seria possível através da Igreja, única capaz de estabelecer o equilíbrio entre autoridade e liberdade.

Apesar de quase a totalidade dos trabalhos sobre a Igreja católica no Brasil considerar o período a partir da década de 1920, com Dom Sebastião Leme como inaugurador do processo de retomada de seu espaço junto à sociedade, e de apontar Dom João Becker somente a partir de sua atuação no Rio Grande do Sul, este, ainda em Santa Catarina, na década de 1910, já assumia a posição do pensamento católico da neocrisandade¹⁷⁸.

Em seu sermão “A Igreja Católica possui a única chave dos árduos problemas da questão social”¹⁷⁹, Dom Becker afirma ser de direito da Igreja intervir na vida social e que só ela poderia opor-se ao socialismo internacional “organização igualmente vasta e incomparavelmente mais antiga e experimentada”. Combate também o liberalismo que, de acordo com Becker, há um século vinha explorando os povos em nome da liberdade, independência e autonomia e teria desagregado os elementos constituintes da sociedade, acelerando-lhe a dissolução. A causa da enfermidade da sociedade seria também o “neopaganismo”, o ateísmo social que rejeitaria o destino sobrenatural do homem e somente buscaria os bens terrenos, fazendo crer falsamente que os estados de pobreza e riqueza na terra seriam iguais à desgraça e felicidade. O médico capaz de “curar” a sociedade dessa doença seria Jesus Cristo, e o remédio seria a Igreja.

¹⁷⁸ Sobre o processo de romanização e seus conflitos em Santa Catarina, ver: ALVES, Elza Daufenbach Alves: *Nos bastidores da Cúria: desobediências e conflitos relacionais no intraclo catarinense (1892-1955)*. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

¹⁷⁹ A Igreja Católica possui a única chave dos árduos problemas da questão social. *A Época*, 26 de março de 1911.

A Igreja católica em Florianópolis já dava sinais de sua política de inserção no mundo do trabalho e que buscava desenvolver o que propunha a *Rerum novarum*, segundo a qual se devia combater o liberalismo, que teria deixado os trabalhadores “à mercê de senhores desumanos e à cobiça de uma concorrência desenfreada”, e também o socialismo, que instigaria nos pobres “o ódio contra os que possuem”.

Assim, Dom João Becker, em mais uma referência a *Rerum novarum* na defesa da conciliação entre as classes, na conferência do Círculo citada anteriormente expôs as “misérias do proletariado”, sobretudo na Europa, “suas revoltas e seus tumultos” e as injustiças que os vitimavam. Afirmou que “a Igreja quer ser a medianeira entre o operariado e os patrões”; da lei do trabalho decorreria a cada um a função de cumprir pacientemente a função social que tiver, pois “da própria natureza recebemos desigualdade de talentos, saúde, força, habilidade”; a perfeição do organismo social seria fruto desse conjunto de diferenças de suas partes componentes.

O capital e o operariado teriam ideais contrários; este aspiraria ao mínimo de trabalho e ao máximo de salário, aquele pretenderia maior trabalho e menor salário. A Igreja, que prega a existência de uma vida futura na qual haveria prêmio e castigo eterno para os atos dessa vida terrena e provisória, teria recursos de salvação para ambos os contendores: o patrão e o operário, uma vez inspirados nas doutrinas do Cristianismo, seriam, o primeiro benigno e justiceiro, o segundo ordeiro e amante da harmonia social, garantidor da prosperidade e paz do seu país. Na questão social, “a Igreja é nossa esperança, a Igreja é nossa força, a Igreja é nossa vitória”.

Em “A Igreja é a coluna inabalável da autoridade”¹⁸⁰, Dom Becker citou a causa dos males que minam a sociedade na atualidade: o desprestígio dos poderes constituídos. “Nós pereceremos por falta de respeito”, disse. Comparou a sociedade contemporânea a um vasto areal, movediço e traiçoeiro, sobre o qual assentariam os tronos e as cátedras presidenciais, ameaçados de ruína a todo o instante. “Nesse terreno frágil ergue-se, porém, uma pirâmide secular, coroada de uma cruz nunca derribada: é a Igreja Católica, a bradar sempre com o *non praevalerunt* do Sumo Pontífice: Cristo vence, Cristo reina, Cristo impera”.

Atacando também o protestantismo, relacionando-o com o liberalismo e percebendo-o também como causa da crise social vivenciada, afirmou que a autoridade, sem a qual não haveria sociedades

¹⁸⁰ A Igreja é a coluna inabalável da autoridade. *A Época*, 02 de abril de 1911.

estáveis, teria sido abalada desde que a Reforma proclamou o livre exame em matéria de religião, “germe esse nefasto que passou para o terreno social com a doutrina dos enciclopedistas, alastrando-se medonhamente”.

Fazendo menção à Revolução Francesa, afirmou que esta trouxe anarquia, desrespeito à autoridade e desgraças para o povo, afastando-o da Igreja: “o homem, inteligente e livre por natureza, deve obedecer não pela pressão ou violência, mas pela obrigação moral. E esta só a sabe, só a pode ensinar a Igreja, que, representante de Deus na Terra, atua sobre as consciências, região a que não chegam as influências materiais”.

Criticando o Estado brasileiro e as elites que o governaram desde a Proclamação da República, principalmente no que diz respeito ao laicismo e falta de autoridade, Dom Becker afirma que “é doloroso ver-se, no entanto, que as classes dirigentes, deslembradas destas verdades, hostilizam a Igreja com perseguições francas ou indiretas”. Afirma ainda que, “contudo, é evidente que a humanidade sem Deus nunca será feliz; o povo, uma vez desprezadas ou perseguidas as doutrinas de obediência à Igreja, não poderá nem quererá reconhecer soberanos quaisquer: tratará logo de arvorar a bandeira anarquista, desgraçando as nações pela destruição da ordem”.

Citando São Paulo, reforça a Igreja como única instituição capaz de manter a ordem e a harmonia social, e única instituição com esse direito, pois “toda a autoridade vem de Deus”, os depositários legítimos do poder seriam os representantes do soberano senhor. E com Leão XIII: “é só a Deus que compete o poder de coagir a livre vontade dos homens; e quem exercitar as funções deste poder, deve considerá-lo como recebido de Deus”.

Não se limitaria, pois, a Igreja a prestigiar os governos, mas lembrar também aos que os retém dos seus deveres e defender os direitos dos súditos. Derrocada a coluna da Igreja, cairia a autoridade: “pra onde vamos? Da anarquia mental para a anarquia social”.

Desta luta continuada e “detestável”, empreendida contra a divina autoridade da Igreja, teria resultado um perigo universal que ameaçaria a sociedade humana e principalmente o poder civil, em que se apóia a prosperidade pública. Assim como Jackson de Figueiredo e os pensadores católicos franceses, Dom João Becker concorda que, sem o respeito à moral e à fé cristã, afastando-se os governos da coluna da Igreja, restaria somente a violência como medida para controlar a revolta do povo, a anarquia e a crise total que certamente viriam: “o povo cristão obedece por espírito de fé; os poderes dirigentes existem, graças ao exemplo e a pregação da Igreja. E quando a influência da

Igreja desaparecer de todo, cairá o sol do poder, arrastando consigo os astros das instituições sociais”.

A atuação da Igreja na sociedade florianopolitana, já no início do século XX, marcou também sua posição fortemente contrária ao socialismo, mesmo antes da Revolução Russa ou da fundação do Partido Comunista no país. “A civilização cristã em face do socialismo”¹⁸¹, conferência proferida em festa do Círculo Catholico por Sérgio Nolasco de Oliveira Paes, inicia com um histórico das grandes nações do mundo antigo, de seu apogeu e glórias a decadência, esta sempre motivada pela corrupção e moral “frouxa e pernicioso”, além da tirania e de graves crimes cometidos, entre eles a escravidão. Assim, “males tão graves, tão deploráveis, só poderiam ser sanados por um espírito superior, por um personagem da estatura de Cristo, que fez empalidecer a face do tirano”. A religião por ele fundada, tendo por alicerces a verdade, o direito e a justiça, “teria transformado o mundo, pondo fim ao politeísmo “humilhado, abatido e vacilante”.

Chega, então, a Constantino e Carlos Magno, que teriam iniciado “uma série de generosos benefícios e difundi-los sobre a fronte da humanidade (...) contendo por meio das armas a irrupção da barbaria”. Cita ainda São Francisco de Assis, Loyola e Santo Agostinho, como “abnegados” defensores do amor e fé cristã.

Assim,

a civilização cristã, rodeada do progresso moral e intelectual, tendo a seu lado o telégrafo, o telefone, a radiografia, o vapor, a eletricidade, a imprensa, o cinema, caminha ufana e jubilosa a conquista dos louros, que Deus lhe reserva no limbo do porvir; e eis quando o Socialismo, escudado em errôneas teorias, lhe embarga o passo, dizendo-lhe: para, audaciosa!

E que pretende o Socialismo, qual seu objetivo?

A reforma da humana sociedade, reconstituindo-a sobre novas bases, em que será abolida a idéia de Deus, do direito, da justiça, do dever, e, em que só predominará a liberdade ilimitada do homem, para a fruição plena e sem freio de todas as suas paixões. Pois Roberto Owen, um de seus mais entusiastas corypheos, teve a ousadia de proclamar que a religião, o casamento e a

¹⁸¹ A civilização cristã em face do socialismo. *A Época*, 06 de maio de 1916.

propriedade são o verdadeiro Satan do mundo, denominando-as tríade monstruosa, fonte inesgotável de crimes e males.

O que? Abolir a religião! Quando ela é o farol que nos ilumina no deserto da vida!

Abolir a propriedade! Quando ela é representante direta do labor suarento do homem, o manancial fecundo de toda sua prosperidade!

Não, o Socialismo não aspira implantar felicidade no seio do generoso humano: deseja escravizar o homem às suas ignóbeis paixões, materializar a família, paganizar a sociedade (...). E aí de nós, míseros filhos de Adão! Se este funesto sistema conseguir espalhar a sua nefanda doutrina pelo Universo; pois ela assemelha-se à célebre árvore de Java – Bohubas, que quanto mais estende seus ramos, mais veneno lança na terra que a nutre¹⁸².

O pensamento religioso católico, aqui, se coloca ao lado da modernidade, tendo o socialismo como um freio aos avanços da civilização cristã. Buscando evitar a “contaminação” de sua entidade com essas idéias, de acordo com o Estatuto, “em todas e cada uma das diversões que se realizarem no Círculo, haverá previamente uma rigorosa fiscalização pelo Assistente, tanto nos textos das peças teatrais, quanto em todos os números que formarem o programa”.

Assim, além das conferências realizadas pelo Círculo, que travaram luta contra socialismo e liberalismo e defendiam a moralização da sociedade e autoridade da Igreja, também no que se refere às atividades de lazer oferecidas a sua presença vigilante se fazia presente. Mensalmente eram organizadas festas, com apresentações de música, dança e teatro, contando com a presença de “senhorinhas da mais alta estirpe” da sociedade florianopolitana e de autoridades militares, políticas e religiosas.

Mais uma brilhante festa social realizou (...) o Círculo Catholico São José, revestindo-se de inexcedível brilho.

Às 7 horas da noite, achando-se o vasto salão do Cinema Círculo literalmente cheio de associados

¹⁸² A civilização cristã em face do socialismo. *A Época*. 06 de maio de 1916.

e suas exmas famílias, teve início a brilhante festa, a qual obedeceu ao seguinte programa:

I Parte:

I – Overture pela orquestra do Círculo;

II – *Les Sirenes* – valsa para bandolins (...);

III – *A pianista* – cançoneta (...);

IV – Tito Mattel – *Le Tourbilon* – valsa para piano (...);

V – V Monte – *Um soir a Seville* – solo do bandolim (...);

VI – *Você me conhece?* – cançoneta (...);

VII – *Le plus joli reve* – coro (...);

II Parte:

VIII a XII – O perdão do Presidente – sensacional drama cinematográfico em cinco atos.

A afinada orquestra do Círculo, sob a regência do maestro Bridon, executou ainda mais dois belíssimos números de musica, que muito agradaram.

Sabemos que na próxima festa social do mês de Junho corrente ocupará a tribuna do Círculo, o nosso conterrâneo sr Dr. Nereu Ramos, ilustrado advogado do nosso foro (...)¹⁸³.

Vê-se que o Círculo – apesar de seu caráter beneficente, como veremos a seguir, de se dizer para todas as classes e de objetivar dar apoio aos necessitados – nas descrições das festas mensais contidas no jornal *A Época* e semelhantes à acima citada, mais aparenta um clube destinado ao deleite das elites locais. A programação das festas, das quais fazia parte a “seleta sociedade” da capital, era toda executada pelas digníssimas “senhorinhas” que aproveitavam a oportunidade para exhibir seus “dotes artísticos”. Como de costume, baseada em músicas, poesias e peças teatrais francesas: “as novas elites cultivavam a elegância e o refinamento inspirados no modelo burguês europeu da ‘Belle Époque’” em um processo de reuropeização dos comportamentos em que os costumes de França e Inglaterra se impuseram como mais apurado e civilizado, ditando moda e costumes sociais¹⁸⁴.

É importante frisar que fazia parte do programa católico educar as elites, para que elas educassem os pobres e os trabalhadores e os

¹⁸³ *A Época*. 8 de maio de 1915.

¹⁸⁴ DALLABRIDA, op.cit., p.61.

dirigissem na construção de uma sociedade moderna, civilizada e moralizada, dentro dos princípios da Igreja. Assim, o Círculo Catholico São José, mesmo que dirigido e freqüentado pelo público da elite local, para satisfazer seu programa estatutário acabava aceitando sócios das camadas mais pobres, além de promover também atividades cujo lucro era revertido para associações de caridade católicas.

Dom Joaquim Domingues de Oliveira, tornado bispo de Florianópolis em 07 de setembro de 1914, também foi motivo de festas e homenagens prestadas pelo Círculo, como noticiou *A Época*:

A festa social realizada em homenagem a Dom Joaquim Domingues de Oliveira, ilustre Bispo Diocesano, revestiu-se de excepcional brilhantismo.

De há muito não assistimos a um festival tão encantador como o que se realizou na sede social daquela importante associação.

Às 7 horas dava entrada naquele edifício do Círculo, sua exma revma, o sr Bispo Diocesano, acompanhado de várias sacerdotes.

(...) Ao terminar a primeira parte, assumiu a tribuna o vulto simpático do Sr Coronel José Feliciano Lobo Vianna, Comandante do 8º Batalhão de Artilharia.

O orador com facilidade de eloqüência que lhe é proverbial, dissertou brilhantemente durante uma hora e meia, com verdadeiro primor, sobre o importante tema: “A Fé na História e na Legenda”.

Nesta pálida notícia não podemos traduzir a agradabilíssima impressão que o primoroso orador deixou no espírito do numeroso e seletto auditório (...).

Mas foi o Cinema Círculo o “carro chefe” das diversões oferecidas aos sócios do Círculo, onde “os seus numerosos habitues terão ocasião de passar momentos de inefável prazer (...). Incontestavelmente constitui ele um dos melhores pontos de atração e, nas noutes de verão com o seu jardim ao lado, será inegavelmente, o preferido pelos que amantes são da arte cinematográfica”¹⁸⁵.

¹⁸⁵ *A Época*, 1º de agosto de 1914.

Os filmes do Cinema Círculo, reconhecido “pela nitidez de suas projeções e moralidade de seus filmes”, antes de colocados ao público, passavam por análise do Assistente Eclesiástico do Círculo, que verificava se eram adequados à moral e aos bons costumes da população florianopolitana e autorizava ou não sua projeção. Foram projetados filmes como "Surpresas do Divórcio", "O dinheiro e a consciência" e o clássico "A dama das camélias", que de acordo com Dallabrida, até mesmo os alunos internos do Ginásio Catarinense tinham permissão para assistir, um sinal de aprovação de suas exposições pelos jesuítas e, portanto, estavam nos padrões morais defendidos pela Igreja.

2.2.2 – Beneficência e caridade no Círculo Catholico

O Círculo Catholico São José era, estatutariamente, mutualista e beneficente. As entidades mutualistas foram as primeiras formas de associação organizadas pelos trabalhadores assalariados, respeitando a Constituição de 1824 que impedia a criação de qualquer forma de organização sindical¹⁸⁶, através das quais poderiam encontrar certa segurança para enfrentar as dificuldades do seu trabalho e de uma legislação pouco eficaz, e também um espaço de recreação e de formação¹⁸⁷.

Porém, apesar de mutualista, o Círculo Catholico São José diferia-se das associações organizadas pelos trabalhadores, como já dito anteriormente, sendo mais um espaço de visibilidade das elites locais e suas ações de caridade para com os pobres. Em primeiro lugar, não foi organizada nem dirigida por trabalhadores, mas por membros do clero e da elite da capital. Depois, não era destinada somente aos trabalhadores, nem pretendia reivindicar seus direitos. A sua ação, através de um fundo de beneficência mútua, era destinada aos sócios – de todas as classes sociais – através da reserva de porcentagem das mensalidades para a Caixa de Auxílio no caso de doença ou impossibilidade no trabalho. Aos pobres e trabalhadores, o Círculo dedicava parte da renda adquirida em recreações, festas, cinema e também oferecia algumas de suas atividades culturais.

Ao fundo de beneficência mútua para socorrer os associados quando doentes ou inválidos seria destinado 30% do valor das

¹⁸⁶ BATALHA, Cláudio. Op. Cit., p. 15

¹⁸⁷ Essas associações se organizaram principalmente sob o anarco-sindicalismo, que chegou ao país juntamente com os imigrantes, e defendiam o antiestatismo, o anticlericalismo, e a rejeição a todas as formas de opressão.

mensalidades e mais as doações que “venham em favor desta obra”. Os sócios beneficiados pelo fundo não poderiam receber quantia superior a 30 mil réis por mês, nem recebê-lo por motivo de doença em mais de três meses. Caso o prazo fosse ultrapassado, o sócio seria considerado inválido e receberiam a metade da cota estipulada.

O Círculo oferecia a seus sócios uma biblioteca, cujos responsáveis seriam nomeados pela diretoria. Cabia também a esta analisar as obras, e não se admitiria nem assinar jornais e revistas sem o prévio parecer do Assistente Eclesiástico. O estatuto previa ainda, dentro de sua política assistencialista, que em “todos os dias não santificados” haveria aula noturna de instrução primária para os sócios que dela necessitasse.

A Igreja católica neste momento buscou na instrução escolar um meio de aproximar-se dos trabalhadores e da população mais pobre da cidade. No ano de 1915 organizou a Escola Diocesana São José, destinada aos filhos de famílias carentes e que na década de 1920 foi equiparada aos grupos escolares estaduais. Também “na sede da União dos Trabalhadores, os padres da Companhia de Jesus (...) fundaram uma escola primária chamada “D. João Becker”, destinada aos trabalhadores, com aulas diurnas e noturnas”¹⁸⁸.

Ao mesmo tempo em que o Círculo aceitava doações, caberia a este fazer o mesmo “em favor de estabelecimentos de caridade, obras pias, etc”. Sessões do Cinema Círculo, em prol dos “pobres” e para os trabalhadores representaram, cumprindo o que regia o seu Estatuto, as poucas atividades desta entidade destinadas às classes populares:

O Círculo Catholico São José, de acordo com seus estatutos, está finalmente correspondendo aos elevados fins a que foi criado.

Trata-se da beneficência aos pobres, tão bem compreendida pela respeitável associação.

Sua diretoria, tendo em vista alevantados intuitos caridosos, vai promover em todas as quintas-feiras, uma sessão cinematográfica na casa de diversões do Circulo, com escolhidos filmes de alta metragem, revertendo o produto dessas sessões em beneficio dos pobres socorridos pelas seguintes instituições de caridade:

¹⁸⁸ DALLABRIDA, op.cit., p. 69-70.

Sociedade S Vicente de Paulo, Associação das Damas de Caridade, Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim, Asilo de Órfãs a cargo da Irmandade do Espírito Santo e Hospital de Caridade desta cidade.

Esta louvável resolução do Circulo é digna de aplausos e deve ser amparada pelo nosso público, pois além de reunir o útil ao agradável, divertir o espectador e beneficiar os pobres, trata-se de caridade, que sempre teve lugar no coração generoso do povo catarinense¹⁸⁹.

Além de sessões em prol de obras das associações de caridade mantidas pela Igreja católica, a diretoria do Círculo também destinava algumas sessões especiais a Sociedade União dos Trabalhadores. E ainda, “este popular cinema, que ultimamente tem conquistado as simpatias do nosso público, resolveu dar às segundas, quartas e sextas, sessões populares, com oito projeções”¹⁹⁰.

Percebe-se nesse primeiro momento, analisando a política do Círculo Catholico São José, que sua ação estava voltada aos “pobres”, e não diretamente à classe trabalhadora. O que se torna claro em seu discurso, era de que seus objetivos e suas atividades em prol das comunidades carentes representariam um dos deveres católicos de suma importância em sua doutrina: a caridade.

O Círculo Catholico São José fecha suas portas no ano de 1927, devido a falta de recursos. A partir da década de 1920 e efetivamente na década de 1930 com a proposta (não aprovada) dos sindicatos católicos, e posteriormente com a organização dos Círculos Operários, a Igreja católica irá centrar seu objetivo na classe operária, e o discurso da caridade foi sendo substituído pelo da assistência em nome da dignidade dos trabalhadores e da luta por justiça social e legislação defendida pelos católicos. O Círculo Operário de Florianópolis, fundado dez anos após o fechamento do Círculo Catholico, será tratado a seguir.

2.3 – Organização e atuação do Círculo Operário de Florianópolis

O dia escolhido para a festa de fundação e posse da primeira diretoria do Círculo Operário de Florianópolis foi significativo: marcava o início do Estado Novo. Coincidência ou não, o certo é que as relações

¹⁸⁹ Círculo Catholico São José – Benefício aos pobres. *A Época*, 1º de Abril de 1916.

¹⁹⁰ *A Época*, XIX de abril de 1913.

entre circulismo e Estado no país eram bastante estreitas, não só quanto ao apoio material e estrutural como também no campo do discurso e legitimação de práticas.

No salão do Cine Odeon, gentilmente cedido pela Mitra Arquidiocesana, realizou-se ante-ontem à noite, com a alta representação do exmo revmo sr Arcebispo Metropolitano, na pessoa do revmo Cônego Harry Bauer, a Assembléia de instalação do Círculo Operário de Florianópolis. Presidida pelo exmo sr Inspetor do Trabalho, dr. Pinheiro, procedeu-se à aclamação da Diretoria geral do COF, sendo coroada pelo eloqüente discurso do sr Daniel Faraco e as vibrantes palavras do sr Inspetor do Trabalho, que emocionaram o auditório. A parte recreativa, dádiva generosa do Colégio do Sagrado Coração de Jesus, imprimiu à festa o brilho da alegria e cordialidade. Os números da Orquestra foram executados pelo conjunto do Ginásio Catarinense¹⁹¹.

Fundado em 23 de agosto de 1937, o Círculo Operário de Florianópolis contava em seu primeiro ano de atuação¹⁹² com cerca de 1000 sócios¹⁹³, a quem pretendia formar “no sentido cristão do trabalho, procurando-lhes vantagens e defesa de suas famílias e profissão, pela orientação e inspiração moral e por cultura profissional e instrução”¹⁹⁴.

¹⁹¹ Círculo Operário de Florianópolis. *Diário da Tarde*. 13 de novembro de 1937.

¹⁹² E é desse primeiro ano de funcionamento que encontrei as principais referências em relação à organização do COF, pois é nesse período de fundação que são grandes a quantidade de notícias sobre a entidade. Nos anos seguintes são encontradas mais notas relacionadas às suas atividades públicas do que as internas.

¹⁹³ Em nota do jornal *A Gazeta* de 1 de maio de 1938, o número de sócios divulgado é de 1500. Como não há relatórios de filiados ou outro tipo de fonte que indique um número exato de sócios, tem-se como média os participantes nas atividades públicas do COF, como a “Páscoa Operária” e o “Dia do Trabalho”, que giravam sempre em torno de 1000.

¹⁹⁴ *A Gazeta*, 1 de maio de 1938.



Edifício Dom Joaquim, ao lado da Catedral Metropolitana, sede do COF na década de 1940

Os primeiros trabalhos foram iniciados com o apoio de autoridades religiosas e dos principais colégios católicos, o Colégio Coração de Jesus e Ginásio Catarinense, bem como de outras associações católicas. Contou também com a cooperação da Inspetoria do Trabalho, dirigida por José Pinheiro Dias, a quem o COF tinha como “o dedicado batalhador do bem estar operário”.

O Círculo Operário apresentou-se com programa definido de assistência material, espiritual e moral, antenado com o movimento nacional e às orientações de Leopoldo Brentano, buscando “as simpatias de todos, procurando coadjuvar e ser coadjuvado por aqueles que têm por missão ou inclinação de alma beneficiar a classe trabalhadora”¹⁹⁵. Esta organização foi uniforme em todo o país e o sócio de um Círculo que se transferisse para uma localidade onde havia Círculo Operário ou entidade operária filiada gozaria dos mesmos direitos e vantagens dos sócios dessa entidade.

A taxa mensal nesse primeiro ano de funcionamento era de \$500 réis mensais, devendo ser paga adiantadamente para que os sócios pudessem “aproveitar os benefícios do Círculo, desde que as cadernetas dos sócios estejam escritas e entregues”¹⁹⁶.

¹⁹⁵ *A Gazeta*. 1 de maio de 1938.

¹⁹⁶ Círculo Operário de Florianópolis. *O Apóstolo*, 15 de outubro de 1937.

Na fase inicial, a direção do COF esteve a cargo de uma comissão organizadora, com o padre Wirebeck sendo indicado pela Cúria como Assistente Eclesiástico. O Manual do Círculo Operário sugeria que a comissão organizadora inicialmente promovesse “inquéritos” sobre a situação do local onde seria fundado, questionando o número de fábricas e de operários existentes, quais as profissões, a situação do comércio e do funcionalismo público, a quantidade de sindicatos organizados e reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, se neles havia “orientação ou elementos marxistas”, a sua religião e sua condição de vida¹⁹⁷. Nas campanhas de filiação foram distribuídas súmulas do conteúdo programático do Círculo, um resumo do Manual do Círculo Operário¹⁹⁸.

Havia reuniões periódicas das diretorias encarregadas pelos núcleos e outras reuniões gerais, nas quais avaliavam o andamento dos trabalhos de fundação e das filiações, bem como traçavam metas para os próximos passos:

Trabalhos incessantes tiveram por objetivo amoldar o nosso ambiente trabalhista, organizando uma associação forte e perfeita, a forma nacional que reveste o movimento trabalhista, concatenado e semelhante em múltiplos pontos do país. Estabelecendo normas práticas e ambientadas, para a perfeição orgânica do Círculo, pode essa comissão dar por findos os seus trabalhos a 11 de novembro do ano passado, data da solene Assembléia Geral de Instalação, em que foi aclamada a primeira diretoria, eleita pelos subdelegados dos núcleos¹⁹⁹.

O Círculo Operário de Florianópolis seria, de acordo com seu estatuto, constituído por número ilimitado de sócios, com estatutos e com programa próprio de realizações para os trabalhadores. Compunha-se de uma Diretoria Geral, com os cargos de Presidente, Secretário, Tesoureiro e Delegado Geral e seus substitutos. Esta diretoria era auxiliada por um corpo especial de diretores, médicos, bibliotecários, diretores de departamentos, oradores e propagandistas. A Diretoria Geral, soberana em suas decisões – submetidas ao veto do Assistente

¹⁹⁷ Não foi encontrado no COF relatório semelhante a este sugerido pelo Manual.

¹⁹⁸ Há no arquivo da Cúria cópias desta súmula.

¹⁹⁹ *A Gazeta*, 1 de maio de 1938.

nomeado pela autoridade arquidiocesana – dirigia propriamente o Círculo.

Formaram a primeira direção do COF: Rodolfo Paulo da Silva como presidente, Ângelo Vitali vice-presidente, José Warken como primeiro secretário, Antônio Pereira como segundo secretário, Ricieri Beltrami primeiro tesoureiro, Waldemar Demaria segundo tesoureiro, Daniel Faraco como orador e João Faraco²⁰⁰ como delegado geral. Teve sede provisória à rua 28 de setembro (atual Vidal Ramos), juntamente à Federação. Na década de 1940, passou ao Edifício Dom Joaquim, ao lado da Catedral Metropolitana, e já na década de 1950 conquistou sede própria na rua General Bittencourt.



Daniel

Faraco

Contava o COF de cinco núcleos, distribuídos pelos pontos da cidade: Canudinhos, Figueira, Pedra Grande, Prainha e posteriormente Praia de Fora, sendo Canudinhos e Pedra Grande os maiores em número de associados. Uma nota do jornal *A Gazeta* previa ainda a instalação de um núcleo no bairro continental Estreito, porém não há outra indicação que evidencie a sua concretização.

As diretorias dos núcleos, além de membros diretores, compunham-se de subdelegados ou de zonas (ruas ou quarteirões do núcleo), responsáveis em manter vivo o contato entre o Círculo para com os sócios de sua zona; era o núcleo que atendia aos casos urgentes, provia as necessidades que surgissem, encaminhava as informações,

²⁰⁰ A família Faraco atuou constantemente nos primeiros anos do COF. Daniel e João Faraco fizeram parte da diretoria, enquanto Biase Faraco foi o médico responsável pelo ambulatório. Além da participação no Círculo, os encontramos também como colaboradores do Jornal *O Apóstolo* e em outras atividades relacionadas tanto à Igreja Católica quanto à política. Biase foi ainda professor da Universidade Federal de Santa Catarina e publicou alguns livros de poesia.

reclamações e cobrança de mensalidades. Esse tipo de organização acabava aproximando os sócios da direção e das atividades do Círculo, ampliando provavelmente sua inserção nos bairros onde foram estabelecidos os núcleos. Mensalmente promovia o núcleo reunião de seus sócios, e ao Círculo competia determinar as reuniões de caráter geral, as Assembléias Gerais e as concentrações de subdelegados.

O estatuto do COF, como de todos os outros Círculos do país, tinha como base o estatuto do Círculo Operário Pelotense, sendo acrescido e aperfeiçoado de acordo com cada experiência e peculiaridade da cidade. Estatutariamente, o COF tinha como finalidade prestar aos sócios cultura intelectual, moral, social e física, proteção social “advogando os interesses legítimos da classe”, auxílio médico, farmacêutico, jurídico e material, organização de Caixa de Socorro Mútuo para auxiliar os sócios doentes ou a família do sócio falecido, solução do problema de habitação e a sindicalização das classes operárias através da organização de sindicatos e cooperativas. Pretendia com essas ações “restaurar a paz no mundo do trabalho pelo respeito aos direitos recíprocos e pelo restabelecimento de relações harmoniosas entre operários e patrões”, adotando “como bases firmes e inabaláveis” a doutrina e moral do Evangelho de Jesus, as Encíclicas *Rerum novarum* e *Quadragesimo anno* e a fórmula de Toniolo já analisadas no primeiro capítulo.

Seu estatuto ainda repudiava a “luta sistemática e violenta das classes” e defendia a “intervenção moderada” do Estado na questão social, controlando e regulando o salário justo, a justa produção e o justo preço. Seguindo as orientações das encíclicas e do movimento circulista de defesa da ‘harmonia’ entre as classes, era direito do circulista recorrer ao COF em caso de “vexações, injustiças e divergências, quer entre si, quer entre patrão e operário”.

Uma das principais características da ação do Círculo Operário no mundo do trabalho era se colocar como diferenciado das outras organizações operárias. Seja pela busca da conciliação, seja pela atuação assistencialista, o COF se coloca na sociedade como solução e como uma necessidade dos trabalhadores:

Apesar de existirem sociedades operárias numerosas, o Círculo Operário era uma necessidade. As outras sociedades operárias têm um programa assaz restrito, enquanto o Círculo Operário tem um programa completo em todos os sentidos.

Que faz o Círculo Operário para o operário?

- 1) é o traço de união entre o operário e a sociedade;
- 2) é o mediador entre os patrões e os operários;
- 3) é o organizador de sindicatos e corporações bem orientadas para o bem comum;
- 4) é o moralizador dos costumes, formando o operário para uma vida morigerada e levando-o a tornar-se bom trabalhador;
- 5) é auxiliador nas dificuldades de cada dia, obtendo abatimentos, formando cooperativas, etc.;
- 6) presta socorro em situações difíceis, como doenças, questões jurídicas, moradia, desemprego, etc;
- 7) dá auxílio e conforto moral nas tribulações e com o operário se alegra em datas felizes;
- 8) ocupa-se da parte recreativa.

Ligado aos princípios da doutrina autoritária católica, em seu aniversário de um ano, o COF reafirma o seu papel disciplinador e moralizador da sociedade e em especial dos operários, a quem destinaria todos os seus esforços no sentido de assistir e melhorar as condições de vida:

Na próxima 3ª feira, 23 do corrente, o Círculo Operário de Florianópolis comemora festivamente a passagem de seu 1º aniversário.

A data se reveste de importante significação, porque assinala um marco de ouro plantado ao longo da clara estrada até agora percorrida pelo Círculo, que como força disciplinada pela fiel observância dos princípios cristãos, vai dando aos operários, que nele se incorporaram, as mais altas noções de moralidade e eficiência social.

Para que o cristão festeje condignamente o transcurso da brilhante efeméride, a Cúria Metropolitana lhe cedeu o salão de sessões do Cine Odeon, onde se cumprirá às 19 horas daquele dia, o seguinte programa: I Parte: 1 – início da sessão, 2 – bênção da bandeira do COF, 3 – palavras alusivas do orador oficial, sr Daniel Faraco, 4 – posse da nova diretoria do sindicato União dos Empregados em Restaurantes, Hotéis e Congêneres, 5 – encerramento da sessão. II Parte: 1 – ato de variedades, 2 – representação da

comédia “Um Duello” pelo grupo cênico do COF²⁰¹.

Como “força disciplinada pela fiel observância dos princípios cristãos”, o Círculo Operário de Florianópolis, a saber, não poderia escapar dessa que é uma das principais características do movimento circulista: o anticomunismo. Expressou-se por meio de discursos, seja de sua diretoria, seja de Dom Joaquim ou das autoridades que participaram das atividades públicas do COF. O anticomunismo do COF, além de ser característica central do circulismo, o era também reconhecido na atuação dos dirigentes do Círculo. Como visto anteriormente, Rodolfo Paulo da Silva, Ângelo Vitali, Deodósio Ortiga e Daniel Faraco, todos participantes também das diretorias católicas da União Operária, eram de posições reconhecidamente anticomunistas.

A fundação do Círculo, no exato início do Estado Novo, com discurso e atuação fortemente anticomunistas, deu-se em um momento de repressão ao Partido Comunista no estado, ligado principalmente aos trabalhadores portuários de Itajaí e São Francisco do Sul, dos mineiros em Criciúma e operários da construção civil em Florianópolis. Já no momento da sua fundação é possível encontrar sinais do caráter anticomunista do COF. Agradecendo o auxílio vindo do Colégio Coração de Jesus e do Ginásio Catarinense, o primeiro-secretário afirma:

Por meio destes auxílios, todos podem cooperar diretamente para o bom êxito da campanha de nossa Pátria contra o comunismo, ajudando a tirar a este um dos principais meios para enganar os operários, a saber a situação precária de muitos operários²⁰².

Daniel Faraco, primeiro orador oficial do COF, escreveu ao jornal *O Apóstolo* diversas matérias contrárias ao comunismo, defendendo o patriotismo e o catolicismo como formas de combatê-lo, para ele uma ideologia estrangeira que “contaminou” o país e que precisava ser banido. Referindo-se ao movimento de 1935, Faraco afirmou que foi através deste fato que “nossa Pátria teve, pela primeira vez em sua história, uma amostra concreta do comunismo em ação”, quando os soldados “derramaram seu sangue generoso para defender as

²⁰¹ Círculo Operário de Florianópolis. *O Estado*. 19 de agosto de 1938.

²⁰² Círculo Operário de Florianópolis. *O Apóstolo*. 15 de novembro de 1937.

tradições cristãs e a liberdade contra o assalto do totalitarismo vermelho”²⁰³. Soldados atacados pelos próprios companheiros que o comunismo conseguiu sufocar os sentimentos de camaradagem e humanidade e que, atendendo aos “métodos de Moscou” esperavam vencer “pela brutalidade e pela surpresa”. Porém, teriam os comunistas fracassado, e o país estaria despertando a consciência e se mobilizando, no sentido de impedir outro acontecimento como este.

Também Dom Joaquim, nos eventos do Círculo, utilizava-se da oportunidade e da quantidade de trabalhadores presentes para discursar contra o comunismo. O seu sermão na “Páscoa Operária” de 1945, que coincidiu com as comemorações do Dia do Trabalho, além de promover oposição veemente ao espiritismo, aproveita a ocasião para combater o comunismo. Voltando-se ao Interventor Federal, aos “prezados srs. representantes da classe obreira” e aos fiéis, o Arcebispo de Florianópolis afirmou que a cristandade se achava naquele momento dividida, “e nenhum acordo se logre em torno dessa questão, cuja importância é capital, a saber: qual a norma, a regra, afinal suprema, a prova irrefragável porque devemos orientar a nossa fé?”. Para enfrentar esse período de turbulência por qual passava a população cristã ocidental, suplicou aos fiéis que tivessem força, e que fossem “firmes nessa rocha sobre que fundou a sua Igreja. Firmes quando soprem, de vários quadrantes, certas auras de novidade”.

Espiritismo e Comunismo, ambos se colocavam, de acordo com Dom Joaquim, como novidades diante da sociedade, porém, para ele, não passavam de rituais e teorias ultrapassadas: “novidades chamam a certa evocação dos mortos, à comunicação com as almas, à doutrina do comunismo. E, sem embargo, são coisas velhas, mas mesmo velhas e bem velhas. (...) Velho o sistema comunista, pelo menos sob vários aspectos, pois que já Licurgo, nove séculos antes de nossa era cristã, tentou dividir igualmente a propriedade em Esparta”.

Dom Joaquim cita o filósofo Jean Jaques Rousseau e, com certa confusão, utiliza-se de seu discurso para contrapor-se a eles, buscando suas contradições:

Abro o filósofo, e leio: “a desigualdade é apenas sensível no estado da natureza”; a “que reinou entre os povos polidos” é “contrária ao direito natural”. Esse, o princípio. Eis as aplicações: abaixo a propriedade, “pela qual a igualdade

²⁰³ FARACO, Daniel. Os comunistas e o voto. *O Apóstolo*. 15 de setembro de 1945.

desapareceu”; “os frutos cabem a todos, a terra não pertence a ninguém”; teria sido necessário aos ricos, “um consentimento expresso e unânime do gênero humano para se atribuir sobre a substância comum tudo o que ia além do próprio”; “suas usurpações não são estabelecidas senão sobre um direito precário e abusivo”. Abaixo às leis, “que deram novos entraves ao fraco e novas forças ao rico”; abaixo o Governo, “pois que é manifestamente contra a lei da natureza que uma criança governe a um velho, que um imbecil conduza um homem ajuizado”. Abaixo a própria sociedade: “o homem é naturalmente bom”, tornou-se “mau” à proporção que se fez “sociável”; a sociedade o “depravou”, ela “induz necessariamente os homens a mutuamente se odiarem”. (Rousseau)

Continua Dom Joaquim, utilizando-se das histórias da Bíblia para justificar o direito à propriedade e, portanto, o erro e a falácia através do qual os comunistas estariam, segundo ele, iludindo e enganando os trabalhadores:

abaixo pois a propriedade? Mas não é isso, muito pelo contrário, o que se afere, o que se conclui do mais antigo e mais autorizado dos livros entre os homens. Que ensina a Bíblia, que expõe esse livro dos livros? Que Deus, criador e supremo senhor de tudo, deu ao homem, representado nos primeiros pais, o poder de sujeitar a terra, isto é, a faculdade de usá-la e apropriar-se dela, na medida e de acordo com a natureza de suas atividades. Apropriar-se, porque a atividade é, de certo modo, um prolongamento da personalidade, e é consoante do direito natural que seja do homem o que produziu com o seu esforço, o que lhe custou o suor do seu rosto. Assim que tendo-se Caim dedicado à profissão de lavrador, “ofereceu em oblação os frutos da Terra”, ao passo que Abel, como pastor de ovelhas, ofereceu dos primogênitos ao seu rebanho. É claro que nem Abel tinha direito sobre as terras que eram de Caim, nem Caim sobre os rebanhos, que o venerável documento expressamente

atribui a Abel. Mas se a oferecia era de seu rebanho, era porque o rebanho lhe pertencia, porque tinha sobre ele a propriedade, concomitantemente, como se vê, ao aparecimento do homem, e só regulada e implicitamente reconhecida pela lei e pelos dispositivos humanos. A autoridade não abusou. O seu poder não é precário nem abusivo.

A igualdade... Prescindindo da igualdade moral, da igualdade dos filhos de Deus haverá, já houve no mundo, duas coisas iguais? “A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente aos desiguais”, “nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade” (oração aos moços)²⁰⁴.

Nacionalmente, de acordo com Jessie Jane, o anticomunismo no movimento circulista aumenta após 1945 devido a Guerra Fria e a luta internacional da Igreja contra o regime soviético. Em abril de 1964, a livraria Anita Garibaldi, mantida por militantes do Partido Comunista, é invadida e seus livros levados à Praça XV de novembro, onde são queimados em uma grande fogueira. O ato da queima dos “livros malditos” da Livraria Anita Garibaldi teve como um dos organizadores o Círculo Operário de Florianópolis. A ação do COF nesse momento já se restringia ao atendimento no ambulatório médico ou a alguns momentos de diversão – a sinuca entre eles – de antigos dirigentes saudosistas que ainda freqüentavam a sede. Também não consta em ata ou em outro documento da época ainda preservado menção a este acontecimento, e até mesmo Monsenhor Agostinho, assistente eclesiástico da época, afirma não se recordar do fato. Mas, segundo Valmir Martins, que neste ano atuava na Juventude Operária Católica e era membro do Conselho Fiscal do COF, a invasão da Livraria e a fogueira dos livros teriam sim sido organizadas pelo Círculo; seu caráter anticomunista, portanto, mantinha-se²⁰⁵.

2.3.1 – Relações do COF com Associações de Trabalhadores e Sindicatos

²⁰⁴ Páscoa Operária. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*. 04 de maio de 1945.

²⁰⁵ DIAS, José de Souza. *Santa Catarina em perspectiva: os anos do golpe*. Petrópolis: Vozes, 1989.

Apesar de estatutariamente o Círculo Operário de Florianópolis seguir as linhas gerais do movimento circulista nacional, algumas diferenças são percebidas se o compararmos com Círculos de outras cidades. Uma dessas áreas é quanto a atuação no meio sindical, principalmente porque, diferente de outros Círculos organizados no país, o COF não desenvolveu como política de atuação a filiação e a organização de sindicatos, um dos principais objetivos defendidos pelo movimento circulista, nem buscou nas fábricas os laços mais estreitos para se aproximar dos trabalhadores. O Círculo de Florianópolis, como veremos, teve as entidades e escolas católicas, bem como o Estado, seus principais aliados na sua intervenção na sociedade.

Diferenciando-se dos sindicatos, como já analisado anteriormente, um dos objetivos dos Círculos Operários era justamente preparar o ambiente para a sindicalização no meio operário, mantendo a reciprocidade entre sindicalistas e circulistas, autonomamente, e atuando na formação de dirigentes. Defendia também que os Círculos mantivessem relações “amistosas e de colaboração” com as associações operárias pluriprofissionais, desde que “a entidade não vise fins ou tenha uma direção péssima”²⁰⁶.

O Círculo Operário de Pelotas, por exemplo, criou o chamado Conselho Trabalhista, constituído de representantes dos onze sindicatos a ele filiados, procurando conciliar as questões entre trabalhadores e patrões²⁰⁷. Também no Rio Grande do Sul, o Círculo Operário de Porto Alegre organizou, segundo Diehl, “um cerco circulista, acompanhando a localização geográfica das paróquias nas vilas, como forma de cooptar o operariado das organizações anarquistas e comunistas”. Ainda de acordo com Diehl, a crise da Federação operária do Rio Grande do Sul (FORGS) motivada pelas divisões internas e forte repressão, favoreceu a rápida expansão do movimento no estado²⁰⁸.

No estado de São Paulo, o Círculo Operário de Vila Prudente era financiado com recursos da Fábrica de Louças, uma das maiores instaladas no bairro, e toda a assistência médica fornecida aos operários era prestada pelo círculo, forçando a atuação de seus funcionários.

²⁰⁶ CNOC. *Manual do Círculo Operário*. 3ª ed. Rio de Janeiro, 1964, p.119.

²⁰⁷ DIEHL, op.cit., p. 57-58.

²⁰⁸ *Ibid*, p. 58-65.

Assim, “o que fica evidente é o estreitíssimo vínculo do círculo com as empresas locais, trocando serviços por recursos”²⁰⁹.

Também em São Paulo, Damião Duque de Farias percebe a relação intensa dos Círculos Operários no meio sindical, com discurso de forte oposição à esquerda – recebendo desta a oposição de mesma intensidade – e atingindo a classe trabalhadora através de jornais, panfletos, programas de rádio e caravanas nas fábricas e bairros operários, além de ter sido possível ao historiador encontrar nos discursos circulistas manifestações favoráveis aos industriais²¹⁰.

Em mais um estudo do movimento circulista no país, “Valentim, o guardião da memória circulista (1947-1958)”, Jessie Jane, a respeito do Círculo Operário de Volta Redonda, acompanha a atuação do Círculo na Companhia Siderúrgica Nacional, afirmando que “dentro da fábrica o Círculo agia como agente disciplinador e intermediava as tensas relações entre chefias e operários”²¹¹. Atuava dentro da usina por meio de coordenações por áreas de trabalho, sob orientação de um delegado geral. Segundo ela, é essa organização nas fábricas e nos bairros operários, através dos núcleos, que diferenciava o Círculo de Volta Redonda dos sindicatos, do PCB e das Pastorais. Havia preocupação quanto à organização nos locais de trabalho, “o que ressalta ainda mais a importância estratégica que essa organização tinha para os empresários”. O Círculo organizou ainda um ambulatório e farmácia através de convênios com a CSN²¹².

Finalizando os exemplos de atuação circulista no meio fabril e sindical, Hilário Barbian em sua dissertação de mestrado intitulada “Círculo Operário e sindicalismo em Ijuí-RS (1923-1946)”, analisa a formação e organização dos sindicatos e do Círculo Operário de Ijuí (COI), bem como a adesão ao sindicalismo. Percebe a atuação da Igreja católica no movimento operário na cidade a partir de 1925 com a fundação da Associação de Moços Católicos, cujos dirigentes futuramente fariam parte da diretoria do COI, fundado em 1936²¹³. De acordo com Barbian, o COI inicialmente fez intensa campanha de adoção da Carteira Profissional e organizava palestras com

²⁰⁹ DUARTE, Adriano Luiz, *Cultura popular e cultura política no pós-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973*. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas, 2002, p.137.

²¹⁰ FARIAS, op.cit., p.186.

²¹¹ SOUZA, 1992, p.86.

²¹² Ibid, p.86-87.

²¹³ BARBIAN, Hilário. *Círculo Operário e sindicalismo em Ijuí/RS: 1923-46*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina, 1991, p.124-135.

esclarecimentos a respeito da Legislação Trabalhista, além de manter estreita ligação com os sindicatos de trabalhadores, “tendo a entidade circulista uma de suas mais fecundas atuações”, sendo o responsável pela organização de pelo menos cinco sindicatos de profissão no ano de 1937. Se inicialmente os ideólogos do COI buscavam criar uma entidade de massas, logo perceberam que a adesão dos trabalhadores à ideologia circulista não estava acontecendo. Assim, buscaram centrar-se na formação e influência sobre dirigentes sindicais. Dessa forma, segundo o autor, “ainda com pouco adesão a Igreja alcançou seu objetivo que era o controle dos sindicatos de trabalhadores”.

Como se pode perceber, os Círculos analisados acima concentravam importante parte de suas ações no meio sindical, filiando, acompanhando e incentivando o processo de sindicalização e atuando diretamente nas fábricas. Diferente deles, o COF não possuiu grande atuação nem na organização e filiação de sindicatos, nem na formação sindical de seus associados; também não concentrou suas ações diretamente nas fábricas através de núcleos ou zonas fabris.

A atuação do Círculo Operário de Florianópolis, estratégica por ser a capital do estado, foi marcada essencialmente pelo assistencialismo e, assim, seus núcleos foram constituídos somente nos bairros caracterizados como sendo de trabalhadores, e não nas fábricas ou sindicatos. Pelo próprio caráter não fabril da cidade – poderíamos mais acertadamente aqui usar para caracterizar o mundo do trabalho na capital a expressão de “classes trabalhadoras” de E.P.Thompson²¹⁴ –, o COF acentuou suas relações com o Estado e com outras entidades não especificamente de operários, mantendo-se no mundo do trabalho através da assistência aos trabalhadores fora de seu ambiente de trabalho.

Em relação à postura do COF diante dos sindicatos, há poucas informações que possam revelar uma política significativa de organização, participação ou influência sobre eles. Sabe-se, por exemplo, que Daniel Faraco foi presidente do Sindicato dos Bancários na década de 1930, o que certamente indica algum estreitamento para com a política do Círculo, ainda que este não interferisse na sua estrutura organizativa. Além dessa possível relação com o Sindicato dos Bancários, a programação da festa de aniversário de um ano do COF,

²¹⁴ No prefácio de “A formação da classe operária inglesa”, Thompson entende por “classes trabalhadoras” as diferentes categorias profissionais – não necessariamente os operários das fábricas – que se organizam ao compartilharem das mesmas necessidades e interesses contra “outros homens com interesses que diferem dos seus” (THOMPSON, 1997, p.9).

No terceiro capítulo será aprofundado a noção de “operário” para o Círculo de Florianópolis.

onde consta a “posse da nova diretoria do Sindicato União dos Empregados em Restaurantes, Hotéis e Congêneres”²¹⁵, pode ser mais um elemento demonstrativo de que os sindicatos estavam entre os interesses do COF, que buscava manter-se presente e influente, embora de forma menos acentuada do que as verificadas nos círculos de outras cidades.

Porém, há momentos em que se pode sim perceber uma aproximação mais constante do COF com outras associações de trabalhadores, especialmente com a União Operária, acentuada quando a direção desta última passava pela influência católica.

Rodolfo Paulo da Silva, marceneiro e primeiro presidente do COF, foi um dos fundadores da União Operária, em 1922, tendo ao longo das décadas de 1920, 1930 e 1940, passado pela sua diretoria; também foi filiado da Liga Operária. Reconhecido como “homem essencialmente católico” e que “influenciou nas propostas conciliatórias entre capital e trabalho, nas reivindicações dentro dos limites legais defendidas pela União Operária”²¹⁶, cumpria seu mandato de Presidente desta associação quando da fundação do Círculo Operário, mantendo o mesmo cargo nas duas entidades entre 1937 e 1938.

Também na área das atividades culturais as relações entre as associações são verificadas. O Grupo Cênico do COF foi dirigido por Deodósio Ortiga, principal diretor das peças executadas pela UBRO, tendo sido também presidente desta. Ortiga manteve ação contínua na diretoria da UBRO na década de 1940, sendo vinculado ao pensamento cristão e com posições anticomunistas. Funcionário da Alfândega, era reconhecido como homem bastante religioso e seguidor dos princípios da moral cristã. Passou por vários mandatos consecutivos como Presidente da União Operária e, apaixonado pelo teatro, foi ensaiador, ator e dramaturgo do grupo teatral da UBRO²¹⁷. À frente do Grupo Cênico do COF, dirigiu as peças “Um duelo”, “O aniversário da noiva” e “Dois irmãos”, que foram apresentadas no palco da UBRO em comemoração ao aniversário de um ano do Círculo.

Mais um nome presente em ambas diretorias é o do bancário Daniel Faraco²¹⁸, um dos fundadores do COF e orador oficial da União

²¹⁵ Círculo Operário de Florianópolis. *O Estado*. 19 de agosto de 1938.

²¹⁶ COLLAÇO, op.cit., p.36.

²¹⁷ *Ibid.*, p.37-38.

²¹⁸ Em meados da década de 1940, Faraco mudou-se para o Rio Grande do Sul ao assumir um cargo de gerente do Banco do Brasil. Pelo estado gaúcho, foi eleito deputado federal diversas vezes, cumprindo mandatos entre 1946 e 1975 e chegando ao Ministério da Indústria e Comércio no Governo militar de Castelo Branco. Como escritor, publicou, entre outros,

Operária. Também com postura fortemente católica e anticomunista, publicando diversos artigos de combate ao comunismo no jornal católico *O Apóstolo*, Faraco afirma ter sido aluno do Padre Brentano e que sua “participação foi, sobretudo, de caráter doutrinário, auxiliando o Padre Brentano na exposição e na defesa dos princípios da doutrina social católica”²¹⁹.

Outros dirigentes das duas associações são Ângelo Vitali, procurador da União Operária entre 1938 e 1939, e José Soberajski, presidente desta associação nos anos de 1932 e 1933 e primeiro-secretário entre 1943 e 1945.

Possivelmente, o fato de dirigirem ou serem associados a várias organizações de trabalhadores, com formação e objetivos distintos, dava a esses dirigentes maior experiência e visibilidade entre os trabalhadores na cidade e principalmente das entidades que representavam. Tornavam-se, assim, uma referência na classe e acabavam ampliando o seu campo de ação e suas relações, o que poderia facilitar a atuação da entidade. Não se pode perder de vista, porém, que todos os nomes que compunham a direção do Círculo passavam pela aprovação do Assistente Eclesiástico e que, portanto, além de serem reconhecidos entre os trabalhadores deveriam também ter a confiança do clero.

2.3.2 – Círculo Operário e Estado

De acordo com o Manual, os Círculos Operários não teriam com o Estado outra relação senão por estarem sujeitos às leis do país. Quanto ao Ministério do Trabalho, não teriam dependência, direito ou outra relação de ordem jurídica, além da prerrogativa de serem órgãos consultivos:

De fato, os CC.OO., desde o seu início tem estado em contato com esse Ministério, tanto com os próprios ministros como com os funcionários, por meio de uma colaboração de grande eficiência, promovendo a fundação e reconhecimento de sindicatos, prestigiando as leis sociais e as ações do Ministério, rebatendo os ataques a ele feitos pelos comunistas e demais

“Elementos de Economia Política”, “Parlamento, Vale a Pena? E o Parlamentarismo?” e “A Economia em Desalinho”.

²¹⁹ Questionário respondido para mim por Daniel Faraco em 12 de agosto de 2008.

reacionários, conciliando divergências e criando um ambiente de mútua compreensão e harmonia entre os operários e patrões, enfim, realizando a elevação cultural e espiritual do operariado, sem o que a melhoria econômica, trazida pelas leis sociais, pouco aproveitaria ao trabalhador²²⁰.

As relações do COF com o governo de Santa Catarina vão de convites e participação em eventos e discursos ao apoio estrutural. No Arquivo Público do estado, são encontrados diversos ofícios do COF encaminhados aos governadores com convites para participação em atividades como a “Páscoa Operária”, comemorações do “Dia do Trabalho”, nomes de diretorias eleitas, entre outros. Mas também há pedidos e agradecimentos por auxílios governamentais ao COF, encontrados também nos jornais de maior circulação da capital. A própria sessão de fundação do Círculo foi presidida pelo Inspetor do Trabalho no estado, José Pinheiro Dias, “sendo coroada pelo eloqüente discurso do sr Daniel Faraco e as vibrantes palavras do Sr Inspetor do Trabalho, que emocionaram o auditório”²²¹.

O apoio governamental, além de dar condições estruturais para a realização das atividades do Círculo, como em nota sobre a “Páscoa Operária” a diretoria do Círculo agradece “o interesse do Governo do Estado pela boa realização da solenidade, prolongando até as 7:30 horas o fornecimento de energia elétrica”, agradecendo também a Udo Deck, “esforçado diretor de Obras Públicas”²²², também auxiliava em casos mais específicos, como pedidos de intervenção do Governador em nome de circulistas:

Para cumprir uma das mais nobres finalidades deste Círculo Operário, que é a de amparar os seus membros em qualquer emergência, vem a respectiva diretoria, por meu intermédio, pedir a intervenção de V. Excia, junto à autoridade competente, em benefício de um consócio.

Trata-se de uma vaga existente no Corpo de Marinheiros da guarda-moria da Alfândega desta capital, përa cujo preenchimento, rogo a vossa generosa influência em favor do circulista, sr Odilon de Oliveira Furtado.

²²⁰ CNOC, op.cit., p.82.

²²¹ Círculo Operário de Florianópolis. *Diário da Tarde*. 13 de novembro de 1937.

²²² *Catolicismo* – texto encontrado no Arquivo da Arquidiocese.

Difícil ser-me-ia esta tarefa, por tanto incomodar-lhe, se desconhecesse a atenção que V. Excia dedica às justas aspirações dos necessitados. É, pois, com grata satisfação e firmes esperanças que, em nome dos dirigentes circunistas dirijo-lhe este apelo²²³.

Nas comemorações de 1º de Maio (que serão analisadas no Terceiro Capítulo), o Inspetor do Trabalho era figura sempre presente; também o Interventor Nereu Ramos – que governou o estado entre 1935 e 1945²²⁴ – participou dos festejos de 1º de Maio de 1938 promovidos pelo Círculo, discursando para os trabalhadores e demonstrando toda a “dedicação” do Governo Vargas que estaria sendo destinada aos trabalhadores; o 1º de Maio nos anos de 1942 e 1943 foram também comemorados juntamente o *Dia do Trabalho* e os aniversários do governo de Nereu Ramos. Em seus discursos e ações, legitimava-se a ação do Governo e defendia-se a legislação trabalhista, como a maior demonstração de respeito e de preocupação de Vargas ao trabalhador brasileiro.

2.3.3 – Atuação do Colégio Coração de Jesus e Ginásio Catarinense na organização e atuação do COF

Também promoviam e auxiliavam as atividades do COF, como dito anteriormente, as duas mais importantes e tradicionais instituições educacionais católicas da cidade, o Coração de Jesus – escola para meninas mantida pelas irmãs da Divina Providência – e o então Ginásio Catarinense. Este último, dirigido por jesuítas alemães, foi fundado no ano de 1905, localizando-se na Praia de Fora, principal área burguesa da cidade. Apoiado pela elite política e pelo clero romanizado, o governo Vidal Ramos viabilizou o fechamento do ginásio público estadual e a sua substituição pelo Ginásio Catarinense, de caráter privado e subvencionado pelo Estado, respondendo assim ao desejo de distinção social das elites²²⁵.

Já no processo de formação do Círculo pode-se verificar a participação destes:

²²³ Ofício do COF ao Governador Nereu Ramos. 24 de setembro de 1941.

²²⁴ Eleito, assume o governo no ano de 1935; em 1937, com o golpe de Estado Novo, é nomeado Interventor.

²²⁵ DALLABRIDA, op.cit., p.37-87.

Ao COF faltou no início dinheiro até para as despesas mais urgentes.

Graças a Deus houve entre os fundadores, embora nenhum deles fosse rico, alguns que saldassem do próprio bolso as primeiras contas. Aos poucos já vem auxílio.

As Reverendas Irmãs do Colégio Coração de Jesus, generosas em caridade como sempre, num excelente gesto educador levaram as distintas alunas do Colégio a organizarem um chá em favor do COF. O entusiasmo com as nobres alunas abraçaram e puseram em prática a idéia, e prova que a semente caíra em terra ótima. A redá do chá foi de 500\$000 Rs, valioso auxílio para os cofres vazios do COF.

Em 31 de outubro o secretario do COF recebeu uma nota de 100 R\$, acompanhada dum bilhete com estes dizeres: “na festa de Cristo-Rei o Ginásio catarinense oferece ao COF”.

Começou assim a série de benfeitores, a qual certamente será longa, benfeitores dum movimento necessário e sublime em prol das famílias operárias.

(...) E em favor de quem revertem os donativos feitos ao COF? – São para os 1025 operários inscritos como sócios do COF até 8 de novembro.

José Warken, secretário²²⁶

O chá em benefício do COF promovido pelas alunas do Curso Vocacional teve em seu programa artístico, como não poderia deixar de ser, as apresentações das “talentosas e dedicadas” meninas, que mostraram todo o ser repertório de canções, poesias, danças e peças teatrais: Revê-d’amour, de Liszt – Ilsa Tavares. O relógio, de Apolônio de Carvalho – Dilma Borges – Fox de Gheishas, canto – Denise Pereira – Dança Russa – Vera W Britto – A dança dos Peixes – Rosa-Maria Lehmkuhl – Cante la yave e meu rouxinol, canto – srta Terezinha M Ramos – Bailado: - Inge, Efigênia, Maria Helena, Hevetia, Mirza, Ilma, Vanda, Maria Conceição, Vera²²⁷.

A parte recreativa da assembléia de instalação do Círculo foi “dádiva generosa do Colégio do Sagrado Coração de Jesus”, que

²²⁶ Círculo Operário de Florianópolis. *O Apóstolo*. 15 de novembro de 1937.

²²⁷ Em benefício do Círculo Operário. *A Gazeta*. 22 de outubro de 1937.

“imprimiu à festa o brilho da alegria e cordialidade”. Também o Ginásio Catarinense teve participação na assembléia, oferecendo os números de orquestra executados pelo conjunto do Ginásio Catarinense²²⁸. No natal, foi organizada uma doação de brinquedos aos filhos dos sócios do núcleo de Canudinhos no pátio do Coração de Jesus²²⁹.

2.3.4 – As relações do COF com as Associações Católicas e o Clero

O COF buscava também em outras organizações da Igreja apoio para suas atividades. De acordo com o Manual, deveria haver entre os Círculos e as associações católicas “mútua compreensão, estima, benevolência e colaboração”, deixando claro, porém, as suas diferenças. Quanto à finalidade, enquanto as associações visavam objetivos imediatamente religiosos, os Círculos mantinham objetivos de ordem temporal, como a defesa e assistência aos trabalhadores. Distinguiam-se ainda pela natureza jurídica, já que as associações, organizadas e dirigidas pelos membros do clero, possuiriam natureza jurídica eclesiástica, enquanto que os Círculos a obteriam mediante registro em cartório, tendo leigos em sua direção²³⁰.

Dessa forma, os “Círculos Operários precisam das organizações religiosas, para nascer, progredir e vencer”, da qual receberiam a “sólida formação de caráter”, o seu exemplo e as palavras do Evangelho que proferiam, e apoio para organizar e manter seus departamentos. Por outro lado, as associações também poderiam se beneficiar das atividades circunistas:

As associações religiosas não podem bem organizar tais serviços de defesa e assistência em seu seio. Seria contra seus estatutos e objetivos e, como mostra a experiência, prejudicaria a vida interna destas associações. Em vez de formação espiritual, teríamos atividades econômico-sociais. Começa-se a buscar a associação religiosa, não para o aperfeiçoamento espiritual, mas por interesse material (...). Portanto, os membros operários das associações religiosas têm muita vantagem em ingressarem no C.O. como sócios efetivos. Encontrarão lá não

²²⁸ Círculo Operário de Florianópolis. *Diário da Tarde*, 13 de novembro de 1937.

²²⁹ Círculo Operário de Florianópolis. *O Estado*, 28 de dezembro de 1937.

²³⁰ CNOO, op.cit., p.101.

somente benefícios muito apreciáveis de ordem temporal, mas um ambiente são e saneador que o defenda também moralmente no seio do sindicato e na oficina²³¹.

O Círculo Operário de Florianópolis soube aproveitar dessa relação. Em sessão de posse de nova diretoria as “nobres congregadas de N.S. da Imaculada Conceição representaram o tão lindo drama: “A Mártir”, que agradou sumamente”²³².

Nas comemorações da “Páscoa Operária” também se evidencia a participação das organizações católicas: em 1940 reuniu cerca de 900 operários com o apoio das “moças da Juventude Católica que percorreram fábricas, negócios e casas particulares convidando pessoalmente muitíssimas empregadas e operárias”²³³. Na “Páscoa Operária” de 1943, a diretoria do COF solicitava “aos zelosos congregados e às abnegadas congregadas Marianas o empenho e a ajuda, não só material, mas principalmente no sentido de convidar, orientar e guiar operários e operárias, a fim de que o maior número possível da classe trabalhista se chegue a Cristo numa fervorosa comunhão pascal”²³⁴. E, mais uma vez, na preparação da “Páscoa Operária” de 1944 se vê presente a Juventude Católica, mas agora também com o apoio da Legião Brasileira de Assistência²³⁵, dirigida pela Primeira-Dama do estado:

A Juventude Católica acompanhada das revmas Irmãzinhas da Imaculada já iniciaram sua missão, convidando os operários e suas famílias para a solenidade.

(...) A distinta Presidente da benemérita Legião Brasileira de Assistência em nosso estado, exma sra D. Beatriz Pederneiras Ramos, querendo

²³¹ Ibid, p.105-106.

²³² *O Apóstolo*, 15 de setembro de 1941.

²³³ Livro Tombo – Arquivo da Arquidiocese, 2 de junho de 1940.

²³⁴ *O Apóstolo*, 15 de maio de 1943.

²³⁵ A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi um órgão brasileiro fundado em 1942 pela então primeira-dama Darcy Vargas, com o objetivo de ajudar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial. Com o final da guerra, se tornou um órgão de assistência a famílias necessitadas em geral. Foi tradicionalmente dirigida pelas primeiras-damas, e extinta por Fernando Collor de Melo em 1991 sob denúncias de corrupção, sendo última presidente sua esposa Roseane Collor.

auxiliar a festa, deu o donativo de mil cruzeiros como auxílio das despesas do café e doces.

Embora o Manual dos Círculos Operários os definisse como não sendo organizações religiosas mas associações católicas de leigos e de direito civil, afirmando que a aprovação dos estatutos, fundação, instalação e eleição da diretoria não exigiam autorização do clero, é colocado que os Círculos “não dependem da hierarquia eclesiástica diretamente”; porém, abre espaço para “conselho e alta direção” em matéria religiosa e moral, conexas com os assuntos econômicos, dando o “direito e o dever de intervir”²³⁶. Dessa forma, mesmo não sendo obra paroquial, não cabendo ao clero a direção do Círculo nem pesando sobre ele a responsabilidade administrativa do movimento, era dever da diretoria do Círculo manter o vigário informado sobre suas atividades e compartilhá-las, ajudando-se um ao outro na conquista do operariado para a religião.

O papel do Assistente Eclesiástico é revelador nesse sentido. Embora o Manual afirme que seu papel “não é simplesmente chefe ou ditador no C.O.”²³⁷, pertencia à diretoria do Círculo e possuía autoridade para orientá-lo em assuntos doutrinários, de fé e de moral, além de estatutariamente caber-lhe o direito de veto, até mesmo em decisões de assembléias, quando estas contrariassem orientações definidas pela hierarquia católica. Segundo o Manual, o direito do veto é “uma grande garantia e defesa do C.O.”, mas que se deve evitar ao máximo o seu uso²³⁸. Defendia que o Assistente não seria um estranho à classe operária, e tampouco sua atuação seria prejudicial a ela. De acordo com Farias, é o primeiro dirigente em qualquer das esferas circulistas e em última instância é ele quem define a ação católica entre o operariado, o Estado e o patronato. Até os nomes de dirigentes do Círculo precisavam do aval do Assistente, já que este tinha cargo vitalício²³⁹.

Com relação ao COF, um ofício de Dom Joaquim à Diretoria, ainda provisória, nomeava o padre Roberto Wirebek como Assistente Eclesiástico e informava suas tarefas:

Fazendo saber que, atendendo as qualidades que concorrem na pessoa do Revmo Pe Roberto Wirebek; e consultando os interesses espirituais e

²³⁶ CNO, op.cit., p. 85.

²³⁷ Ibid, p. 87.

²³⁸ Ibid., p. 88.

²³⁹ FARIAS, op.cit., p. 193-194.

materiais da laboriosa classe operária, de que, aliás, fez parte nosso Divino Mestre, havemos por bem nomear, como pela presente Provisão, o referido Pe Roberto Wirebek, Assistente Eclesiástico do Círculo operário de Florianópolis, cabendo-lhe:

1- Interessar-se pela fundação dos Núcleos em Pedra Grande, Prainha, Figueira, Saco dos Limões, Estreito, etc...;

2- Promover nos mesmos o maior número possível de inscrições de sócios;

3- Assistir às reuniões semanais do Círculo;

4- Promover a instrução intelectual, moral, religiosa, etc dos sócios;

5- Promover a “Páscoa do Operários”, a “Obra do Retiros”, a santificação do “Dia do Trabalho”, o 1º de Maio, Semanas Sociais, etc, de acordo com o Governo Metropolitano;

6- Tornar familiares os ensinamentos contidos nas encíclicas e outros documentos dos Sumos Pontífices, designadamente a “Rerum Novarum”, de Leão XIII, e “Quadragesimo Anno”, de Pio XI, que constituem a Carta-Magna de sociologia cristã.

Dado o pedido de afastamento de Wirebek, devido segundo ele às muitas atividades de que era responsável, não podendo assim se dedicar ao Círculo como necessário, é nomeado o Monsenhor Harry Bauer, vigário da Catedral Metropolitana, agora já com a diretoria aclamada, cabendo-lhe praticamente as mesmas funções, salvo algumas pequenas alterações²⁴⁰.

Estatutariamente competia ao Assistente Eclesiástico do COF assistir as reuniões da diretoria e da assembléia geral, “ser o fiel conselheiro da diretoria e o defensor dos operários”, salvaguardar as finalidades sociais e espirituais do Círculo e vetar todas as propostas e orientações que julgar contrárias e estas finalidades, promover o

²⁴⁰ Harry Bauer foi sucedido pelo Cônego Frederico Hobold nas eleições para diretoria do Círculo no ano de 1941. Nos arquivos da Cúria Metropolitana pode-se observar diversos casos que demonstram a existência de rivalidade entre os dois. Em um deles, por exemplo, a mãe de Harry Bauer escreve ao Arcebispo Dom Joaquim Domingues de Oliveira pedindo o afastamento de Bauer da Catedral Metropolitana, que estaria com sérios problemas de saúde devido ao cansaço e sobrecarga, já que Hobold, que deveria auxiliá-lo, não o fazia. Por sua vez, Hobold insinua que Bauer teria desviado verbas da Paróquia e responde a mãe de Bauer pedindo que, se seu filho não necessitava mais do auxílio da Cúria, deveria devolver o dinheiro que havia sido encaminhado a ele. Bauer é então transferido para a Paróquia Nossa Senhora de Azambuja, o que representava uma humilhação, tendo ainda que ler as ironias de Hobold.

afastamento de elementos da diretoria ou auxiliares que julgar causarem por sua orientação e atos danos morais e materiais ao Círculo, tomar a seu cargo a parte instrutiva e moral do programa a bem do aperfeiçoamento moral do Círculo, zelar pela instrução e fiscalizar o conteúdo dos livros escolares sob o ponto de vista moral, bem como os dramas, comédias, etc a serem exibidos.

Caso a diretoria ou assembléia insistissem em alguma resolução vetada pelo Assistente, o caso seria levado ao arcebispo metropolitano que daria a solução definitiva, procedendo igualmente o assistente quando surgissem na diretoria ou na assembléia geral.

2.4 – Federação dos Círculos Operários de Santa Catarina

“Um C.O. sozinho e isolado não pode realizar o principal programa circuilista, que é transformar o ambiente, para fazer triunfar a justiça e a paz social”²⁴¹. Para fazer frente ao “liberalismo econômico e materialismo generalizados”, os Círculos Operários deveriam atuar juntos, “formando um novo organismo, cheio de vida e força realizadora, tal qual uma árvore frondosa que acolhe sob sua sombra benéfica os itinerantes e os regala com seus frutos”²⁴². Assim, evitando o particularismo e defendendo o intercâmbio entre os circuilistas do estado, deveriam os Círculos se unirem em torno de uma Federação, cuja sede, segundo o Manual, deveria ser na capital, onde se costuma existir o maior centro industrial e a sede do governo estadual.

Mesmo não sendo Florianópolis o maior pólo industrial do estado, vindo pelos nomes associados à organização inicial da Federação dos Círculos Operários de Santa Catarina, percebe-se que foi o Círculo Operário de Florianópolis o principal responsável pela sua fundação. Nos ofícios encaminhados à Cúria informando a sua organização, vê-se que eram todos assinados pelos membros do COF, bem como a sede das duas entidades passou a ser a mesma²⁴³. Ângelo Vitali, o primeiro presidente da Federação, pertencia à diretoria do COF. Também, como deveria ser, as atividades do Círculo, como a “Páscoa Operária” e “Dia do Trabalho” eram organizadas juntamente com a Federação.

²⁴¹ CNOC, p.174.

²⁴² Ibid.

²⁴³ A sede da Federação, também a sede provisória do COF, ficava à rua 28 de setembro, atual Vidal Ramos. Posteriormente a sede do COF instalou-se no Edifício Dom Joaquim, ao lado da Catedral Metropolitana.

Nos dias 17 e 18 de junho de 1938 ocorreu no Ginásio Catarinense o primeiro Congresso da Federação dos Círculos Operários de Santa Catarina, com a participação dos Círculos de Florianópolis, Itajaí e Tubarão. Nesse Congresso, que contou com a presença de Leopoldo Brentano, fundador do movimento circulista e representante da CNOC e Daniel Faraco como orador oficial e representante do Círculo de Florianópolis, foram discutidos os pontos do estatuto e sua adaptação à “forma própria para o Estado” e eleitos os membros da comissão executiva da Federação, tornando-se presidente o congregado Ângelo Vitali. Padre Brentano frisou o princípio de cooperação das classes sociais na defesa dos ideais trabalhistas e cristão-sociais, de conformidade com as encíclicas *Rerum novarum* e *Quadragesimo anno*:

No dia 16 à noite, na sessão ordinária do COF, presente o Revmo Pe Leopoldo Brentano, representante da CNOC (...) foram lançadas as bases do Congresso e discutidos diversos pontos dos estatutos da federação com o intuito de adaptá-los, da forma geral essencialmente idêntica para todo o Brasil, na forma regional própria para o estado. A reunião da assembléia geral dos congressistas teve lugar no dia seguinte às 15horas. Presidiu-a o revmo Pe Brentano; lidos, discutidos e aprovados os Estatutos, declarou-se fundada a Federação. Procedeu-se em seguida à eleição dos membros da comissão executiva da Federação, sendo eleito Presidente o congregado Ângelo Vitali, Secretário de Finanças o sr José Luiz Junckes, também congregado.

No dia 18, às 19 horas, no salão do Ginásio Catarinense, novamente em sessão geral, foi dada a posse a nova diretoria. Falando o revmo Pe Brentano frisou o princípio de cooperação das classes sociais na defesa dos ideais trabalhistas e cristão-sociais, de conformidade com as encíclicas *Rerum novarum* e *Quadragesimo anno* (...).

Fizeram-se ouvir também o sr Daniel Faraco, orador oficial do COF, e o sr. Gaspar da Costa Moraes, delegado geral do Circulo Operário de Itajaí, desenvolvendo vários aspectos dos trabalhos coordenadores da Federação.

Na sessão foi entoado pela primeira vez em Florianópolis o magnífico ‘Hino Circulista’²⁴⁴.

O Congresso que marcou a fundação da Federação dos Círculos Operários no estado não contou com a participação do Arcebispo Metropolitano Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Em ofício do COF enviado a Dom Joaquim datado de 16 de maio de 1938, é solicitada a presença e benção do arcebispo para o bom andamento do Congresso e da Federação:

A bondade que nesse gesto se dignar Vossa Excelência Reverendíssima de demonstrar aos corações dos circulistas será garantia absoluta de bom êxito dos trabalhos das Delegações reunidas; a assistência carinhosa que Vossa Excelência Reverendíssima tem dispensado ao movimento circulista pela presença oficial do representante provisionado da Autoridade Arquidiocesana acrescida da benção especial que suplicamos, é e será alvo de nossa gratidão”.

Em outro ofício do COF, datado de 19 de maio de 1938, já é informada a realização do Congresso de fundação da Federação. Em resposta, a Cúria se desculpa por seu representante não ter participado do Congresso e afirma que

por motivos alheios a vontade de quem quer que seja (...) na própria Arquidiocese não tiveram qualquer conhecimento, pelo menos oficial, como se vê, até depois de iniciados os trabalhos (...), tendo os referidos trabalhos, outrossim, coincidido com a visita por S. Excia, feita ao Seminário Menor Metropolitano, de que só pode regressar a 19. Na certeza, pois, de que, na próxima ocasião decerto não faltará (...).

Com ou sem Dom Joaquim, a Federação foi inaugurada. Com a participação dos Círculos Operários das cidades de Florianópolis, Itajaí e Tubarão “e dos outros que se vierem a formar ou que se lhe filiarem”,

²⁴⁴ Círculo Operário de Florianópolis. *O Apóstolo*. Florianópolis, 1 de junho de 1938. Ano IX, n. 191.

a Federação dos Círculos Operários de Santa Catarina, com sede na capital do estado e filiada à CNOOC, teria por finalidade

congregar, fundar e coordenar os Círculo Operários do estado para melhor alcançar assim os altos objetivos destes que se resumem na integral efetivação dos ideais econômicos e sociais contidos implicitamente no Evangelho de Jesus Cristo e desdobrados nas Encíclicas Papais *Rerum novarum* e *Quadragesimo Anno*.

O órgão supremo da Federação, cujas reuniões tinham o mesmo valor que as assembléias gerais, era constituído pelo Conselho Administrativo, do qual faziam parte os membros da Comissão Executiva da Federação, um delegado por cada círculo filiado e seu assistente eclesiástico, todos com voto deliberativo. Cada Círculo, portanto, tinha direito a duas vozes e dois votos. Esse conselho seria responsável por eleger, empossar e fiscalizar a Comissão Executiva da Federação, determinar as medidas a serem tomadas e reformar os estatutos.

A Comissão executiva era formada por um presidente, um assistente eclesiástico nomeado pela autoridade arquidiocesana, um secretário geral, um secretário de finanças e um secretário de estudos e assistência social, eleitos pelo Conselho Administrativo. À Comissão cabia dirigir a Federação, cumprir e fazer cumprir os Estatutos e regulamentos, organizar relatórios e balanços anuais.

O Assistente Eclesiástico, nomeado pela autoridade arquidiocesana, era o responsável por promover as finalidades espirituais e sociais da Federação, tendo o direito de veto nas medidas que julgasse contrárias ao “espírito cristão-social do movimento”, cabendo de seu voto recurso à autoridade arquidiocesana.

À Federação cabia uniformizar as atividades circulistas, “desvelar-se para que os CC.OO. filiados não se desviem de suas finalidades sociais e espirituais, orientando-os”, e propunha-se a coordenar e controlar os Círculos no Estado, bem como fomentar a fundação de outros Círculos e intervir junto às autoridades em nome dos Círculos com o fim de obter apoio e auxílio.

Era ainda finalidade da Federação “representar e promover os interesses dos CCOO e dos circulistas do interior do estado, acolhend-os o melhor possível quando virem a esta capital”. Também era sua função encorajar e animar os Círculos Operários, promovendo e

incentivando a sindicalização das classes assalariadas, bem como cooperar na fundação de federações estaduais de sindicatos de um mesmo ramo de profissão, “dentro dos princípios da organização corporativa cristã enquadrada na Constituição Brasileira”.

Assumindo as características propostas pelo Manual dos Círculos Operários, a Federação Catarinense objetivava, entre outros, promover estudos “sérios e metódicos” dos problemas suscitados pelas relações entre capital e trabalho. Assim, deveria “incentivar a publicação de obras sociais e educativas para o operariado e para a burguesia, sendo estas últimas por fim principal auxiliar a execução da primeira parte do plano de ação dos CC.OO. – a cooperação”. Cooperação essa que seria concretizada com a formação de agências de colocação e informação nos Círculos Operários, buscando resolver os problemas de habitação através das cooperativas de inquilinato ou construção de casas baratas e vilas operárias.

A Federação organizaria ainda convenções coletivas de trabalho e congressos anuais, bem como semanas sociais e concentrações regionais e locais, de conformidade à legislação brasileira. Promoveria ainda inquéritos sociais e econômicos sobre os problemas e necessidades das classes trabalhadoras “a fim de que a legislação social seja de fato a expressão sincera e verdadeira das aspirações legítimas do proletariado”, e acompanhar de perto e apoiar a aplicação e execução da Constituição, além de realizar movimentos em prol de uma legislação trabalhista mais perfeita, pleiteando ainda o salário justo, a participação do trabalhador nos lucros e gestão das empresas, a criação de Caixas de Compensação para regulamentação do salário familiar, a diminuição da jornada de trabalho e “bater-se por um Brasil unido e grande e por isto, de todas as maneiras, incentivar e cultivar os sentimentos de brasilidade”. Assim, deixa claro a sua aproximação com o Estado e o Governo Vargas, defendendo a legislação – embora proponha seu aperfeiçoamento – e incentivando o patriotismo e a harmonia entre as classes.

Dedicando-se ao trabalhador circulista, a Federação defendia a aplicação da legislação trabalhista no que diz respeito aos princípios relativos à higiene fabril e à saúde, bem como a segurança do operário. O justo salário defendido seria “correspondente não só ao esforço físico do trabalhador, mas as condições normais de vida, às suas obrigações familiares, à educação da prole, ao relativo conforto do lar, ao rendimento do trabalho e às exigências da dignidade humana”. Defendia que as fábricas deveriam oferecer creches, escolas, ambulatórios,

refeitórios, enfermarias, serviços sanitários, assistência médica, religiosa e bibliotecas para os operários.

A ação da Federação deveria ser estendida também ao pequeno produtor rural. O Manual indicava que, se no momento o trabalhador da indústria e do comércio estavam amparados “por uma legislação inteligente e bem compensada”, isso não acontecia com o trabalhador rural, pequenos produtores, peões e trabalhadores da granja, que “não sabem, sequer, exprimir suas aflições”:

O certo é que, muitas vezes, depois de mais um dia exaustivo, debruçado ao lombinho de seu ‘flete’ ou escorado no cabo da enxada, ele medita e fica desesperado: seus filhos, aquelas crianças que, ingenuamente, ainda brincam com os animaizinhos de quintal, sem mentalidade definida ainda, se ali permanecerem, seguirão forçosamente o mesmo caminho traçado pelos pais. Este fato lhe atormenta todos os dias. Deseja-lhes, na verdade, assistência e melhor orientação²⁴⁵.

Fazia, então, seguindo o Manual dos Círculos Operários, parte do estatuto da Federação dos Círculos Operários de Santa Catarina como um de seus objetivos “incentivar a organização de consórcios-cooperativos entre os trabalhadores dos campos e oportunamente a organização de Círculos Agrários, em cooperativas de produção e consumo ou armazéns para sócios”. Porém, não encontrei indícios de que esse objetivo tenha sido concretizado no Estado e o movimento estendido nas áreas rurais.

Filiada à CNOC, a Federação dos Círculos Operários de Santa Catarina participou do Congresso dos Círculos Operários do Brasil em Goiânia, entre 30 de dezembro de 1938 e 1º de janeiro de 1939. Representada por Ângelo Vitali, José Junckes e Mário Schmidt, a Federação esteve também presente no 3º Congresso dos Círculos Operários de 1940 na cidade do Rio de Janeiro, ainda Capital Federal, que contou com a presença de seis federações e 109 Círculos Operários. A sessão inaugural deste congresso foi presidida por Dom Leme, tendo uma comissão da CNOC sido recebida no mesmo período pelo Ministro do Trabalho e pelo Presidente Getúlio Vargas. A Presidência de Honra

²⁴⁵ MANUAL, p. 60.

do evento ficou com o Ministro do Trabalho Waldemar Falcão²⁴⁶, relações que evidenciam o estreitamento entre a ação do movimento circulista e do Estado.

²⁴⁶ 3º Congresso dos Círculos Operários. *O Apóstolo*. Ano XII, n. 243, 01 de agosto de 1940.

3º CAPÍTULO

O TRABALHADOR CIRCULISTA: ASSISTÊNCIA, LAZER E POLÍTICA

*O Círculo Operário
Nos tempos atuais
Encerra qual sacrário
Os nossos ideais:*

*Os homens do trabalho
Num bloco só fundir,
Com o próprio braço e malho
Forjar o seu porvir.*

*De Deus a lei divina
Inspira a nossa lei,
De Cristo a sã doutrina
Orienta a nossa grei;
Trabalho é o nosso lema,
Respeito, ordem e paz;
Da cruz o sacro emblema
Nossa bandeira traz.*

*Queremos garantias,
Da lei a proteção;
Queremos moradias,
Trabalho e instrução;
Um são distributismo*

*Regule o capital;
Com brio e dinamismo
Sirvamos nosso ideal.*

*Lutemos, camaradas,
Jamais descoroçoar!
Busquemos, de mãos dadas,
O nosso bem-estar;
Sozinhos, desunidos,
Não somos de temer;
Marchando sempre unidos,
Formamos um poder.*

*Aos sindicatos, viva!
À escola um viva igual!
Um viva à cooperativa!
Um viva ao pessoal!
Pró Círculo Operário,
Ó sócios, trabalhar:
Cumprir o seu fadário
De glórias sem par!*

(Canção Circulista)

A canção acima demonstra claramente os objetivos do movimento circulista para atuar entre os trabalhadores e em torno de quais áreas agiriam para atingi-los. Mas estabelecer um perfil da entidade e de quem a ela se associava não é fácil. É, então, através das atividades assistenciais, culturais, sociais e religiosas, bem como dos atos e comemorações públicas, que se torna possível aproximar-nos dos circulistas, vendo esses momentos como espaços de ação e sociabilidade.

Se o assistencialismo circulista é bastante analisado, as atividades comemorativas, culturais e artísticas quase nunca são tratadas nas pesquisas referentes aos Círculos Operários, a não ser sob o olhar da formação educacional e do controle moral e vigilância sobre seu tempo livre.

Busco, então, neste terceiro capítulo, analisar tanto as ações políticas e assistenciais, que pretendiam atenuar a dura vida do trabalhador, quanto as festas, as comemorações e as produções artísticas e culturais do Círculo Operário de Florianópolis, percebendo suas características, meios de atuação e concepções.

Além disso, tratar do desejo do movimento em criar um “espírito circulista”, espírito este que diferenciaria o circulismo de qualquer outra associação de trabalhadores, e a tarefa moralizadora e disciplinadora, o lazer “são” promovido pelo Círculo, sempre “vigiado” e “orientado” pelo Assistente Eclesiástico, mas que também eram possibilidades de atuação e interação entre os circulistas.

3.1 – O “espírito circulista” no Círculo Operário de Florianópolis

Difícil tarefa a de tentar definir um perfil do circulista. Jessie Jane afirma ter se deparado com a mesma interrogação: quem é o circulista? Ainda se sabe muito pouco a respeito dele e também a historiadora teve dificuldades em encontrar documentação a esse respeito, já que quase toda ela é institucional. Além do mais, os depoimentos orais apresentaram “memórias inscritas no campo do épico e que descrevem um tempo diferente daquele da fundação do movimento”²⁴⁷.

Faço minhas as palavras de Jessie Jane. No caso do COF, essa tarefa é tão difícil quanto, já que não foi encontrada nenhuma fonte que pudesse diretamente elucidar a questão. O que temos são os nomes que compunham as diretorias e uma vaga informação sobre alguns deles; a respeito do circulista, apenas os documentos oficiais como os estatutos, que indicam o perfil idealizado do associado.

Porém, Jessie aponta para um caminho: com as entrevistas e os estudos feitos por ela, afirma ser possível encontrar um “ethos circulista, do qual participava um trabalhador que possuía formação católica, ainda que não romanizada, e que se sentia incluído em um modelo de socialização baseado na moral e na disciplina”²⁴⁸.

De acordo com Astor Diehl em seu estudo sobre os Círculos Operários no Rio Grande do Sul, os circulistas gaúchos eram predominantemente operários sem militância política ou de formação recente, fora dos grandes centros urbanos e industriais e, por isso, um operário sem vivência político-sindical. O assistencialismo do Círculo

²⁴⁷ SOUZA, 2002., p 199.

²⁴⁸ Ibid, p 200.

produziu, para Diehl, uma clientela capaz de justificar o planejamento social. Nesse sentido, o operariado entrosado no meio circulista responderia politicamente de modo positivo, respaldando os mecanismos de controle dessa forma de organização operária²⁴⁹.

Barbian, corroborando a afirmação de Diehl, afirma que a inatividade do Círculo Operário de Ijuí a partir de 1943 esteve relacionada à organização de Federações de Trabalhadores, havendo então um processo de substituição da Federação Circulista e dos Círculos Operários no papel de representação e acompanhamento dos sindicatos. Também a estrutura assistencial e os freqüentes apelos da diretoria a respeito das vantagens que adquiriam os filiados do COI, como médicos, advogados, parteiras, aulas de serviços manuais e descontos em farmácias e armazéns parece não ter sido suficientes para a filiação em massa. Para Barbian, “a apatia era a resposta comum e silenciosa da grande maioria”²⁵⁰.

Jessie Jane, a princípio, concorda com a justificativa de Diehl afirmando que, em tese, os Círculos estavam abertos a todos aqueles que comungassem com os princípios da moral católica, mas, na prática, sua ação atingia mais especificamente aqueles que se encontravam excluídos das entidades sindicais de orientações diversas. Porém, discorda ao dizer que a grande maioria dos trabalhadores do país estava fora da organização sindical ou associativa, não devendo ser esta, portanto, uma medida para se avaliar a vitalidade ou não do movimento circulista.

De qualquer forma, ainda que o circulismo considerasse como “operário” diferentes categorias profissionais, era a ele que o Círculo Operário de Florianópolis voltava seu discurso e sua ação, “que como força disciplinada pela fiel observância dos princípios cristãos, vai dando aos operários que nele se incorporaram as mais altas noções de moralidade e eficiência social”²⁵¹. Considerando-se que a capital não era uma cidade de vocação operária e que não possuía grande formação de sindicatos – com a ressalva de que não se trata, portanto, de baixa filiação a estrutura sindical – pode-se afirmar que a adesão ao COF se justificou por este ser uma das poucas alternativas de assistência e de associação dos trabalhadores de Florianópolis no período, além, evidentemente, de sua característica conciliatória, moralizadora e católica.

²⁴⁹ DIEHL, op.cit., p.72-74.

²⁵⁰ BARBIAN, op.cit., p.293-298.

²⁵¹ Círculo Operário de Florianópolis. *O Estado*. 19 de agosto de 1938.

Porém, não somente o trabalhador participaria do círculo. Brentano, em seu discurso na fundação da Federação dos Círculos Operários de Santa Catarina, afirmou que “a reforma social” defendida pelo Círculo “não se há de operar sem o trabalhador, nem só por meio do trabalhador. Ela abrange todas as classes e, embora visando diretamente a classe operária, ela visa necessariamente as demais classes”. Assim, intelectuais, capitalistas, jornalistas, políticos e outras personalidades não-operárias poderiam não só financiar o movimento como também deveria dele participar e orientar. Afinal, as elites também precisavam ser educadas nos princípios católicos, para que pudessem compreender a importância de sua atuação na construção de uma sociedade mais justa e um país mais desenvolvido e também para educar e direcionar a classe trabalhadora nos mesmos objetivos, como propõe a *Rerum novarum*: “aos patrões compete velar para que a isto seja dada plena satisfação, para que o operário não seja entregue à sedução e às solicitações corruptoras, que nada venha enfraquecer o espírito de família nem os hábitos de economia”²⁵².

Assim, a própria diretoria do COF e dos demais círculos do país, geralmente não era composta por trabalhadores, mas por membros da elite ligados à Igreja, como o gerente do Banco do Brasil Daniel Faraco, ou por trabalhadores que já se constituíam como importantes dirigentes de associações e eram de confiança do clero, por exemplo, o marceneiro Rodolfo Paulo da Silva, também presidente da UBRO e associado à Liga Operária.

A classe trabalhadora de Florianópolis, entre as décadas de 1920 e 1940 se constituiu, basicamente, de trabalhadores de pequenos ofícios e ocupações – sapateiros, alfaiates, tecelões, pedreiros, carpinteiros, pintores, padeiros – trabalhadores do comércio e pequenos comerciantes, trabalhadores da construção civil, da indústria têxtil, de pregos, de gelo, funileiros, trabalhadores do porto e funcionário públicos²⁵³.

Pode-se então ter uma idéia do “público alvo” do COF através do perfil da população onde foram organizados estrategicamente os seus núcleos, procurando ambientar-se nos locais onde se encontravam trabalhadores e a camada mais pobre da cidade. Um dos maiores, Morro Canudinhos, hoje na localidade da rua Major Costa, ficava em uma região periférica da cidade, junto a outras comunidades pobres da cidade formadas após as reformas do início do século XX. Outro importante

²⁵² PAPA LEÃO XIII, op.cit.

²⁵³ COLLAÇO, op.cit., p.51.

núcleo era o da Prainha, também situado em região periférica do centro e que passava por importantes transformações, como o aterro e a construção da Avenida Mauro Ramos.

O núcleo da Figueira foi um dos primeiros a serem organizados e com grande número de associados. Bairro descrito até as mudanças por quais passou a capital nas décadas anteriores como sendo de pescadores, lavadeiras, biscateiras, carregadores, trabalhadores do porto, meretrizes, mendigos²⁵⁴, e que no início do século ainda sofria com a “má fama”:

Agora a Figueira. (...) Situado no extremo da cidade oposto à Toca, junto ao mar e a montanha da Rita Maria (...) é habitado em grande parte por meretrizes da mais baixa classe, que aí vivem aos grupos em casinhas mais ou menos célebres nos anais da polícia de Desterro. Bairro tenebroso, onde o assassinato não é extremamente raro e onde os que nele tentam aventuras se não perdem a vida ou a bolsa, pelo menos sofrem gravemente na saúde; eis o que acontecem a soldados e marinheiros.

Muitas das megeras em questão moram às vezes numa só casa, que com a volubilidade e imundícia próprias de tal gente, entreguem em breve no mais asqueroso estado ao ávido proprietário, o qual trata logo de alugá-la a outras da mesma grei. Resulta disto que estes covis são outros tantos focos de infecção e de escândalo para as poucas famílias, cuja má sina obriga a morar perto de semelhante gente.²⁵⁵

Porém, através das reformas sanitárias o bairro onde atualmente se situa a rua Conselheiro Mafra passou a ocupar maior destaque na economia e na vida social da cidade, sendo tanto habitado por trabalhadores das fábricas dos arredores – principalmente da região do Rita Maria – e do porto, como lugar de comerciantes e imigrantes gregos e árabes.

²⁵⁴ ARAÚJO, op.cit., p.36

²⁵⁵ Ibid, p.85-86. A descrição foi retirada do que, de acordo com Hermetes, foi o Primeiro Relatório Segregacionista. “Ensaio sobre a salubridade, estatística e patologia da Ilha de Santa Catarina e em particular da cidade de Desterro”, escrito em 1863 pelo médico militar João de Almeida Ribeiro.

Outro importante núcleo do Círculo Operário de Florianópolis era o da Pedra Grande. Foi neste bairro construída a primeira vila operária da cidade, inaugurada no ano de 1930, no mesmo dia em que a Penitenciária, localizada nas proximidades. Realizada a partir de reivindicações do movimento de trabalhadores organizado na capital, ficou a cargo da União Operária e da Liga Operária apresentarem sugestões ao Governo Adolfo Konder para a sua viabilização. Em Assembléia realizada em 30 de junho de 1929, vinte famílias foram sorteadas para ocuparem as casas da Vila, construídas pela Construtora Irmãos Corsini.

Mas ao falar em “operário”, o circulismo não se referia somente ao trabalhador fabril. Falava de um personagem mais genérico, que admitia várias categorias profissionais, assalariadas ou não. Jessie aponta que o circulismo abrigava todos os trabalhadores, inclusive os do setor terciário ou de serviços. O conceito amplo de “operário” para o movimento circulista se encaixou no perfil da capital de Santa Catarina, composta por diversas categorias de trabalhadores, incluindo operários, pequenos comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos, entre outros. O COF incluiu ainda os trabalhadores rurais e os “operários intelectuais”:

O conceito de operário no Círculo torna-se bastante amplo, porque até os pequenos produtores são considerados operários. Nem é outro o significado que a este termo tem dado as Cartas imortais da defesa do proletariado – as Encíclicas RERUM NOVARUM e QUADRAGESIMO ANNO, que são orientação sociológica do movimento circulista, resultando não num movimento de associação local e sim num movimento nacional.

Daí também o haver na direção e trabalhos do Círculo operários intelectuais e não somente operários manuais. Porque a vastidão do problema operário afeta a todos e só poderá ser resolvida em realização de classe sem o menosprezo de qualquer elemento componente²⁵⁶.

²⁵⁶ A *Gazeta*, 1 de maio de 1938.

O que unificaria essas diversas categorias profissionais e de diferentes localidades do país num movimento seria o “espírito circulista”. Os Círculos Operários, embora de orientação católica, não exigiam que os associados fossem católicos: admitiam “operários não católicos, pois querem fazer o bem a todos”²⁵⁷. O operário brasileiro almejado pelo circulismo, seja qual fosse a sua orientação dentro do cristianismo, era descrito no Manual do Círculo Operário como virtuoso, feito de coragem e de “bondade naturalmente cristã”, com aptidão para a disciplina e de espírito associativo. Porém, naquele momento, viam-se desorientados, guiados por “falsos profetas”, sendo então necessário fazer “ressoar por toda extensão da grande Pátria a clarinada circulista”. Devia o circulista evitar o personalismo, bem como se afastar do liberalismo individualista, combater aquele operário que “só pensa em si, tudo quer para si, nada para os outros”, aquele operário que “para se colocar bem com os chefes, vai contra os companheiros, mesmo em causa justa”²⁵⁸.

O responsável pela formação dos associados era o Assistente Eclesiástico. Nesse ponto, a hierarquia da Igreja sobre os associados e ações dos Círculos Operários torna-se evidente. Segundo Diehl, os poderes dominantes da estrutura circulista são constituídos dentro de uma ordem racionalizada e legitimada pela delegação de poderes a priori definidos. Assim, o associado, “ao ser depositário de poder, o recebe dentro de padrões de conduta especificados por regras estatutárias. A sua conduta dentro da estrutura circulista deve necessariamente estender-se às demais instituições sociais”:

Daí a necessidade de fixar normas de conduta para os sócios dos CO, prescritos em direitos e deveres, além das penalidades pelo seu não cumprimento. Este conjunto normativo poderá ser aplicado aos elementos participantes, que não se submeterem aos padrões definidos²⁵⁹.

O “Espírito Circulista” proposto, “conjunto de disposições de alma, qualidades e virtudes que dá ao Círculo Operário seu caráter peculiar, vivifica e movimenta o seu organismo social”, seria movido pela união, amizade, altivez do trabalhador cristão, dedicação e

²⁵⁷ Ibid, p.197.

²⁵⁸ Ibid, p.183.

²⁵⁹ DIEHL, op.cit., p.68.

desprendimento, além de ordem, método, disciplina, responsabilidade e perseverança²⁶⁰.

Assim como o corpo humano sem alma é um cadáver, como o mecanismo, por mais genial que seja, sem força motriz não funciona, assim uma associação que tivesse, embora, o nome, a estrutura e os estatutos do Círculo Operário, mas não possuísse o espírito circulista, não conseguiria movimentar-se nem realizar o programa circulista, nem seria na verdade um Círculo Operário²⁶¹.

Diehl afirma ainda que o êxito organizacional dos Círculos Operários pode ser atribuído às relações de poder e à educação do operário para os princípios do circulismo no trabalho e na vida cotidiana. O conflito capital-trabalho seria amenizado na medida em que a Igreja apóia o operário, educando-o a continuar no movimento.

Dessa forma, as ações dos associados eram limitadas através da ingerência da Igreja. Mas levando em conta seus objetivos estatutários, pode-se considerar que o circulista buscava seus direitos e melhores condições de vida, mesmo o movimento afirmando em seu estatuto que estaria de acordo com a Legislação Trabalhista e que lutaria para aperfeiçoá-la, ou então através de sua política assistencialista. Assim,

De qualquer modo, o assistencialismo circulista, embora seja um instrumento poderoso, não retira dos trabalhadores todo o seu espaço privado nem os transforma em trabalhadores inertes, impedidos de lutar na busca de soluções para os seus problemas. Nem, tampouco, quebra suas solidariedades de classe ao desqualificar suas formas coletivas de luta, traduzidas como danosas e responsáveis por semear o ódio e o rancor na sociedade (...). Não se trata, simplesmente, desqualificar as lutas operárias, mas de requalificá-las sob a égide da cooperação cristã, que unifica interesses antagônicos e contraditórios sob a égide da fraternidade em Cristo. Desse modo, não há um puro e simples

²⁶⁰ CNOc, op.cit., p. 249-253.

²⁶¹ Ibid, p.249.

desprezo pelas tradições e experiências operárias, há, isto sim, uma apropriação dessas tradições sob a bandeira da solidariedade e cooperação cristãs, uma solidariedade vertical, capaz de reunir, em uma causa comum, operários e patrões e uma cooperação capaz de unificar interesses antagônicos²⁶².

O que os Círculos Operários pretendiam era dar um novo perfil ao operário brasileiro, idealizando um modelo que buscava uma vida material e espiritualmente dignas e morais, dentro dos padrões e princípios da Igreja, evitando e negando qualquer ação que venha a ser considerada de “agitação” ou de luta, consideradas características exóticas e que não pertenciam ao proletariado brasileiro.

Verifica-se isso através das proibições impostas ao associado, que não poderiam participar de partidos políticos contrários à doutrina católica, serem “amasiados”, nem realizar qualquer ato considerado imoral. Além disso, seriam eliminados os sócios que participassem de agitações políticas. Os Círculos estimulavam o trabalhador a cumprir os deveres estatutários, cultivando as “virtudes que dignificam sua classe”, como a assiduidade, ordem, sobriedade e economia²⁶³.

Os sócios do COF poderiam reunir-se familiarmente na sede social, assistir as reuniões e conferências, utilizar-se da biblioteca, recorrer ao Círculo em casos de injustiças ou divergências, tomar parte das festas promovidas, fazer a comunhão pascal nos dias para isto indicados e tomar parte no retiro espiritual. O Círculo de Florianópolis ofereceria assistência médica, jurídica, educacional e material aos sócios “que sejam respeitadores da família e da Religião”, mas estes poderiam ser eliminados caso promovesse agitações contra as leis ou resoluções do Círculo, que estivesse exercendo “mistérios contrários a moral pública”, abandonasse os “meios honestos” de vida, fosse acusado ou condenado por crime infame, que publicamente se manifestasse contra os ideais do Círculo e que adotasse “princípios extremistas”.

3.2 – A assistência circulista “de momentosa importância para as classes menos remediadas” de Florianópolis

²⁶² DUARTE, op.cit., p.141.

²⁶³ FARIAS, op.cit., p.217.

O assistencialismo circuísta, imbuído do princípio cristão da caridade, foi baseado na idéia de cooperação e harmonização das classes. Dizendo-se contrariar Karl Marx, para o qual “a obra dos operários só pode ser feita por operários”, o Círculo estabelecia o princípio de que a obra dos operários deveria ser desenvolvida por todas as classes sociais:

Um movimento que traga para os trabalhadores melhoria e benefícios reais, necessita de grandes recursos econômicos e culturais, de relações e prestígio que o operariado, só pelo seu esforço, não pode obter. Os próprios marxistas são os primeiros a reconhecê-lo, e, por isso, têm em toda parte seus cooperadores e patrocinadores²⁶⁴.

Assim, o circuísmo se colocou com um programa completo de solução para os problemas sociais, que daria ao trabalhador tudo o que ele pudesse “licitamente desejar de bens materiais e espirituais”, para que não necessitasse “bater à porta de organizações onde, com um amparo material, receba uma orientação malsã”:

Nós queremos dar ao operário instrução elementar e profissional: precisamos, pois, de escolas de toda espécie, professores e material. Queremos zelar pela saúde do operário: necessitamos, pois, de ambulatórios, farmácias, gabinetes dentários, de médicos, dentistas, etc. Devemos facilitar aos trabalhadores a aquisição, por preços ao seu alcance, de gêneros alimentícios e mais artigos necessários a sua conveniente manutenção (...). Urge resolver o problema de habitação, para que a família operária possa ter um lar organizado: precisamos, pois, de colaboradores para obter o capital e para realizar as edificações (...). Ora, todas essas grandiosas realizações exigem uma conjugação geral de esforços, a mobilização, como ficou dito acima, de todas as pessoas, instituições e forças capazes de colaborar na execução do nosso programa²⁶⁵.

²⁶⁴ CNOG, op.cit., p. 242.

²⁶⁵ Ibid, p. 243.

O circulismo defendia o que chamava de “caridade avantajada”, que vinha a ser a “caridade preventiva”. A caridade, que “remedeia os males já existentes”, para dar frutos, deveria ser praticada “com critério e boa orientação”. Porém, a caridade preventiva aos males, a “ação social”, a “caridade avantajada”, anteciparia-se, evitando que os males venham a se desenvolver: “muito maior benefício e caridade fará um patrão a seus operários, estabelecendo em sua fábrica condições boas de higiene, do que custeando médicos, remédios e hospital para os operários que, por falta de higiene, caem doentes”²⁶⁶.

Assim, a ação social dos Círculos Operários seriam eminentemente preventiva, oferecendo “assistência carinhosa aos operários”, cristianizando os lares e os indivíduos que os compõem, legitimando as uniões livres e “proporcionando a instrução doméstica, ensinando as donas de casa a fazer do seu lar, embora modesto, mansão de asseio, ordem, harmonia e relativo conforto. Enfim, embebem a família do espírito cristão, que é a base indispensável da sua estabilidade”²⁶⁷.

Os objetivos do movimento circulista não se limitariam a prestar benefícios individuais aos sócios, mas a “organização de empreendimentos de caráter social e religioso que afetem e tragam benefícios às classes, coletividades e à sociedade”. Através dos sindicatos, o trabalhador teria direito à defesa perante as leis e à assistência material, mas sendo essas organizações meramente temporais, seriam neutros por lei quanto à religião, onde reinaria “um espírito hostil à Igreja Católica”, tendo inclusive, de acordo com os ideólogos do circulismo, muitos operários perdido sua fé. Assim, os Círculos Operários, se por um lado ofereceriam ao operário assistência temporal imediata, seriam por outro lado a “salvaguarda da fé e da moral, pois lhes dão uma orientação cristã em tudo o que diz respeito às questões do trabalho, sindicato e legislação social”²⁶⁸. O assistencialismo, então, foi a “mola propulsora dos círculos, era ele que dava forma material aos seus pressupostos ideológicos e às suas ações concretas”. Assim,

Em primeiro lugar, o assistencialismo só adquire sentido se inserido na perspectiva ampla da

²⁶⁶ Ibid, p.244.

²⁶⁷ Ibid, p. 245-246.

²⁶⁸ Ibid, p. 105

solidariedade cristã; e, no contexto das práticas e da mentalidade circulistas, essa solidariedade é uma maneira clara de se contrapor à *solidariedade de classe*. Em segundo lugar, o assistencialismo circulista exprime uma negação de práticas políticas autônomas, já que as substitui pela noção de cooperação cristã, como solução para os problemas coletivos das péssimas condições de vida²⁶⁹.

De acordo com Jessie Jane, tornou-se importante para os circulistas investir na assistência material aos trabalhadores, buscando distinguir-se de outras organizações católicas, estigmatizadas pelo excessivo assistencialismo. O movimento buscava desencadear uma ação baseada em princípios mais amplos, prestando assistência espiritual, moral, material e profissional. Montou-se então uma estrutura capaz de dar conta dessa tarefa, dividindo-se em Departamento de Ensino (creches, escolas, ensino profissionalizante, formação social e moral, imprensa e propaganda), Departamento de Saúde (médicos, dentistas, parteiras, farmácias, centros sanitários), Departamento de Beneficência e Defesa (pecúlios, habitação, agência de empregos, seguros sociais, caixas de caridade, assistência jurídica, tribunal de arbitragem), Departamento Cooperativista (organiza cooperativas de produção, crédito e consumo) e Departamento de Cultura e Lazer (festejos, escotismo, teatro, banda...). Segundo a autora,

O assistencialismo circulista não deve ser analisado somente como parte de uma estratégia que objetivava minar as formas de solidariedade autônoma existentes no mundo operário. Buscava construir outras formas de solidariedade firmadas nas relações corporativas, trazendo-as, ao mesmo tempo, para sua esfera de controle. Esse assistencialismo atuava com a perspectiva de eliminar as brechas existentes entre o espaço de trabalho e o lar, completando o círculo de dominação em que se pretendia enclausurar, de ponta a ponta, a vida do operariado, e, por isto, deve ser analisado como uma ação totalizadora²⁷⁰.

²⁶⁹ DUARTE, op.cit., p.140.

²⁷⁰ SOUZA, op.cit., p.233.

A atuação do *Círculo Operário de Florianópolis* no mundo do trabalho da capital catarinense foi essencialmente assistencialista, agindo principalmente no atendimento médico e nas atividades culturais. Pelas razões já analisadas anteriormente, a participação do COF no meio sindical foi bastante reduzida; tanto seu discurso como suas ações foram mais direcionados aos trabalhadores e pobres do que aos organizados sindicalmente. Buscou então promover tanto a assistência material, principalmente na área da saúde, e à formação cristã dos trabalhadores através das reuniões e eventos como o “Dia do Trabalho” e a “Páscoa Operária”, onde defendia a cooperação e harmonia entre as classes.

O Departamento de Beneficência do *Círculo Operário de Florianópolis* tratou da criação do Departamento de socorro sanitário e o de beneficência para os sócios do *Círculo*, sendo esses assuntos “de momentosa importância para as nossas classes menos remediadas”²⁷¹. Ainda é mencionada a intenção de criar o departamento de Ensino e Educação e “ventilou-se a possibilidade de auxiliar-se os filhos dos sócios em idade escolar. Muita criança não frequenta a escola por falta de vestuário conveniente”.

De acordo com o Manual, uma das bases primordiais da organização operária é a formação intelectual dos associados: “sem instrução, jamais será realmente útil, porque, faltando-lhe a competência precisa, será facilmente embaído pelas artimanhas dos adversários”, “jamais poderá liderar uma ação, nortear um movimento ou dirigir a vontade geral, porque, sem os atributos intelectuais necessários, coroará com o desânimo completo todos os seus empreendimentos”. E se a formação intelectual era necessária para os sócios, seria tão mais para os dirigentes de uma organização de trabalhadores. Os métodos de formação deveriam adaptar-se às capacidades exigidas pela função de cada dirigente, porém havia qualidades necessárias a todos, como a “sólida religiosidade”, “a arte de dirigir e administrar”, conhecimento das práticas e doutrinas da Igreja, participação de cursos e reuniões de formação e leituras periódicas²⁷².

Devia se organizar círculos de estudos, onde não se estudaria por estudar, mas “para agir”. De acordo com o movimento circulista, o mundo moderno exige mais inteligência, mais preparo e mais habilidades, daí a necessidade do trabalhador instruir-se, procurando a formação sólida e a orientação adequada às suas aspirações; a função do

²⁷¹ *Círculo Operário de Florianópolis*, 21 de setembro de 1937 – Arquivo da Arquidiocese.

²⁷² CNOC, op.cit., p.131-132.

operário, mesmo quando só usando os músculos, seria toda intelectual. O conhecimento do trabalhador era também exigido pela “vida moderna” para que tivesse uma “mentalidade mais lúcida, uma inteligência mais aprimorada e um caráter mais amoldável às constantes transformações dos costumes”. Não bastaria conhecimento técnico da sua profissão, mas “uma visão clara do seu papel na coletividade brasileira”, ter noção do seu trabalho em prol de si mesmo e do progresso social, “lutar por um ideal de cooperação e de união das classes trabalhistas”²⁷³.

Assim, a educação, setor tradicionalmente ocupado pela Igreja católica²⁷⁴ na formação dos grupos sociais mais abastados e dos setores médios da população, expande-se para as camadas populares. Os Círculos Operários participam dessa nova estratégia para, além da participação no ensino formal do operariado, buscar inculcar os valores morais católicos também mediante projetos de educação informal²⁷⁵.

Segundo Jessie Jane, o movimento buscou projetar-se como um espaço essencialmente formativo dos trabalhadores, ao preocupar-se com a constituição de uma rede informativa que levasse aos seus membros sua mensagem doutrinária. Mas tal iniciativa esbarrava no analfabetismo e no baixo índice cultural dos operários. O circulismo estruturava uma ação educativa total para aqueles que se aproximavam da sua proposta. Nos Círculos havia palestras regularmente proferidas por acadêmicos ou membros da “Ação Católica” e que buscavam transmitir a cultura católica por meio da análise da realidade social, construindo e dando a ler o pensamento cristão a respeito desta mesma realidade. Ainda eram oferecidos cursos de alfabetização e profissionalizantes, trabalhos manuais, catecismo, além da política de implantação de bibliotecas²⁷⁶.

²⁷³ Ibid, p.135-136.

²⁷⁴ Entre 1930 e 1937 dá-se a formulação do ideário educacional renovador escolanovista, a renovação educacional colocada como capaz de promover mudanças na sociedade. O encontro do escolanovismo com a Igreja Católica contribuiu para desviar a compreensão dos elementos mais significativos do movimento renovador laico. Os condicionantes psicológicos tornam-se mais relevantes que os sociais e políticos do processo educacional. Pretendia-se então atingir a mentalidade católica do professorado: o Estado abre espaços para Igreja, ao que chama de ‘sã pedagogia’. A revista *A Ordem* vem então com discussões sobre comportamento da família na educação dos filhos e mudanças propostas para educação escolar – ‘Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova’, de 1932 – divisão entre posicionamento pedagógico católico e laico (FERNANDES, Marinaldo. *A revista “A Ordem”, fonte do ideário educacional católico dionísio*. <http://168.96.200.17/ar/libros/anped/0201P.PDF>).

²⁷⁵ FARIAS, op.cit., p.

²⁷⁶ SOUZA, op.cit., p.201-202.

Em mais um exemplo da atuação circulista na formação e educação, Damião Duque afirma que nos Círculo Operários paulistas as atividades educativas visavam toda a família operária. Para as crianças, ofereciam, além do ensino formal, o catecismo, e para os adultos, cursos de alfabetização e profissionalizantes. Estes últimos, em sua maioria, destinados às mulheres: corte e costura, bordados, crochê e pintura em pano. Visavam preparar as mulheres para serviços que poderiam realizar em casa e também para empresas de produtos têxteis, importante ramo industrial de São Paulo. Também cursos para dirigentes sindicais foram realizados pela Federação Paulista, sob orientação do Assistente Eclesiástico.

Porém, além do documento anteriormente citado com as intenções do COF em formar uma escola para atender aos circulistas e seus filhos, estando também prevista em seu estatuto, não foi encontrado nenhum outro documento que mencionasse a organização de qualquer atividade que contemplasse a área da educação no Círculo. Ao que parece, a instrução moral, espiritual e intelectual se deu, como veremos no próximo ponto, através das atividades artísticas e culturais promovidas pelo COF e não tanto pela educação formal de escolas e creches.

Não há informação também a respeito da organização de cursos para sindicalistas no COF, já que as suas ações não eram direcionadas a atuação no sindicato e sim mais assistencialista. Como dito anteriormente, a formação de circulistas se deu mais através das palestras, das reuniões e eventos promovidos pelo Círculo, nas quais expunha seu programa social e defendia a legislação e as ações do Estado. De acordo com Daniel Faraco, o Círculo realizava reuniões semanais, “nas quais a doutrina social católica era estudada e tomadas iniciativas visando a beneficiar os operários pelas formas possíveis”, doutrina essa que visava “a promoção da harmonia entre as classes sociais, em oposição à luta de classes sustentada por Karl Marx, no sistema comunista”.

Além das questões sanitárias, alimentícias e educacionais, o Departamento de Beneficência do COF tinha ainda por finalidade cuidar de estabelecer acordos com o comércio local para obter melhores preços aos associados: “o chefe desse departamento passa pelos núcleos obtendo abatimento de armazéns. Dessa forma conseguiu abatimento de 5% em três casas do núcleo de Canudinhos e em uma na Prainha.”. Para os ideólogos do circulismo, todas as classes conservadoras teriam interesse em “prestigiar e apoiar movimentos sadios como são os CC.OO.”. Assim, os comerciantes não seriam indiferentes às obras de

defesa social, podendo-se esperar auxílio em dinheiro ou materiais, redução nos preços de gêneros alimentícios, materiais de construção e outros.

O mesmo departamento tratava também de assuntos jurídicos, possuindo já na data de sua fundação um advogado e dois estudantes de direito como cooperadores jurídicos: “a sessão jurídica do mesmo Departamento já atendeu uma consulta em questão de propriedade de terrenos”²⁷⁷.

Segundo Farias, especialmente os setores jurídicos, mesmo que de caráter conciliatório, tornaram-se “importante meio de propaganda e de adesão do operariado ao circulismo”, devido à importância que passaram a ter na mediação entre capital e trabalho. Este setor era responsável pela assistência à categoria de modo coletivo e especialmente nas pendências individuais entre trabalhador e patrão, passando a ser fundamental nas agremiações católicas, que “se moveram para dar aos seus sócios instrumentos de defesa jurídica na Justiça do trabalho”²⁷⁸.

Havia na estrutura organizacional dos Círculos Operários os mesmos departamentos destinados à assistência dos seus sócios, porém o maior ou menor desenvolvimento de cada um deles é relativo às características e necessidades de cada localidade específica. No caso do Círculo Operário de Florianópolis, o setor da saúde foi o mais visado, e o que parece ter tido mais sucesso nos seus objetivos, permanecendo por mais tempo em atividade, até os anos 60.

Era sugerido pelo movimento que cada Círculo se aproximasse de médicos, enfermeiros, farmacêuticos e dentistas para que contribuíssem atendendo aos sócios circulistas:

A classe tão compassiva, inclinada, por força do próprio ofício, a sanar grande número de males e dores da humanidade, não poderá ser indiferente à questão social e quererá certissimamente resolvê-la.

O C.O. deve aceitar e ir de encontro a essa cooperação, mandando uma comissão entender-se com todos os médicos idôneos da cidade.

Identificados com altos planos do C.O., o que seja muito ocupado oferecerá uma hora por semana no seu consultório, outro se colocará a

²⁷⁷ *Diário da Tarde*, 21 de outubro de 1937.

²⁷⁸ FARIAS, op.cit.,p.219.

disposição dos sócios duas vezes por semana e em determinados dias; um terceiro fará redução de 50% em seus preços; outro se oferecerá para fazer duas operações gratuitas por mês, etc. (...) O mesmo poderão fazer os dentistas na sua especialidade, quer dando desconto nos preços, quer ajudando no gabinete dentário do C.O.²⁷⁹.

E assim procurou fazer o COF. A assistência médica, farmácias com preços ao alcance dos necessitados e gêneros alimentícios de primeira necessidade a preço mais barato foram os primeiros passos do Círculo Operário de Florianópolis, de acordo com documento encontrado na Arquidiocese²⁸⁰. Antes mesmo da sua fundação oficial, o Círculo Operário já havia organizado o Departamento de Saúde, e os associados já podiam ser atendidos por um dentista e ter “abatimento” em uma farmácia, além da “cooperação da classe dos barbeiros”²⁸¹.

Em reunião ainda na sede provisória, foi lido o alvará de licença fornecido pelo Departamento de Saúde Pública para instalação do ambulatório médico que funcionou na rua Padre Miguelinho, “nos altos do Cine Odeon”²⁸². Mantinha a disposição dos associados um médico, dr Biase Faraco, que atendia semanalmente 15 consultas de cada núcleo do Círculo²⁸³.

²⁷⁹ CNOC, op.cit., p.235.

²⁸⁰ *Círculo Operário de Florianópolis*. 21 de setembro de 1937 – Arquivo da Arquidiocese.

²⁸¹ *O Apóstolo*, 15 de outubro de 1937.

²⁸² (Atual Teatro Álvaro de Carvalho). *O Estado*, 15 de março de 1938.

²⁸³ *O Estado*, 24 janeiro de 1938.



Dr. Biase Faraco

Posteriormente, já na década de 1950, o ambulatório do COF significou a sua principal ação, contando com a colaboração do dr. Homero de Miranda Gomes, médico renomado na região da Grande Florianópolis. Além dele, mais 10 profissionais, entre enfermeiros e estudantes de medicina, prestavam atendimento aos associados. Monsenhor Agostinho Stahaelin, assistente eclesiástico entre 1954 e 1968, afirma que nesse período foi estabelecido convênio com a Secretaria da Saúde, que enviou ao Círculo uma funcionária para atender os associados nas consultas²⁸⁴.

3.3 – O tempo livre do circulista e as atividades culturais, comemorativas e de lazer organizadas no Círculo Operário de Florianópolis

O que fazia um operário depois de um dia inteiro de trabalho? Como ele e sua família deveriam ocupar o seu tempo livre? O que o seu

²⁸⁴ Entrevista realizada por mim em 05 de novembro de 2007.

empregado fazia ou deixava de fazer fora do horário destinado a produzir, pode a princípio parecer algo sem importância para os patrões, ou também para o Estado. Mas estava sim entre as suas preocupações, merecendo também grande atenção da Igreja católica e se tornando ponto central do programa circulista. Mais do que simples momento de ócio, o período em que o trabalhador estava fora das fábricas chamava atenção para um outro espaço em que a Igreja deveria estar presente no cotidiano operário, alertando-o dos perigos e despertando-o para outras possibilidades de tornar-se melhor trabalhador e melhor cristão.

Na concepção da Igreja, o operário brasileiro geralmente utilizava o seu tempo livre em atividades onde se perdia a noção de moral, o amor da família e da Pátria, esquecendo os ensinamentos de Cristo, animalizando-se. O operariado procuraria a felicidade nos antros de perdição, sustentados com o seu salário que, se gasto adequadamente, poderia proporcionar um pouco de conforto para si e sua família.

O projeto católico manifestava uma nova maneira de valorizar e medir o tempo, não mais condicionado à lucratividade exagerada dos grupos privados e sim à realização da Pátria Nacional:

O tempo deveria ser medido conforme a resistência física de cada um. Daí se imprimir uma educação voltada para o corpo, aprimorando as potencialidades físicas e estimulando as expectativas de longevidade. Ou seja, ocupar o tempo de maneira saudável. O patrão deveria levar em conta o emprego diferenciado do esforço físico de cada trabalhador, e não poderia lhe sugar, até o limite, a força vital²⁸⁵.

Assim, o progresso não estaria voltado somente para o tempo do trabalho, mas se dividiria em tempo do trabalho, que exigia capacidade física e intelectual, o tempo da família, que exigia o empenho de todos na harmonização das relações, e o tempo da participação, que exigia disposição para o serviço cívico-litúrgico, “espaço onde se memorializaria e se imprimiria o estereótipo da brasilidade”. Esses tempos ocupados de forma saudável, sem ociosidade e voltados para o aperfeiçoamento de corpo e alma, tornariam possíveis a humanização integral das pessoas²⁸⁶.

²⁸⁵ SOUZA, Rogério Luiz de, p.138.

²⁸⁶ Ibid.

Um dos principais papéis do Círculo Operário seria então desenvolver atividades para ocupar o tempo livre do operário com atividades sadias, que reforçassem sua fé e também o afastasse do comunismo: “o que se almejava era adentrar os espaços privados das casas e criar novos padrões de comportamento morais, culturais e políticos, ou seja, criar o padrão circulista de comportamento, no qual a religião seria o mecanismo para apagar as divisões sociais e transformar a comunidade num bloco homogêneo para se opor, seja a outras religiões, seja ao comunismo ateu”²⁸⁷. O Manual dos Círculos Operários, publicado pela CNOC, recomendava uma série de atividades que poderiam ser realizadas no tempo em que o trabalhador estivesse fora do ambiente de trabalho que, ao mesmo tempo em que o livraria do perigo do ócio poderia também trazer uma renda a mais para a família.

No lar, poderia dedicar-se a atividades úteis como a criação de aves e a horticultura, podendo também cultivar flores “pois são as flores que tornam um ambiente aromático, agradável e atraente”. Deveria também utilizar o tempo livre no lar espiritualizando-se e distraíndo-se com a família, destinando aos filhos e esposa “todo o carinho, todo o afeto amoroso e todo conforto moral e material que lhes inspirar a sua mentalidade e que lhe permitirem os seus recursos”²⁸⁸.

De acordo com Damião Duque de Farias, vê-se

um conjunto de atividades que permitiriam não apenas a propaganda circulista entre o operariado como também o controle do seu tempo livre. A pessoa do operário somente aparece aqui nas formas idealizadas pelos católicos, como “bom” ou “mau” cristão; assim, as atitudes do movimento circulista circunscrevem-se para impedir o afastamento do “bom caminho” ou possibilitar o retorno a ele. Nesta atitude, escamoteia-se o vivido concreto do operariado, classificado muitas vezes de pernicioso, degradante, promíscuo²⁸⁹.

De acordo com Farias, para os intelectuais católicos, a ausência de valores morais não só impediria os ricos de cumprir seu papel social na caridade, ajudando os pobres, como estes também caíam em um

²⁸⁷ DUARTE, op.cit., p.145.

²⁸⁸ CNOC, op.cit., p.165-166.

²⁸⁹ FARIAS, op.cit., p.213.

estado de degradação. Desse modo era tarefa urgente um trabalho que não só reeducasse as elites, aproximando-as da religião cristã, como também levasse o operariado a novos modos de vivência, a serem garantidos no interior da Igreja e da família²⁹⁰. Para o autor, ao buscar exercer controle sobre o tempo livre da família operária, visando constituir na prática a imagem construída do trabalhador, os católicos, em sua práxis conservadora, articulam-se com os interesses estratégicos do Estado e das classes dominantes, ou seja, a criação de novos mecanismos de controle social e de aumento da extração de mais-valia²⁹¹.

Atenuando o pensamento de Farias, Maria Auxiliadora Decca, afirma que “homogeneizar mecanicamente a dominação no ‘trabalho’ e, por decorrência, na vida, de certa forma retira a historicidade de um processo que ocorre conflituosamente a partir da emergência do operariado como força social”. A estratégia capitalista de dominação do cotidiano operário fora das fábricas e dos locais de trabalho foram múltiplas; essas múltiplas estratégias de poder e controle emergiam pontual e inconscientemente no interior da sociedade capitalista visando conformar o operariado à ordem burguesa²⁹².

Estado e patronato estavam interessados em, de forma assistencialista, atuar na alimentação, habitação, higiene e lazer do operariado. De acordo com Decca, a imprensa operária de São Paulo denunciou, no final dos anos 20 e início dos 30, a presença mais concreta e efetiva da classe dominante nos bairros operários, nas suas associações recreativas, em seus clubes de esportes, futebol, etc, e a presença mais efetiva de instituições como a Igreja no controle da vida operária, buscando estabelecer de inúmeras maneiras um domínio mais direto sobre a vida do operariado por parte das classes dirigentes e instituições fora dos locais de trabalho à medida que o proletariado surgia como força social importante na cidade, configurando ameaça velada ou aberta para a ordem constituída²⁹³.

A disciplina do lazer, em função de uma maior adequação ao trabalho e à vida em um centro urbano que se industrializava e expandia de maneira crescente, foi buscada pelos poderes públicos de forma “idealizada” nos cuidados formativos com a criança, principalmente a dos meios proletários. As pretensões eugênicas que acompanharam os

²⁹⁰ Ibid, p.210-212.

²⁹¹ Ibid, p.213.

²⁹² DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.49-50.

²⁹³ Ibid, p.88.

programas de saúde pública, em particular os destinados aos meios pobres, também tiveram seu lugar nos intuitos de preparação e preservação da criança pobre e proletária através de um ambiente sadio²⁹⁴.

Assim, a sede do Círculo deveria ser um local apropriado para atividades “sadias” do operário e sua família. Tais sedes deveriam ser “extensões do lar” do operário cristão, devendo ter bibliotecas, salas de projeção cinematográfica e cursos profissionalizantes, além de sessões de divertimentos, palestras, peças teatrais e apresentações musicais²⁹⁵.

Astor Diehl, analisando o movimento circulista no Rio Grande do Sul, afirma que o divertimento e o lazer tinham função de destaque no meio circulista. O operário deveria passar a maior parte de seu tempo na sede. Para tal, preocupados com a formação dos trabalhadores e alarmados com o cinema “deletério e corruptor dos bons costumes”, o Círculo Operário de Porto Alegre adquiriu três projetores cinematográficos, organizando sessões nos núcleos dos bairros.

A programação por meio de atividades teatrais, excursões, assembléias gerais, sessões de cinema, via a recreação e o lazer como uma forma de conquista e educação. Portanto, os jovens seriam atraídos por meio de atividades recreativas e culturais aos Círculos Operários. Também havia no COPA a oportunidade de alistar-se na tropa de Escoteiros²⁹⁶.

Para o Manual do Círculo Operário, os festejos e quermesses também eram vistos como fontes possíveis de receita para o Círculo, onde suas famílias e os convidados dariam seu dinheiro em troca de música, divertimentos e jogos, tendo essas atividades dupla finalidade: proporcionar aos circulistas “uma distração momentânea às preocupações do ofício ou da família e facilitar a cooperação positiva das pessoas que, desejosas de auxiliar o Círculo, esperam uma ocasião propícia para fazê-lo”²⁹⁷.

O Manual sugeria “mil e um meios de subtrair honestamente dinheiro daqueles que assistem a uma quermesse”: tômbola, jogos de azar, leilões americanos, venda de flores, de distintivos, seriam “arapucas mais ou menos engenhosas e que divertem a vítima, enquanto são armados com bastante sutileza e delicadeza”²⁹⁸. Porém advertia:

²⁹⁴ Ibid, p.91.

²⁹⁵ CNOC, op.cit., p. 165-170.

²⁹⁶ DIEHL, op.cit., p.76-77.

²⁹⁷ CNOC, op.cit., p. 146.

²⁹⁸ Ibid.

A parte recreativa praticamente só aproveita aqueles que não tem o que fazer, pois, realizando estas festas geralmente à noite, elas não serão freqüentadas pelo pessoal que tem que trabalhar cedo de manhã.

É difícil evitar que a festa não acabe em baile, e não fica bem para o Círculo Operário fomentar tais divertimentos proibidos pela autoridade eclesiástica, e que, de certo, não correspondem ao fim a que se propõe o Círculo, o qual é moralizar os costumes²⁹⁹.

Assim, as festas só deveriam ser utilizadas como fonte de receita em casos excepcionais, como atender a construção de algum edifício, fundação de uma creche, escola, ou para socorrer as vítimas de algum desastre. No Círculo Operário de Florianópolis, as festividades concentraram-se principalmente nas comemorações ao “Dia do Trabalho” e a “Páscoa Operária”, além das datas católicas e organização de peças teatrais.

3.3.1 – Diversão e educação no COF

O Círculo Operário de Florianópolis desenvolveu, seguindo orientações do circulismo e como previa seus estatutos, uma série de atividades de lazer a fim de descontrair e ao mesmo tempo educar seus sócios, como festas, premiações e organização de um Grupo Cênico. Também as datas cívicas, principalmente o 1º de Maio, e as datas especificamente católicas, como Páscoa e Natal, eram comemoradas tradicionalmente todos os anos, com atos públicos e festejos. Essas datas foram usadas tanto para diferir o circulismo das demais organizações operárias como para maior atuação da Igreja junto ao operário, buscando ampliar também as relações entre estes e o Estado.

Mais do que ampliar sua atuação junto aos seus associados, essas atividades criavam momentos de diversão e socialização, onde os circulistas e suas famílias poderiam se conhecer e se relacionar. As datas católicas eram sempre celebradas com atividades lúdicas e festejos aos sócios; no Natal de 1938, por exemplo, os filhos dos sócios do Núcleo de Canudinhos puderam participar de uma festa no pátio do Colégio Coração de Jesus e se divertirem com os brinquedos que receberam.

²⁹⁹ Ibid, p.146-147.

Geralmente na programação de cada reunião do COF, como orientação do próprio movimento, constava de início o hino circuilista e a benção da bandeira; ao final eram sorteados “prêmios úteis e artísticos” entre os sócios presentes, além de alguma apresentação cultural. Em cada programação de reunião havia a parte recreativa, um “ato de variedades, rifa de prendas grátis aos sócios”, uma apresentação cênica ou projeções, para alegrar e também educar os circuilistas.

Esses momentos de diversão e lazer marcavam a presença do Círculo Operário na vida do trabalhador buscando preencher seu tempo nos momentos de ócio, e acabaram também construindo novos espaços de interação além do ambiente de trabalho. O COF organizou já no primeiro ano de sua fundação um Grupo Cênico, dirigido por Deodósio Ortiga, um dos principais diretores da União Beneficente Recreativa Operária. O Grupo Cênico do Círculo Operário apresentava-se em eventos e reuniões do Círculo, chegando a atuar também na sede da UBRO e em eventos organizados pela Arquidiocese.

De acordo com o Manual, “o palco deve ser uma escola de educação para o público e os atores, e não apenas uma fábrica de gargalhadas, no baixo nível de certos cinemas, teatros e circos”. As peças também deveriam ser “visadas cuidadosamente pelo Assistente Eclesiástico”. Caso contrário, corria-se o risco de serem impróprias, “que desgostam as famílias, causam seu afastamento e prejudicam muito o bom nome do Círculo”:

Mesmo comédias, por mais hilariantes, devem conter um fundo moral ou educativo.

Os atores, que, por via de regra, serão sócios, terão ocasião de aprender a recitar, cantar e apresentar-se em público com desembaraço. Daí podem sair futuros oradores e propagandistas.

Haja boa disciplina e respeito nos ensaios, e no palco uma pessoa que disto se encarregue.

Para variar, poderão ser convidados artistas e grupos não circuilistas, contando que se tenha garantia de sua orientação e visto o que vão apresentar.

Para o corpo cênico deve haver um regulamento.

Cuidando para que suas atividades fossem ao mesmo tempo uma diversão e fonte de educação e moral, o Grupo Cênico do COF apresentava-se nas reuniões e festas com peças que, fosse na comédia ou

no drama, no riso ou no choro, estivessem de acordo com os preceitos do movimento.

Assim, na festa de aniversário de um ano do COF, os circunistas puderam se divertir com a comédia “Um Duelo”. A peça envolvia os personagens Juca, um “burguês abastado”, Carlos, oficial da reserva aposentado, Quincas, amigo dos dois e Clemente, dono do “Café Estrela”, cuja história se desenrola com um duelo marcado por Juca e Carlos, que discutem e acabam se insultando – o insulto em questão é o xingamento que Juca difere para Carlos: “trouxa”! Na data do duelo, os “padrinhos” Quincas e Clemente, após muitas cômicas discussões, acabam conseguindo fazer com que o duelo fosse cancelado, porém são eles que então começam a brigar, e a história acaba com os dois se xingando e disparando tiros para o alto.

A diretoria e sócios do Círculo Operário também puderam rir e depois se emocionar assistindo em reunião mensal de novembro de 1938, realizada na sede da União Operária, a duas apresentações do Grupo Cênico: a comédia em um ato “O aniversário da noiva” e o drama em dois atos “Os dois irmãos”³⁰⁰.

“O aniversário da noiva”³⁰¹ apresenta ao público os personagens Barão e seu criado confuso e ingênuo Chico. A história gira em torno do Barão que precisa encontrar uma forma de não comparecer ao aniversário da noiva, já que, falido, não possuía dinheiro para comprar um presente a ela. Vivendo numa “pindaíba colossal”, Barão, pra quem dinheiro é sinônimo de paraíso, não cansa de enviar cartas a uma tia rica implorando por ajuda, mas nunca obtém resposta. Desesperado, ele chama seu criado Chico e pede que ele vá à casa da noiva dizer que não poderá comparecer por motivo de doença. A seguir trecho do diálogo entre o Barão e Chico, que deveria decorar as frases e dizer a noiva do Barão:

Barão – Venho apresentar à senhorita Carolina de Sá Leitão...

Chico – Venho presentear a senhorita que caça rolinhas com massapão...

Barão – Carolina de Sá Leitão, seu burro...

Chico – ah, sim, Carolina de Sá Leitão, seu burro... ah, não! Este “burro” é pra mim!...

³⁰⁰ PAGANINO, Rodrigo. *Dois Irmãos*. Lisboa: Typographia do Panorama, 1864.

³⁰¹ *O Aniversário da noiva*. VI ed. Petrópolis: Vozes, 1953.

Como se pode prever, o diálogo mantém-se ainda por um tempo, com Chico atrapalhando-se com as palavras difíceis do Barão. Retornando da casa da noiva, Chico entra com uma grande cesta de comida e uma garrafa de vinho, e diz ao seu patrão o recado que deu a noiva:

Fui, como o sr. me mandou à casa da senhorita Caçarolinha de Assar Leitão e apresentei-lhe as mais felizes cordações do sr Barão; disse que o sr. Barão mesmo não podia ‘vim’ porque estava com uma dentada. Quando tiver feito seu estabelecimento, virá a casa da senhora para perturbar a alegria dos convidados e mandar embora a felicidade. – Depois dessa xaropada toda disse à d. Caçarolinha: Sabe o que mais, a senhora é tão bonitinha e rica, não me podia dar a comida para o coitado do meu patrão?

Irritado, o Barão o manda voltar à casa da noiva para desculpar-se, mas as cenas seguintes se mantêm com as mesmas trapalhadas de Chico. No fim da peça, Barão recebe uma carta com a notícia da morte da tia milionária e que era o único herdeiro. Feliz, o Barão abraça-se com o criado e promete-lhe cinco mil cruzeiros como “dote” para casar-se enfim com sua amada Micaela. Patrão e empregados, juntos, cantam:

Viva, pois, o nosso dote,
Viva a alegria!
E bebamos com ardor
Este copo de licor
A saúde perenal
Da defunta tia!

Antes de esvaziar
Estes nossos copos,
É de toda razão
Exclamar com efusão:
Viva a noiva do Barão,
E a Micaela!

Muito sugestiva a peça apresentada no Círculo, em que o patrão falido, mas amante do dinheiro, tem como braço direito um criado atrapalhado, porém fiel, e que, quando volta a ser rico, “divide” sua felicidade e sua herança com aquele que se manteve a seu lado mesmo quando seus cofres viraram “lagoa seca”. Apesar de subordinado, Chico mantém com o Barão relação de confiança e é, de seu jeito, bastante prestativo. Barão, por sua vez, tem para com seu criado confiança e estima. Aqui, como deveria ser a sociedade de acordo com o circulismo, só há lugar para a cordialidade e o ambiente harmônico entre patrão e empregado e, mesmo quando Chico deixa o Barão em enrascadas, este é tolerante.

Já “Dois Irmãos” traz o drama de dois órfãos, Pedro e Maria, que foram criados por um padre em uma pequena vila de Portugal e que acabam se envolvendo com Luiza e Fernando, dois jovens ricos de Lisboa, sem saber que estes estavam jurados de casamento – promessa que o Conde, pai de Fernando, fez ao pai de Luiza em seu leito de morte, de que a casaria com um filho seu. No desenrolar da história, ao saber do casamento, Pedro acaba indo para Lisboa, seu grande sonho, e Maria, grávida e “perdida” também vai a procura de Fernando na corte. Após descobrir a gravidez de Maria, Pedro e Fernando discutem e marcam um duelo. É quando o padre, que criou Pedro e Maria, chega para acabar com o duelo e afirma que Pedro é na verdade filho do Conde, que, então, aceita o casamento deste com Luiza. Fernando, arrependido de seus atos, também resolve assumir o filho e casar-se com Maria. Todos, então, vivem felizes para sempre...!

Mais do que um romance que acaba feliz depois de uma história inteira de tragédias, “Os dois irmãos” trás em cena o amor inicialmente impossível entre classes diferentes. Barão, amigo de Fernando, ao ser questionado sobre o duelo, afirma:

Olha, meu caro, essa gatinha não merece tamanha importância. Figuram cá no mundo, como um cifrão cortado. Que se jogue com eles, que se lhe ganhe mesmo o dinheiro, pouco vale (...), que se admitam em nossas salas (...), mas passar daí, dar-lhes maior consideração, importa nada menos do que transtornar a ordem social e misturar as classes todas, que tão extremadas devem estar.

Também Pedro mantém o distanciamento entre as classes deixando claro sua posição de pobre e demonstrando a força e importância de sua classe, em trecho que mais parece ter saído do Manifesto Comunista³⁰²:

Sabe o que é povo, senhor visconde? É Protheu, que tem mudado de forma para adquirir maior força. Chamava-se escravo em Roma, servo nos tempos feudais, proletários hoje. E o escravo depôs o patrício, o servo dominou o senhor, o proletário venceu o nobre.

Porém, no que pode parecer um discurso tanto radical e até revolucionário para ser apresentado num evento do Círculo, acaba também fazendo alusão à imagem do proletariado associada à de Cristo, o povo, como o messias, seria o responsável pela salvação da humanidade:

Não zombem do povo que não o conhecem, ele é como Salvador dos homens, nascendo num presépio, vivendo com os miseráveis, morrendo com os vis e ressurgindo para dominar o mundo.

Mas, após muito rancor e muitas discussões, no final da história o amor acaba vencendo os preconceitos e os conflitos de classe, sendo a figura do padre a responsável pela conciliação, assim como a Igreja se colocava como a principal responsável e única com a possibilidade de estabelecer a harmonia entre burguesia e proletariado. Além do impasse causado pela situação da gravidez de Maria e o duelo marcado entre os irmãos, outro motivo que levou o padre a contar o segredo da paternidade de Pedro é a sua irritação quando Fernando o insulta: “Sinto muito não poder anuir aos seus pedidos, mas há deveres sagrados e que os padres nem sempre avaliam, sobretudo, quando se trata... dos seus interesses”. Mais do que se sentir ofendido, o Padre se irrita por também

³⁰² O trecho que me refiro é o seguinte: “A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classe.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta”. (MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.).

a idoneidade da Igreja ter sido posta em prova. Porém, o Padre mantém-se na posição de defender o perdão e manter a paz.

Outra peça encenada pelo Grupo Cênico em um evento organizado em 1941 para arrecadar dinheiro destinado a construção da casa paroquial da Catedral Metropolitana, o drama “Valéria, a cega”³⁰³, trás também a questão do amor e das diferenças entre as classes. Valéria, moça pobre, órfã e cega, é levada por sua prima Carolina, nobre e caridosa viúva, a morar em sua casa. Carolina diz ter um “grande fraco pela riqueza”, mas também de uma “generosidade natural” que a leva a “tomar partido pelos desprezados”. Henrique, delegado, apaixona-se por Carolina, que tem de se casar com um Conde por questões de herança. Porém, com a chegada do Conde, Valéria descobre ser ele o seu grande amor do passado. Conde, também apaixonado por Valéria, decide-se por levar a moça a um médico, que a cura da cegueira, e casam-se afinal. Carolina e Henrique também se casam e a história termina com a felicidade geral.

Não podemos saber se as histórias foram encenadas literalmente como nos textos originais aqui utilizados, nem se os diálogos anteriormente citados foram apresentados na íntegra; afinal, Ortiga poderia utilizar-se livremente das peças e adaptá-las como desejasse. Mas o que se percebe ao analisar essas peças apresentadas pelos artistas do Círculo é que as histórias centram-se nas relações entre personagem nobres – ainda que falidos – e pobres. Os pobres da história são sempre pessoas boas, puras e ingênuas, e mesmo quando dão um “passo errado” arrependem-se. Já os ricos, ainda que caridosos como Carolina, ou com o sentimento de companheirismo com que o Barão tratava Chico, até quando “caídos de amores”, são vistos como amantes do dinheiro e relutam até o final, dispostos a manter sua posição social. Porém, ao terminar a história, o amor é mais forte e acabam dispostos a pôr fim nos conflitos e temores; é o amor que faz as diferenças entre as classes sociais desaparecerem.

Assim, apesar de histórias bastante comuns como outros romances de amores impossíveis conhecidos da época ou mesmo atuais, as peças encenadas no Círculo são condizentes tanto moralmente como com a política social defendida pelo circulismo. Acima das diferenças de classes, a felicidade estaria no amor e na harmonia entre elas, imbuídas no espírito de caridade, honestidade e da capacidade de ajudar uma a outra, de arrepender-se e de perdoar.

³⁰³ *Valéria, a cega*. São Paulo: Livraria de C. Teixeira, 1900.

3.3.2 – A “Páscoa Operária”

Além das atividades culturais e festividades internas e exclusivas dos sócios, o Círculo Operário de Florianópolis desenvolveu em datas específicas comemorações públicas, abertas a toda comunidade, onde demonstrava que seus objetivos não estavam restritos às melhorias das condições de vida dos circunistas, mas que pretendia intervir em todas as áreas da sociedade. Uma dessas datas era a “Páscoa dos Operários”, realizada anualmente na Catedral Metropolitana no centro da cidade e que envolvia trabalhadores, patrões, autoridades eclesiásticas e representantes do Estado.

Foi Dom Leme quem promoveu a Páscoa coletiva para os trabalhadores. De acordo com Romualdo Dias,

mais do que uma reflexão sobre o valor da doutrina, vemos nele uma doutrinação em exercício, fazendo dos movimentos religiosos de massa um instrumento pedagógico para o cultivo dos sentimentos populares, e para a divulgação dos princípios da autoridade e da ordem. Chamamos a atenção, enfim, para a conveniência do título a ele atribuído, “o bispo da Eucaristia”. Um programa pastoral com tamanha ênfase sobre este sacramento, naquele contexto e na abordagem que lhe era dada, articulava dois pilares da soberania eclesiástica: unidade e autoridade³⁰⁴.

Assim, o Círculo Operário de Florianópolis promoveu a “Páscoa Operária”. A celebração iniciava-se com um tríduo preparatório onde os trabalhadores deveriam confessar seus pecados e pedir perdão a Deus; esses dias também eram dedicados à primeira comunhão para os que ainda não a possuíam. Tomadas essas iniciativas, realizava-se a Santa Missa, iniciada sempre às 6 horas da manhã na Catedral Metropolitana, com cânticos, sermões dos padres e Arcebispo e com as presenças e os discursos dos diretores do COF e de autoridades políticas. Terminada a celebração, a bandeira do Círculo, hasteada no altar durante a missa, era conduzida para o salão paroquial, onde

³⁰⁴ DIAS, op.cit., p.54.

trabalhadores e autoridades dirigiam-se para um banquete organizado pela diretoria.



Missa celebrada em comemoração da “Páscoa Operária” de 1941



Banquete realizado após a missa, 1941.

A data envolvia tanto as principais autoridades do clero católico quanto do Estado, buscando demonstrar a aproximação entre a Igreja e

operários na construção da Nação e harmonia social. Após as celebrações, havia o momento de lazer com o oferecimento de banquetes, onde a presença dessas autoridades indica a tentativa de aproximação delas para com os trabalhadores:

No salão de diversões do Edifício, onde estavam preparadas longas mesas, foi servido o café aos operários, dele participando, em gesto sobremaneira eloqüente e honroso, o Exmo Revmo Sr Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Cumpre notar, diversos operários tinham feito, na solene Páscoa da manhã de domingo, a sua primeira comunhão. Quis assim S. Excia Revma, com sua abençoada presença, demonstrar quanto apreço tem o perfeito cumprimento das obrigações religiosas, por parte do nosso operariado.

Após a ação de graças, ao fim do café, foram erguidos entusiásticos vivas ao Antístite, que foi cumprimentado pela Diretoria do Círculo Operário que exprimiu ao diligente Pastor e Pai, os mais vivos agradecimentos³⁰⁵.

Em nota, o COF não deixou de agradecer “o interesse do Governo do Estado pela boa realização da solenidade, prolongando até as 7:30 horas o fornecimento de energia elétrica”, onde se percebe o apoio governamental dado às atividades circunistas, transparecendo sua íntima relação.

A tentativa de demonstração de proximidade entre Igreja e operários fica mais claro quando em “grandioso gesto”, o Arcebispo Dom Joaquim Domingues de Oliveira além da celebração das missas, participava junto aos trabalhadores dos banquetes e festejos realizados pelo Círculo Operário.

Realizou-se no dia 2 do corrente, na Catedral Metropolitana, a Páscoa dos Operários, promovida pelo Círculo Operário de Florianópolis.

A cerimônia, que teve comparecimento de S. Excia Revma, o Sr. Arcebispo Metropolitano, revestiu-se de grande solenidade, o que é

³⁰⁵ *Catolicismo*, 1941 – Arquivo da Arquidiocese.

expresso pelo grande número de proletários de ambos os sexos que, nesse dia, se aconchegam no banquete eucarístico.

Após as cerimônias religiosas, no salão arquiocesano, foi servida uma lauta mesa de café e doces, na qual também sua Excia Revma tomou parte, demonstrando assim o inequívoco afeto que vota ao nobre proletariado da nossa terra³⁰⁶.



Dom Joaquim e diretores do COF – Páscoa Operária, 1941

A organização do evento contava com o apoio, além Arquidiocese e do Estado, também com outras entidades católicas: “a Juventude Católica, acompanhada das Revmas Irmãzinhas da Imaculada já iniciaram sua missão, convidando os operários e suas famílias para a solenidade”. Outras comissões de católicos também eram formadas para visitaçào as fábricas, convidando os empregados a prestarem suas adesões à festa pascal.

A “Páscoa Operária” representava também o dever do trabalhador com Cristo e a Igreja, e exaltava a sua participação no evento como demonstração de que estaria seguindo o caminho correto. Os festejos da “Páscoa Operária”, desde a missa até o banquete,

³⁰⁶ Páscoa Operária. *O Apóstolo*. 15 de junho de 1940.

chegavam, de acordo com as notas divulgadas pelo Círculo, a atingir uma média de 1000 participantes, número bastante expressivo se considerarmos que a população média na cidade na década de 1940 chegava um pouco mais de 46 mil habitantes. Assim, o COF ressaltava o êxito de seus objetivos, entre eles conquistar para Deus o operariado, afirmando que “o templo se tornou pequeno para conter o grande número de participantes do majestoso banquete Eucarístico. (...) Cerca de 1300 pessoas de ambos os sexos se acercaram da mesa eucarística, para receberem das mãos do venerando Chefe da Igreja Católica o Pão dos Fortes”³⁰⁷.

Ao dever de cristão do operário, digno e ordeiro, distante da anarquia e do materialismo promovidos pelos comunistas, estava associada a identificação da imagem de Jesus Cristo como trabalhador. Alcir Lenharo em “A sacralização da política” analisa a associação da imagem de Jesus Cristo com o mundo do trabalho: a entronização da imagem de Cristo crucificado nas fábricas paulistas atrairia “a ira dos opositores (...) aprofundando o sentimento de identificação com a imagem do crucificado”. A imagem serena de Jesus Cristo nas fábricas serviria de “guia e consolo”, mas também o Cristo que vela, passaria a ser visto como o Cristo ‘que vigia, admoesta, policia’³⁰⁸.

Em convite para a “Páscoa Operária” de 1941, o COF então conclamou: “OPERÁRIO! OPERÁRIA! O DIVINO OPERÁRIO TE CHAMA A MESA SAGRADA! VEM!”. E em igual convite para a “Páscoa Operária” de 1944 fez um chamado: “Operário! Chegou a vez de mostrares a tua fé católica, recebendo em tua alma a visita do Divino Operário. Não deixes de cumprir o teu dever de cristão! Vem e traze o teu companheiro. Traze também teus entes queridos, para que juntos contigo participem do Banquete Eucarístico”. E, ao final, as citações: “Cristo é Rei e Amigo!”, “Vinde a mim todos que se acharem em trabalho, eu vos aliviarei”.

Participando da “Páscoa Operária” o trabalhador estaria em dia com suas obrigações de cristão e com Jesus; mais do que aquele que protege e alivia as dores dos trabalhadores, seria o próprio Cristo um operário, modelo para todos os outros: “espetáculo comovedor: operários e operárias a receberem o modelo dos operários, o filho do carpinteiro de Nazaré, em seus corações. Operários e operárias cumprindo seu dever precípua de catolicidade e atendendo a voz de

³⁰⁷ *A Imponente Parada, 1944* – Arquivo da Arquidiocese.

³⁰⁸ LENHARO, op.cit., p.170 a 173.

Cristo”³⁰⁹. Através da comunhão, a Igreja ganharia um fiel; a sociedade perderia um comunista.

3.3.3 – A “Festa do Trabalho”

Dentre as datas comemorativas que melhor exprime as relações, objetivos e métodos de intervenção na sociedade pelo Círculo Operário é o 1º de Maio. As comemorações do “Dia do Trabalho” eram usadas para diferir o circulismo das demais organizações operárias, de modo a dar visibilidade ao movimento e servir, ao mesmo tempo, “como meio de não permitir agitações, com mortes e lutas”³¹⁰.

O “Dia do Trabalhador” era considerado por anarquistas e comunistas como um momento de protesto e crítica às estruturas sócio-econômicas do país. As comemorações da data, desde o início do século e principalmente na propaganda trabalhista de Vargas, foi transformada em um dia destinado a celebrar o *Dia do Trabalho*, em vez do *trabalhador*. Até então marcado por piquetes e passeatas, o “Dia do Trabalho” passou a ser comemorado com festas populares, desfiles e celebrações. O trabalho, no discurso do Governo Vargas, passaria a ser um direito e um dever, uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização; uma obrigação para com a sociedade e o Estado, mas também uma necessidade para o próprio indivíduo encarado como cidadão³¹¹.

Cláudio Batalha, ao analisar a cultura associativa³¹² no Rio de Janeiro na Primeira República, afirma ser o 1º de Maio a data mais importante do calendário das associações e que por mais tempo e regularidade foi observada, e suas diferentes formas de comemoração serviriam de elemento de embate entre as correntes do movimento operário: para anarquistas um dia de reflexão e luta, acusando os

³⁰⁹ *Catolicismo* - Arquivo da Arquidiocese.

³¹⁰ SOUZA, op.cit., p.202.

³¹¹ GOMES, Ângela de Castro. In: COLLAÇO, op.cit., p.116.

³¹² O termo “cultura associativa”, para Batalha, comporta um duplo significado: o hábito de associar-se e conferir institucionalidade a formas de sociabilidade diversas, e também como cultura das associações, essa não somente entendida como produção cultural/artística, mas as celebrações, costumes e normas que regiam as associações operárias, ou seja, “como através dessas práticas e desses rituais os membros das associações percebiam o mundo e a si mesmos” (Batalha, Cláudio H.M. *Cultura associativa no Rio de Janeiro na Primeira República*. In: BATALHA, Cláudio H.M; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p.96-97.).

socialistas e sindicalistas reformistas de querer fazer da ocasião um dia de festa e mistificação política³¹³.

A data em Santa Catarina é comemorada desde a Lei n.502 de 28 de agosto de 1903, sendo declarado feriado nacional em 26 de setembro de 1924, pelo Decreto Federal n. 4895. De acordo com Vera Collaço, até 1922 as comemorações de 1º de Maio, em Florianópolis, estavam restritas aos salões das associações operárias. Com a fundação da União Operária, em 1922, esta comemoração ganhou as ruas da cidade, perfilando-se, assim, com o movimento nacional e internacional que fazia das comemorações de 1º de Maio as principais manifestações públicas da cultura operária³¹⁴.

Mas é com o Estado Novo que iniciou-se uma série de comemorações oficiais que envolviam a população num calendário festivo, especialmente o “Dia do Trabalho”, organizado com grande público de trabalhadores no Estádio de São Januário, no Rio de Janeiro. De acordo com Ângela Maria de Castro Gomes, a data passou a assumir certos contornos rituais, sendo sempre uma comemoração de massas em que o próprio presidente falava aos trabalhadores, sendo por estes aguardada, já que na ocasião seriam anunciadas novas iniciativas governamentais no campo do direito social³¹⁵.

A partir de 1931, as comemorações passaram a ser organizadas pela Federação Regional dos Sindicatos de Florianópolis e, a partir de 1937, pela Inspetoria Regional do Trabalho. Os discursos passaram a ser proferidos pelo Inspetor do Ministério do Trabalho e pelo Interventor Federal, Nereu Ramos. De acordo com Vera Collaço, “a performance da ‘festa do trabalho’ passou a ser grandiosa e empolgante, mas a festa ficou pobre, pois a personagem principal virou coadjuvante ou apenas figurante numa festa destinada ao ‘trabalho’ e não mais ao trabalhador”³¹⁶.

O COF soube bem aproveitar essas mudanças no caráter do evento, bastante adequadas à sua política conciliatória e de aproximação com o Estado. O 1º de Maio tornou-se, para o movimento circulista, data propícia para reforçar suas idéias junto aos trabalhadores através de missas e atividades comemorativas, devendo ser exemplos de fé e patriotismo, onde o trabalho era visto como meio de prosperidade da Nação. Deveria ser comemorado, segundo os circulistas, de maneira

³¹³ Ibid, p.107.

³¹⁴ COLLAÇO, op.cit., p.62.

³¹⁵ GOMES, op.cit., p.235-236.

³¹⁶ Ibid, p.62-66.

contrária aos comunistas materialistas e ateus, aproximando-se dos ensinamentos de Jesus, o maior de todos os trabalhadores, e exaltando a harmonia e civilidade. A data passa a ser também, no movimento circuísta, ideal para exaltação de seus programas políticos e estreitamento dos laços com o Estado.

O 1º de Maio adquiriu nas primeiras décadas do século XX, segundo Batalha, sentido religioso, associando-se a idéia do martírio³¹⁷ à noção de redenção: “se opera uma transformação do 1º de Maio, tornado celebração da morte e da redenção final. Como Cristo, os mártires de Chicago, e todos aqueles que tombam na luta contra a burguesia, dão seu sangue pelo proletariado”³¹⁸. De acordo com Batalha, encontram-se ligações entre as celebrações do movimento operário e o calendário religioso, já que as mais importantes festas populares de origem cristã tem lugar entre o carnaval e Pentecostes – de fevereiro a maio – como a festa do Divino e a Páscoa, além das festas ligadas a devoção a santos. Porém, ainda segundo Batalha, para os militantes operários essa relação entre 1º de Maio e catolicismo não passou despercebida, e especialmente os anarquistas viam isso com desgosto, considerando um desvirtuamento do significado original da data.

As semelhanças entre a celebração do 1º de Maio e o catolicismo no Brasil também não se limitaram às imagens discursivas, mas também pela forma de organização dos cortejos, reproduzindo a estrutura das procissões e de festas do catolicismo popular:

À frente a comissão organizadora, seguida de forma ordenada pelas representações de cada sociedade operária com seu estandarte e, substituindo os santos do catolicismo, carros alegóricos e andores – freqüentemente carregados por crianças ou jovens donzelas – sobre os quais eram colocados símbolos, imagens alegóricas ou retratos de dirigentes operários mortos. Nessas ocasiões também eram comuns visitas ao cemitério para depositar flores nos túmulos dos precursores do movimento operário³¹⁹.

³¹⁷ Referindo-se principalmente aos acontecimentos de 1886 em Chicago, que culminou na condenação à morte de cinco operários, em particular por anarquistas e sindicalistas revolucionários.

³¹⁸ BATALHA, op.cit., p. 109.

³¹⁹ Ibid.

Em Florianópolis, já em 1934 (três anos antes da fundação do COF), Rodolfo Paulo da Silva, ainda como dirigente da União Operária, participou da organização da celebração da data de 1º de Maio, chamada de “Festa do Trabalho”. Como evidencia o convite arquivado na Cúria Metropolitana, o dia era para se festejar, e associa a data tanto ao catolicismo quanto ao sentimento patriótico e a história do Brasil:

Um grupo de operários, considerando a grande soma de benefícios que o cristianismo prestou a nossa Pátria, convida os representantes da sua classe para assistir a função religiosa que será celebrada na Catedral a 1 de maio, em comemoração à Festa do Trabalho, data que igualmente faz lembrar o 334º Aniversário da 2ª Missa no Brasil.

Florianópolis, 27 de abril de 1934.

Pedro Evaristo Dias

Rodolfo Paulo da Silva

No ano de 1938 aconteceram as primeiras atividades de comemoração ao “Dia do Trabalho” organizadas pelo Círculo Operário de Florianópolis, evidenciando tanto a sua aproximação com o Estado quanto a atuação no meio operário e, também, colocando-se no papel de defesa do Estado e da Nação, bem como da harmonia social. Às 9 horas foi celebrada missa campal no adro da Catedral, estando presentes autoridades “com seus respectivos estandartes e bandeira nacional”, discursando D. Joaquim Domingues de Oliveira, o Interventor Nereu Ramos, Daniel Faraco como dirigente do COF e o Inspetor do Ministério do Trabalho José Pinheiro Dias.

O jornal *A Gazeta* destinou uma página inteira para noticiar as atividades do “Dia do Trabalho” organizadas pelo COF, destacando também o histórico do movimento circuísta em Santa Catarina e no país. As comemorações do COF colocavam-se como diferentes dos outros eventos da data, principalmente dos comunistas, marcados, segundo o Círculo, pelas disputas e pela violência. O 1º de Maio circuísta seria símbolo de união e fraternidade:

Hora de festa para os trabalhadores, esta. Sua alta significação aromatiza o ambiente, como o incenso que recende dos turíbulos. Os corações palpitam numa

expressão mítica de sentimento fraternal, unindo todas as almas numa só alma, fortalecendo as aspirações de progresso e de fé no futuro.

Santa Catarina veste-se de galas, na data de hoje, para render aos quantos encontram nos calos de sua mão as veneras atestadoras do seu honrado labor fecundo, enquanto nós, de nossa parte, lhes rendemos os preitos das nossas homenagens de admiração e respeito³²⁰.

E se resta alguma dúvida de que o “Dia do Trabalho” tornou-se para o movimento circulista em Florianópolis data destinada a combater as idéias comunistas e a “agradecimentos” da classe operária às políticas destinadas a ela pelo governo, ao contrário de reivindicações e lutas em prol dos trabalhadores, basta ler o seguinte trecho do discurso do Interventor Nereu Ramos na atividade organizada pelo COF em 1º de Maio de 1938:

(...) Pusestes assim, em evidência que o materialismo contemporâneo, que vai desorientado e conturbando os espíritos, e impelido-os a ideologias que não são do nosso clima, não vos tomou os vossos.

O sentimento cristão de nacionalidade vem falando às vossas almas mais alto e mais forte que as promessas que vos acenam essas ideologias estranhas que nos próprios países onde, por circunstâncias especiais, se originaram, vem sendo apressadamente diluídas por decepções e desenganos sem conta.

Senhores operários! A comemoração do Dia do Trabalho ocorre esse ano em circunstâncias auspiciosas para vós e para o país. Este, em plena paz, com rumos seguros para os seus destinos. A democracia mantida e fortalecida em seus caracteres essenciais, não, porém, como arma de exploração de grupos e de indivíduos, e sim, como instrumento de bem estar coletivo. Por isso mesmo o Governo que, em 1930 deparou a

³²⁰ Dia do Trabalho. *A Gazeta*. 1 de maio de 1938).

questão social posta nos quadros da administração pública como “simples caso de polícia”, para lhe dar, como lhe deu, a elevada e humana solução de uma legislação mais adiantada que a de muitos países, da velha Europa, pode, pela palavra do seu Grande Chefe, anunciar-vos para breve, a lei do salário mínimo, que outra não é que aquela “lei de justiça natural mais alta e mais antiga” de que falava Leão XIII. Sobejam, portanto, razões para o entusiasmo e ardor cívicos com que as classes trabalhadoras vêm prestigiando a ação do Governo da República. Do mesmo passo que as elevou ao nível de dignidade humana que lhes competia, garantiu o Presidente Getúlio Vargas a tranqüilidade social necessária ao desenvolvimento econômico e à reestruturação financeira da Nação.

A ele, portanto, após as preces que acabamos de elevar ao Senhor de todas as coisas, as nossas homenagens de respeito, de admiração e de reconhecimento. E que elas sejam, ao mesmo tempo, afirmação de fé e de confiança na grandeza do Brasil³²¹.

Nereu Ramos, um dos líderes da Aliança Liberal no estado, recebendo apoio da União Operária e outras entidades trabalhistas, buscava aproximar sua imagem a dos operários. Aqui, tanto se percebe o tom de exaltação ao Governo e a Getúlio Vargas quanto a associação entre o sentimento cristão e o patriotismo, segundo Ramos, requisitos para o desenvolvimento e prosperidade da nação e características do povo brasileiro que, por isso, não permitiriam a manifestação de ideologias “estranhas” a ele, como o comunismo. A dedicação que Vargas estaria concedendo aos trabalhadores, fazendo de sua causa não mais caso de polícia, mas de Governo, teria tornado o 1º de Maio data de comemoração e não mais de lutas e desordens. E seria com tranqüilidade, espírito de coletividade e ordem, que se continuaria o desenvolvimento econômico e a reestruturação da Nação.

Analisando as celebrações do 1º de Maio organizadas pelas associações operárias do no Rio de Janeiro, Batalha afirma que a data

³²¹ A palavra do Interventor Catarinense aos operários de sua terra. *A Gazeta*. 3 de maio de 1938.

serviu para mostrar as “relações complexas que o movimento operário, ou pelo menos alguns setores deles, entretinha com o Estado”:

Um passo além dos eventuais convites a políticos e de presença de autoridades nas celebrações – o que também era um modo de demonstrar o caráter pacífico e ordeiro das reuniões, em um contexto em que o Estado tendia a ver com desconfiança qualquer forma de organização dos trabalhadores – foi a relação direta com o Poder Executivo (...). Mais do que mera bajulação ou colaboração, como freqüentemente essas práticas têm sido analisadas, elas constituem exemplos de estratégias políticas que buscam comprometer moralmente as autoridades republicanas com as reivindicações dos trabalhadores³²².

Porém, o clima de não-transgressão da ordem, harmonia entre as classes e a proximidade com o Estado são evidentes nas atividades do Círculo, não somente como tática para alcançar seus objetivos, mas por ser esta a sua política. Isso se torna ainda mais claro quando as comemorações de 1º de Maio passam a ser dedicadas, além do “Dia do Trabalho”, ao aniversário de Governo do Interventor Nereu Ramos, como explicitado em convite à Arquidiocese:

Realizando-se a 1º de maio próximo, na Catedral Metropolitana, às 9 horas, a Missa Votiva em ação de graças pelo transcurso do aniversário do governo do Exmo Sr Dr Nereu Ramos, digno Interventor federal e em comemoração a data dedicada ao trabalho, sendo oficiante sua excia revma, o Senhor Arcebispo Metropolitano, que pronunciará ao evangelho sermão alusivo, a Diretoria-geral deste Circulo Operário sente-se altamente honrada em convidar as autoridades, as organizações trabalhistas, os circulistas, os patrões, os operários e o povo em geral para participarem daquela condigna comemoração³²³.

³²² BATALHA, op.cit., p.111.

³²³ Festividades de 1º de Maio, 1942 – Arquivo da Arquidiocese.

A comemoração conjunta entre “Dia do Trabalho” e aniversário de Governo de Nereu Ramos, repete-se no ano seguinte. Mais do que uma data a ser lembrada, devia ser festejada e dela participariam todos os setores da sociedade, fossem autoridades políticas, eclesiásticas, os trabalhadores ou os patrões. Seria essa união, somente capaz com os esforços de todos os lados e com a benção da Igreja, a responsável pelo desenvolvimento e pela paz social do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Círculos Operários foram sem dúvida parte fundamental na formação e organização das classes trabalhadoras no país. Seja inseridos diretamente nas fábricas, seja nos bairros populares, fizeram-se presentes e atuantes nas principais cidades do país ao longo das décadas a partir de 1932. Aqui, mais que reiterar as questões analisadas ao longo dos capítulos, procuro analisar o movimento circulista e especificamente o Círculo Operário de Florianópolis, após 1945. O que se vê nesse período é um processo de crescimento ou decadência, de acordo com o período ou a região a ser analisado. Por exemplo, o período analisado por Jessie Jane em sua dissertação de mestrado, 1947-1958, demonstra essa disparidade entre os Círculos de diferentes regiões do país e é também mais uma diferença entre a autora e os demais pesquisadores do movimento circulista. Para Diehl, após 1945 o movimento circulista perde força e já não mais tem atuação significativa no meio operário. Já Jessie afirma que, ao contrário, os Círculos ganharam força e prova disso é a grande atuação do Círculo de Volta Redonda, fundado justamente no ano de 1946, posterior ao período em que geralmente se encerram as análises sobre os Círculos Operários.

Segundo Diehl,

A crise da organização circulista caracteriza-se no período de 1946 a 1964, etapa em que o movimento operário brasileiro sofria a competitividade ideológica entre os diversos grupos e correntes que retomavam a militância sindical entre as tendências democráticas da sociedade brasileira. Tal fato mostra a obrigatoriedade dos defensores do corporativismo autoritário de revelarem suas posições e até mesmo buscarem alternativas.³²⁴

De acordo com o autor, além da perda de espaço da Igreja no meio operário após a redemocratização em 1945, o governo, “pressionado por Roberto Simonsen e Morvam Dias de Figueiredo”, líderes industriais de São Paulo, assina o decreto de criação do SESI (Serviço Social da Indústria), “com o objetivo de a longo prazo

³²⁴ DIEHL, op.cit., p.107.

combater o reaparecimento de organizações autônomas entre operários e ensaiar um comportamento ideológico compatível com uma sociedade capitalista³²⁵. Assim o SESI, e posteriormente o SESC, cumpriram a “funcionalidade do novo pacto liberal estabelecido ao final do Governo Vargas (1945), dentro dos parâmetros para o estabelecimento de uma sociedade com características seculares”.³²⁶ O assistencialismo secular, de acordo com Diehl, atuaria contraditoriamente ao corporativismo defendido pela Igreja e “vai aos poucos ocupando os espaços dos Círculo Operários dentro de características modernizante-conservadoras de uma sociedade industrial, enquanto os Círculos Operários não têm capacidade de competir e assegurar sua clientela dentro dos limites do corporativismo tradicional”³²⁷.

Para Jessie Jane, o período entre 1946 e 1964 é o mais promissor para o circulismo, já que “a retórica anticomunista insere-se no discurso da Guerra Fria” e o movimento é reafirmado pelo episcopado.³²⁸ Contrária, assim, a idéia de que os Círculos Operários teriam desaparecido após 1945, afirmando que não apenas se revitalizaram como expandiram-se para regiões estratégicas de maior concentração operária, como em Volta Redonda, estudado por Jessie, e também para o campo e para a região nordeste do país. Nesse período indicado pela historiadora, o movimento procurou montar uma estrutura nacional unificada para desenvolver campanhas gerais, como a questão da moradia operária e a participação nos lucros da empresa, utilizando-se também dos meios de comunicação de massa e trabalhando no esforço de sindicalização, concorrendo às eleições sindicais com chapas próprias³²⁹.

Já entre 1964 e 1976, o movimento circulista sofreu, de acordo com Jessie Jane, uma forte crise vivenciada como consequência de sua aliança com os setores golpistas de 1964, indicando quadros para as diretorias dos sindicatos colocados sob intervenção. O próprio movimento se divide, agravando-se na medida em que instala-se um desconforto em relação a aliança com os militares e o regime passa a perseguir setores da Igreja³³⁰. É interessante ressaltar que para a atual diretoria da Confederação, a culpa pela crise do circulismo gerada após 1964 é sim da Ditadura, mas não porque seu apoio ao regime o

³²⁵ Id.Ibid, p.116.

³²⁶ Id.Ibid, p.118.

³²⁷ Id.Ibid.

³²⁸ SOUZA, 1992, p.51.

³²⁹ Id.Ibid., p 53.

³³⁰ Id.Ibid., p.54.

teria esvaziado e nem pelos conflitos internos, mas porque teria sido mais uma organização de trabalhadores a ser reprimida pelo governo militar. Em resposta a um e-mail encaminhado por mim, o presidente da CBTC, Walter de Souza Matos Filho afirma que “o Regime Militar de 1964 pegou em cheio o nosso Movimento. No final dos anos oitenta, ressurgiu desarticulado e praticamente sem recursos financeiros e humanos para dar continuidade a sua vocação social”³³¹.

Na década de 1980 o movimento circulista inicia um novo processo de reestruturação, aliando-se a novas organizações operárias. A partir da redemocratização na década de 1980, “move-se no campo da Central Única dos Trabalhadores e trabalha em consonância com as diversas pastorais”³³², buscando reaproximação com os trabalhadores e com os pobres.

Após o XVI Congresso Circulista, ocorrido em 1996, a Confederação Nacional de Círculos Operários passou a denominar-se Confederação Brasileira de Trabalhadores Circulistas e mantém sua sede no Distrito Federal. Em seu atual estatuto, considera-se o terceiro grau do movimento circulista e reafirma como seu objetivo a “promoção da classe trabalhadora e popular nos campos de: assistência social, econômico, político, cultural e de formação, bem como a defesa dos direitos e interesses das populações carentes e marginalizadas”. Realizou em 2004 seu XVIII Congresso, elegendo como Presidente Walter de Souza Matos Filho.³³³

Em uma tentativa de rearticular o circulismo nacionalmente e de devolver a ele um caráter espiritual de assistência e organização de trabalhadores, a diretoria eleita em 2004 buscou acentuar sua crítica a política neoliberal e se manter contrários às guerras promovidas contra os países do Oriente Médio. Em relação ao próprio movimento circulista, critica os Círculos que tornaram-se praticamente empresas, deixando de lado sua tarefa de assistência e de defesa da classe trabalhadora.

Já o Círculo Operário de Florianópolis, a partir da década de 1950, ano em que se torna entidade de utilidade pública, conquista sede própria na Rua General Bittencourt, no Centro da cidade, e consegue ampliar seu atendimento no ambulatório médico. Como já visto, Monsenhor Agostinho, Assistente Eclesiástico na época, afirma que

³³¹ Ofício CBTC nº. 022/06, Brasília, 22 de agosto de 2006.

³³² Id.Ibid, p. 39.

³³³ Estatuto da CBTC. 14 de abril de 2002. Site da CBTC:www.cbtc.org.br, visitado em 20 de agosto de 2006.

conseguiu através de sua influência que o COF passasse a atender com um dos médicos mais renomados da cidade, Homero de Miranda Gomes, e mais 10 estudantes de medicina, além de, com o apoio do Estado, contar com uma funcionária da Secretaria de Saúde para organizar o atendimento. Também é do Estado que vem a ajuda financeira para a ampliação da sede e para os gastos com viagens ao Rio de Janeiro a fim de participarem dos Congressos Circulistas, conforme demonstram ofícios encaminhados ao governador. Porém, sua atuação entre os trabalhadores e no movimento sindical, de acordo com o próprio Monsenhor, torna-se nula, “abrindo espaço para a ação dos comunistas”, como disse. Sob a assistência de Monsenhor Agostinho, o COF dirige-se para os pobres e vai aos poucos se afastando das organizações de trabalhadores.



Sede própria do COF na Rua General Bittencourt, Centro

Já após o Golpe Militar o COF também acaba sofrendo com a crise nacional do movimento e vai perdendo cada vez mais seu caráter inicial de formação e assistência espiritual. Acaba se tornando apenas um local de encontro e diversão de velhos e saudosistas circulistas, perdendo definitivamente também sua função de assistência material.

Atualmente, se passarmos pela frente da sede do Círculo Operário de Florianópolis não veremos uma bandeira com o brasão circulista, mas uma placa de “Despachante”. O COF, que legalmente ainda está em funcionamento, ainda é considerado de utilidade pública e ainda é isento de IPTU, “cede” sua “sede” para o Despachante, cujo proprietário, “coincidentalmente”, pertence à diretoria do Círculo e é filho do senhor que o preside desde a década de 1970. Em uma pequena sala, nos fundos da sede, encontramos o que sobrou do Círculo Operário de Florianópolis: uma placa antiga na porta com o símbolo circulista, uma estante e um sofá velhos, alguns poucos livros que restaram do desabamento e mais algumas pastas com notas fiscais dos gastos recentes do “Círculo”.

Cabe saber que, de acordo com o estatuto, em caso de fechamento da entidade, tudo que lhe é propriedade deve ser revertido à associação católica mais antiga em funcionamento da cidade. Mas o “espírito circulista” destes que, apesar das crises e dificuldades enfrentadas na atualidade, não os deixa permitir que tal obra se encerre. Cabe também lembrar que, da mesma forma em que a atual “diretoria” do Círculo mal conhece sua história e seus objetivos, a própria Igreja parece desconhecer a sua existência e real condição. Assim também como o desconhece o Estado, que periodicamente o isenta de impostos e o reconhece como de “utilidade pública” (a menos que o conceito de “público” possa ser usado também para “familiar”).

Assim, ainda que em outras regiões do país o movimento circulista tenha ganhado força após 1945, o que se vê é que nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul o processo se inverte e, ainda que muitos Círculos tenham se mantido em funcionamento, estes foram aos poucos se afastando da classe trabalhadora e deixando de lado o caráter espiritual e fundamentalmente católico para se tornarem entidades apenas assistencialistas, quase que comerciais, mantendo cursos profissionalizantes, organizando escolas, farmácias e padarias.

É certo que qualquer tipo de organização se modifica ou se extingue de acordo com as transformações e necessidades de cada tempo, principalmente uma entidade que tenha visado manter sob a vigilância de uma instituição – no caso a Igreja católica – os trabalhadores. Porém, ainda que hoje estando muitos inoperantes e

esquecidos, os Círculos Operários atuaram e contribuíram na formação e organização dos trabalhadores no país. Fica aqui, através do Círculo Operário de Florianópolis, uma parte dessa história.

LISTA DE FONTES

Jornal *Diário da Tarde* (1937 – 1945) – Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Jornal *O Estado* (1937 – 1945) – Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Jornal *A Gazeta* (1937 – 1945) – Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Jornal *O Apóstolo* (1935 – 1957) – Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Estatuto e correspondência entre Círculo Catholico São José e Diocese de Florianópolis - Pasta Circulo Catholico e Círculo Operário – Arquivo da Cúria Metropolitana de Florianópolis;

Estatuto, panfletos, convites e correspondência entre Círculo Operário de Florianópolis e Arquidiocese - Pasta Circulo Catholico e Círculo Operário – Arquivo da Cúria Metropolitana de Florianópolis;

Ofícios encaminhados pelo Círculo Operário de Florianópolis ao Governo do Estado – Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Manual do Círculo Operário, publicado pela Confederação Nacional dos Operários Católicos, em sua 4ª edição em 1964.

Entrevistas com Daniel Faraco, orador oficial do COF na primeira diretoria, e com Monsenhor Agostinho Stahaelin, Assistente Eclesiástico do Círculo Operário entre 1954 e 1968.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Elza Daufenbach Alves: Nos bastidores da Cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955). Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. Dissertação de Mestrado: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1989.

BARBIAN, Hilário. *Círculo Operário e sindicalismo em Ijuí/RS: 1923-46*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.

BATALHA, Cláudio H.M; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

COLLAÇO, Vera Regina Martins. O teatro da União Operária: um palco em sintonia com a modernização brasileira. Tese de Doutorado apresentada a Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE OPERÁRIOS CRISTÃOS. *Manual dos Círculos Operários*. Rio de Janeiro: CNOC, 1964.

DALLABRIDA, Norberto. *A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIAS, José de Souza. *Santa Catarina em perspectiva: os anos do golpe*. Petrópolis: Vozes, 1989.

DIAS, Romualdo. *Imagens da ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1935)*. São Paulo: UNESP, 1996.

DIEHL, Astor Antônio. *Círculos Operários no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

DUARTE, Adriano Luiz, *Cultura popular e cultura política no pós-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973*. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas, 2002.

DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário: imaginário político do Brasil nos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ, Belo Horizonte: UFMG, 1997.

FARIAS, Damião Duque de. *Em defesa da ordem: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

FAUSTO, Boris. *Historia Geral da Civilização Brasileira*, 2 ed, t.3, v.2. RJ: DIFEL, 1978.

FAUSTO, Bóris. *História Geral da Civilização Brasileira*. T.3, v.4. São Paulo: Difel, 1984, p.278-279.

FERNANDES, Marinaldo. *A revista "A Ordem", fonte do ideário educacional católico dionísio.*(<http://168.96.200.17/ar/libros/anped/0201P.PDF>).

FILHO, Fernando Antonio Pinheiro. *A Invenção da Ordem: intelectuais católicos no Brasil*. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, v. 19, 2007, p. 33-51.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ISAIA, Artur César. *O cajado da ordem: catolicismo e projeto político no Rio Grande do Sul – D. João Becker e o autoritarismo*. Tese defendida pela Universidade de São Paulo, 1992.

LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Papyrus, 1986.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e Políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1993.

LEUCHTENBERGER, Rafaela. *Liga Operária Beneficente de Florianópolis e União Beneficente Recreativa Operária: uma história de mutualismo e resistência*. Florianópolis, Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de História/UFSC, 2004.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARTINS, José de Souza. *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo*. São Paulo-São Caetano do Sul: HUCITEC, 1992.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.

O Aniversário da noiva. VI ed. Petrópolis: Vozes, 1953.

OLIVEIRA, Pedro A.Ribeiro de. *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985, p.291.

PAGANINO, Rodrigo. *Dois Irmãos*. Lisboa: Typographia do Panorama, 1864.

PAPA LEÃO XIII. *Encíclica Rerum Novarum*. 7 ed. São Paulo: Paulinas, 1983.

PAPA PIO XI. *Encíclica Quadragesimo Anno*. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 1981.

RODRIGUES, Anna Maria Moog. *A Igreja na República*. Brasília: Editora da UnB, 1981.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.

- SILVA, Ricardo. *A Ideologia do Estado Autoritário no Brasil*, 2004.
- SOUSA, Jessie Jane Vieira de. *Valentim: o guardião da memória circuilista (1947-1958)*. Dissertação de Mestrado – Unicamp, 1992.
- SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos Operários: Círculos Operários: Igreja Católica e mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- SOUZA, Rogério Luiz. *A construção de uma nova ordem: catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina (1930 – 1945)*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.
- SOUZA, Rogério Luiz de. Desejos de civilidade e ser moderno: uma história sobre o nascimento da Diocese de Florianópolis. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarice (orgs). *Faces do catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008.
- THOMPSON, E P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol.I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, E.P. In: NEGRO, Antônio e SILVA, Sérgio (orgs). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed.Unicamp, 2001.
- Valéria, a cega*. São Paulo: Livraria de C. Teixeira, 1900.
- WENDLAND, Daniely. *Joinville: política e mobilização social no pós-guerra, 1945-1947*. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.